



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem

Área de especialização | Tradução

Trabalho de Projeto

Estratégias de Tradução em Autobiografia: o caso de "The Path to Power" de Margaret Thatcher

Patrícia Isabel Bandeira Hortinhas

Orientador(es) | Olga Maria Gonçalves

Évora 2021



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem

Área de especialização | Tradução

Trabalho de Projeto

Estratégias de Tradução em Autobiografia: o caso de "The Path to Power" de Margaret Thatcher

Patrícia Isabel Bandeira Hortinhas

Orientador(es) | Olga Maria Gonçalves

Évora 2021



O trabalho de projeto foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Fernanda Maria Gonçalves (Universidade de Évora)

Vogais | Carla Ferreira de Castro (Universidade de Évora) (Arguente)
Olga Maria Gonçalves (Universidade de Évora) (Orientador)

Agradecimentos

Na etapa final deste longo percurso, gostaria de expressar a minha gratidão sincera a todos aqueles que deram o seu contributo para que este Trabalho de Projeto fosse realizado.

À Prof^ª Doutora Olga Mateus Gonçalves pela sua orientação, profissionalismo, permanente disponibilidade, infindável paciência e sábios conselhos.

A todos os docentes do mestrado em Línguas e Linguística, pelo saber transmitido, mas principalmente à Prof^ª Doutora Ana Alexandra Silva e ao Prof. Doutor Luís Guerra pelas palavras de incentivo nos momentos mais críticos.

Quero deixar um agradecimento especial à Prof^ª Doutora Carla Ferreira de Castro pelo apoio a vários níveis, por abrir a minha mente e a minha vida a novas ideias e experiências e pelas fantásticas oportunidades que me proporcionou.

A toda a minha família, mas especialmente aos meus pais e irmã, Manuel, Helena e Inês, por me apoiarem incondicionalmente.

Aos colegas de trabalho e aos queridos amigos, incansáveis durante os momentos difíceis e sempre prontos a celebrar as vitórias: nunca vos saberei agradecer o suficiente.

Resumo

Estratégias de Tradução em Autobiografia: o caso de *The Path to Power*, de Margaret Thatcher.

O Trabalho de Projeto que aqui se apresenta centra-se na tradução do sétimo e oitavo capítulos de *The Path to Power* ("No End of a Lesson" e "Seizing the Moment"), o segundo dos dois volumes da autobiografia de Margaret Thatcher, publicado em 1995 por HarperCollinsPublishers.

Pretendendo ser um contributo para alargar o conhecimento em língua portuguesa de uma figura de relevo da política do Reino Unido de reconhecida importância à escala global num dado momento da História Contemporânea, o exercício de tradução empreendido sobre os capítulos supracitados pautou-se por fundamentos teóricos advenientes dos Estudos de Tradução, tendo proporcionado concomitantemente a oportunidade de tecer algumas considerações sobre o processo desta prática universal e sobre questões inerentes ao discurso autobiográfico.

Palavras-chave: autobiografia, tradução, língua portuguesa, conhecimento, contributo

Abstract

Strategies of Translation in Autobiography: the case of *The Path to Power*, by Margaret Thatcher

This Project Work focuses on the translation of the seventh and eighth chapters of *The Path to Power* ("No End of a Lesson" and "Seizing the Moment"), the second of the two volumes of Margaret Thatcher's autobiography, published in 1995 by HarperCollinsPublishers.

Aiming to contribute to broaden the Portuguese public's knowledge of a relevant political figure in the United Kingdom who also assumed worldwide importance in a given period of Contemporary History, the translation of the aforementioned chapters was underpinned by theoretical concepts of translation studies, which, simultaneously, provided both the opportunity to reflect on this universal practice and on some translation issues raised by the autobiographical discourse.

Key-words: autobiography, translation, knowledge, Portuguese language, contribution

Índice

Vol. I

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Índice	vi
1. Introdução.....	1
2. Enquadramento Histórico-Teórico dos Estudos de Tradução	3
2.1 Considerações Gerais	3
2.2 Questões de História da Tradução	4
2.3 Questões de Teoria da Tradução	8
2.4 O papel do tradutor	18
3. Estratégias de Tradução.....	23
3.1 Estratégias de Tradução em Autobiografia	24
4. Conclusão	39
5. Bibliografia.....	40

Vol. II

Índice	iii
1. Notas Prévias	3
2. Tradução	4
3. Texto-Fonte (em suporte digital)	

1. Introdução

O Trabalho de Projeto que apresento centra-se na tradução do sétimo e oitavo capítulos de *The Path to Power* ("No End of a Lesson" e "Seizing the Moment"), o segundo e último volume da autobiografia de Margaret Thatcher, publicado em 1995 por HarperCollinsPublishers, e ainda não integralmente traduzido para língua portuguesa. Integrado no âmbito do Projeto de Investigação Paisagens do Ser, desenvolvido no Centro de Estudos em Letras (CEL-UÉ), este Trabalho tem, assim, por objetivo contribuir para a tradução integral de tal volume e sua futura publicação, bem como, assim o espero, para o enriquecimento de uma área do conhecimento que há muito me seduz e na qual pretendo vir a desenvolver algum tipo de atividade.

Sendo este o culminar de um ciclo de formação especializada em Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem, oferecido pelo Departamento de Linguística e Literaturas desta Universidade, o caminho que escolhi trilhar revelou-se um desafio interessante desde logo pelas características inerentes ao discurso autobiográfico. A prática da tradução requer uma forte ética de trabalho em todas as instâncias, mas ainda mais, ousou afirmar, no que diz respeito à autobiografia, pois os mecanismos discursivos próprios deste género são os de alguém que é simultaneamente sujeito e objeto da enunciação, diferindo dos utilizados em ficção. A autobiografia constitui-se como um género único por ser intimista, atualizado pela memória e sentimentos do autor perante acontecimentos do mundo pessoal e profissional em que evoluiu. No caso particular de Margaret Thatcher, estadista de relevo, o intercâmbio entre a dimensão privada e a dimensão pública, nacional e internacional, é, com efeito, uma constante. Esse foi um dos fatores que tive de ter em atenção no exercício de tradução a que me propus e no da sua avaliação, confrontando-o, inevitavelmente, com paradigmas teóricos apreendidos.

Acresce que ao discurso alvo da minha atenção subjazem, compreensivelmente, ideologias, opiniões pessoais e correntes de pensamento. Neste processo, também não pude ignorar a tradução de capítulos anteriores realizada pelas Mestres Milena Vaz e Isabel Quitério e já sancionada em provas públicas, sendo, assim também, necessário tornar o produto do meu esforço de tradução o mais coerente possível com aquele que as colegas haviam previamente feito.

Todo este processo implicou o aprofundamento de elaborações teóricas formuladas ao longo da História no que a esta disciplina concerne, as quais abordo no ponto 2.2, logo a seguir a um pequeno prelúdio em que contextualizo alguns preceitos. Como ponto de partida para a abordagem teórica que lhe sucede, tomo uma pequena parte da produção teórica de Andrew Chesterman, focando-me em cinco tópicos cardeais dos Estudos de Tradução como amostra da extensa literatura existente neste campo. Disserto no ponto 2.4 sobre o principal interveniente destes labores, o tradutor, que se constitui ator principal da intermediação de duas línguas e duas culturas, e de que recursos e valores este se deve revestir para levar a bom porto o seu mister.

O tema do ponto 3 prende-se com as estratégias por mim utilizadas, à luz da teoria, para problematizar questões práticas surgidas no decorrer do processo de tomada-de-decisão, as quais explico em vários tópicos gramaticais e terminológicos, perscrutando conteúdos de uso corrente de ambas as línguas envolvidas.

Apresento a tradução dos dois capítulos acima referidos no Volume II deste Trabalho.

2. Enquadramento Histórico-Teórico dos Estudos de Tradução

2.1 Considerações Gerais

*Então o Senhor desceu para ver a cidade e a torre que os homens estavam a construir. E o Senhor disse: "Eles são um único povo e falam uma só língua. Isto é apenas o começo dos seus empreendimentos. Agora, nenhum projeto será irrealizável para eles. Vamos descer e confundir a língua deles, para que um não entenda a língua do outro".*¹

É inerente à natureza humana a necessidade de se exprimir; o sucesso dessa expressão advém do facto de a mensagem produzida por um emissor ser compreendida pelo interlocutor, sendo isso resultado de um esforço de intra-tradução do mundo que os molda e que simultaneamente ajudam a moldar. Em alguns casos, contudo, a língua pode ser uma barreira. Após o mito etiológico da Torre de Babel, citado acima, nasce a necessidade de se ir mais longe, ao encontro do Outro que já não fala a mesma língua, aprendendo-a para que possamos estar mais perto de o entender, desfazendo a confusão e destruindo essa mesma barreira. A tradução assume, desta forma, um papel preponderante na comunicação humana.

O que é traduzir? A resposta mais simples e aparentemente consoladora seria "dizer quase a mesma coisa noutra língua" (Eco, 2001). Mas, após um olhar mais atento, esta solução não se basta a si própria: o que é dizer a mesma coisa, e quantas formas há de o fazer? Sabemos que "coisa" é a mensagem que queremos veicular, mas até onde vão os limites da comunicação, da equivalência, do "quase" e da "outra língua"? Está aberto o debate. Traduzir, no sentido mais lato, está implicado em tudo o que o ser humano faz, não só ao expressar-se na forma oral ou na forma escrita, mas também em todas as vezes que

¹ Génesis 11, 5-7. Bíblia Sagrada, Paulus Editora.

assimila o mundo à sua volta. Por exemplo, tudo o que recebemos sensorialmente (tal como sons, imagens, palavras escritas, lidas, ouvidas) é transformado - ou, se quisermos, traduzido - em sinais que vão construindo a realidade de cada um ao serem interpretados pelo cérebro. Essa dimensão semiótica e pragmática da tradução - bem como todas as outras - tem sido notada ao longo da História, havendo assim inúmeros estudos, postulações teóricas e entrosamento com outras áreas do saber desta prática milenar. Tanto assim é que a palavra *tradução* acaba por assumir diversas aceções, servindo aqui de exemplo a definição de Roger T. Bell (1991, p. 13):

We would suggest that there are, in fact, three distinguishable meanings for the word. It can refer to:

(1) translating: the process (to translate; the activity rather than the tangible object);

(2) a translation: the product of the process of translating (i.e. the translated text);

(3) translation: the abstract concept which encompasses both the process of translating and the product of that process.

Este capítulo será sempre necessariamente incompleto: existe, como acabo de referir, uma imensidão de autores, obras, e enfoques teóricos. É assoberbante e impraticável abordar todos os aspetos num Trabalho como este, regido que é por grau de concisão no objetivo que o norteia. Optei, assim, por incluir alguns académicos cujas ideias o fundamentaram, que menciono nos subcapítulos que se seguem, apresentando, em primeiro lugar, uma nota histórica.

2.2 Questões de História da Tradução

People have been translating for thousands of years: it is one of the many useful things we can do with language. And people have also been thinking about translation for almost as long, escreve Andrew Chesterman (2016, p. 17). De facto, as inquietações com a

Tradução nasceram ainda na Antiguidade Clássica, em 46 a.C., com o texto *De optimo genere oratorum*, de Cícero. George Steiner (1998) propõe que se divida a história da Tradução em quatro períodos distintos: o do empirismo (que decorre da experiência), de Cícero a Tytler; o da investigação hermenêutica (que analisa a interpretação de um discurso ou texto escrito), de Tytler a Larbaud; um terceiro período que se inicia por volta de 1940, marcado pela introdução da linguística estrutural e da teoria da comunicação; finalmente, um quarto período que se sobrepõe ao anterior e que se caracteriza pelo regresso à hermenêutica e pela abertura a outras disciplinas. Um dos problemas inerentes a esta análise diacrónica prende-se com as durações de cada período, posto que são muito díspares. O primeiro período compreende cerca de 1700 anos, incluindo os primeiros autores que se depararam com problemas em relação a traduções da Bíblia e de textos de Homero: o já mencionado Cícero, Horácio, Quintiliano, São Jerónimo, passando por Wycliffe, Lutero, Chapman, Cowley, Huet, Dryden e chegando ao século XVIII com Pope. O segundo período abarca sensivelmente 150 anos, imbuído da preocupação em abordar a Tradução de um ponto de vista metodológico com o desenvolvimento de um vocabulário próprio, inserindo-a também numa esfera humanística, entre a poesia e a filosofia (Steiner, 1998). Nesta fase figuram nomes como Tytler, Schleiermacher, Goethe, Schiller, Benjamin, Ortega y Gasset e Larbaud. Num terceiro período, a partir da segunda metade do século XX, surge, segundo Hurtado Albir, a primeira geração de *tradutólogos* (Hurtado Albir, 2011, p. 121). Entre estes investigadores, que reivindicam uma análise mais sistemática da Tradução enquanto se aproximam da linguística e da sua relação com a lógica formal, contam-se Fedorov, Brower, Quine, Vinay e Darbelnet, Jakobson e Mounin. Abre-se a Tradução a outras áreas do saber: a Teoria Literária, a Linguística, a História, a Filosofia, a Filologia, a Psicologia, a Pragmática, a Semiótica, a Sociologia, a Antropologia, entre outras. Entramos assim na década de 1960, na área cinzenta do

cruzamento entre o terceiro e o quarto períodos (que duram, em conjunto, trinta anos). Nesta época, a Tradução continua a entrecruzar-se com outros campos, de acordo com Steiner (1998, pp. 466, 467): *Classical philology and comparative literature, lexical statistics and ethnography, the sociology of class-speech, formal rhetoric, poetics, and the study of grammar are combined in an attempt to clarify the act of translation and the process of 'life between languages'*. De salientar Eugene Nida, que nesta década propôs um modelo assente na diferenciação entre dois tipos de equivalência (formal e dinâmica), bem como J. C. Catford que propõe *Translation Shifts* (1965).

Na década de 70 do século XX, notabilizam-se dois académicos, James S. Holmes e André Lefevere, os quais ofereceram um grande contributo para definir a ciência que conhecemos como Estudos da Tradução. Nessa altura, a Tradução não se tinha ainda afirmado como disciplina académica independente. Holmes teve um papel fulcral para que se estabelecesse como tal em 1972, através da apresentação do seu artigo *The Name and Nature of Translation Studies* no Terceiro Congresso Internacional de Linguística Aplicada em Copenhaga, onde adotou essa designação e delineou a estrutura da disciplina (Toury, 2012). Em 1978, dois anos após o Colóquio de Literatura e Tradução de Leuven, Lefevere publicou *Translation Studies: The Goal of the Discipline*, onde declarou que gostaria de propor *the name "translation studies" for the discipline which concerns itself with the problems raised by the production and description of translations* (1978, p. 234 *apud* Bassnett, 2014, p. 19). A partir daí, a denominação *Translation Studies* prevaleceu nos países anglófonos, obliterando propostas anteriores como *Science of Translating* (Nida, 1964) ou *Science of Translation* (Nida, 1969). Ainda nesta década assistiu-se ao surgimento de novas teorias como a dos polissistemas literários de Even-Zohar, e a das normas de Toury. Nos anos 80 surgem teorias funcionalistas graças ao trabalho de Hans Vermeer, que se focou no *Skopos* (o propósito da tradução), e que mais tarde se juntou a

Katharina Reiss, que havia sido sua professora, para explicitar esse conceito em profundidade (Nord, 2018). Na década seguinte verificou-se uma "viragem cultural", denominação usada por Lefevere e Bassnett (1990) para descrever o abandono da abordagem científica da Tradução em favor de uma outra que parte de um enquadramento cultural, ideológico e político (Snell-Hornby, 2006). Em relação às "viragens" dos anos 2000 e 2010, muito embora estas *may still need the distance of time for their ultimate confirmation* (Snell-Hornby, 2016, p. 368), devo referir a globalização e a informatização como elementos primordiais na revolução do dia-a-dia dos tradutores. Com o advento da Internet, temos à nossa disposição bases de dados terminológicas, as chamadas *CAT Tools* (*Computer-Aided Translation*) com memórias de tradução, dicionários *online* e uma miríade de recursos. A nova sociedade da informação transformou rapidamente a nossa forma de comunicar como consequência do desenvolvimento tecnológico. O uso do inglês como *lingua franca* alterou também as relações empresariais e a chegada de *sites* de tradução automática fez com que se deixasse de recorrer aos serviços de tradutores; basta inserir o texto (ainda que não esteja gramaticalmente correto) para ter uma ideia do que se quer dizer ². Pede-se cada vez mais aos tradutores que sejam proficientes na execução de novos trabalhos entre os quais se conta a *web localization*, ou seja, a adaptação de *sites* à língua e cultura de chegada (Pym, 2011).

Encerro esta nota histórica citando Bassnett (2014, p. 127), que escreveu também sobre o caminho que a Tradução está a percorrer em direção a um novo paradigma da era global e como os tradutores terão de se adaptar: *In addition to the linguistic, literary and cultural skills demanded of traditional translators, a reoriented notion of translation will also demand far greater technological skills (...) the traditional expectations of translator competence will have to be revised.*

² Snell-Hornby (2016) chama a esta prática *gisting*.

2.3 Questões de Teoria da Tradução

Durante o meu percurso académico, bem como no início da minha prática profissional, questionei-me diversas vezes: uma disciplina tão prática como a Tradução terá uma necessidade tão premente de teoria? Para tentar dar resposta a esta questão, começo por citar *Exploring Translation Theories*, de Anthony Pym, que inclui a seguinte declaração introdutória: *Translators are theorizing all the time* (2014, p. 1). Este autor defende que, cada vez que o tradutor passa pelo processo de tomada-de-decisão – algo que está sempre a acontecer e que demora segundos – está a teorizar. Ao pensar nas hipóteses que tem à sua escolha e ao seleccionar uma delas, está a trazer à luz a sua visão pessoal do que é a Tradução e de como ela deve decorrer – mais uma vez, isso é teorizar e faz parte da prática corrente da tradução, ainda que o tradutor não se aperceba disso. Por outro lado, Amparo Hurtado Albir escreve: *La traducción más que un saber es un saber hacer (...) tendremos que calificar el saber traducir como un conocimiento esencialmente de tipo operativo y que, como todo conocimiento operativo, se adquiere fundamentalmente por la práctica* (2011, p. 25). Ouso dizer, concordando em parte com Hurtado Albir, que há lugar a algum pragmatismo durante uma tradução: é um processo natural, quase automático, que tem lugar na mente de um tradutor antes de passar para o papel. Já Susan Bassnett (2002) é de opinião que a teoria nasce dos problemas com os quais o tradutor se depara no decurso do processo de tradução, demonstrando que a teoria e a prática não estão assim tão distantes, nem se podem separar de maneira concludente; Peter Newmark (1988) acrescenta ainda que, se a teoria não nascesse da prática, seria inútil e estéril. Estas posições são mais conciliadoras e compatíveis com a de Pym (2014), que continua a introdução da obra supramencionada ao explicar que o confronto de diferentes opções de tradução possíveis entre tradutores leva a que haja uma transição da teorização privada até à criação de uma teoria explícita. Cada tradutor manifesta a sua posição teórica,

eventualmente compatível com a de outro, mas certamente distinta. À medida que as discussões se desenrolam, elaboram-se nomes e explicações para os numerosos aspetos que vêm à tona no processo de tradução, ou seja, criam-se paradigmas: *sets of principles that underlie different groups of theories* (Pym, 2014, p. 3).

Andrew Chesterman, na sua obra *Memes of Translation - The spread of ideas in translation theory*, apresenta uma perspetiva simultaneamente abrangente e concisa dos Estudos de Tradução. Por englobar tantos temas dessa forma singular, escolhi ter as suas ideias como fio condutor neste subcapítulo. Dado que foi escrita em 1997 e revista numa data relativamente recente (2016), temos um ponto de vista moderno sobre esta ciência sem nunca postergar os seus autores basilares. É interessante também notar as atualizações que o autor faz comparativamente à edição anterior, não só no que toca às suas próprias ideias, mas também em relação às teorias de outros estudiosos, oferecendo assim uma linha evolutiva dos fundamentos da Tradução como atividade académica. Chesterman baseia-se no conceito de *meme*, proveniente do livro sobre sociobiologia *The Selfish Gene*, de Richard Dawkins (1976). Um *meme* é uma unidade cultural, uma ideia que se dissemina e se replica por imitação, tal como as unidades biológicas - neste caso, os genes³ (2016, p. 1). O autor aplica esse conceito à Tradução, afirmando *Meme transmission within a culture takes place (...) through language. But for a meme to be transmitted verbally across language boundaries, if both sender and receiver lack the relevant multilingual competence there needs to be a translation* (idem, p.3). Contudo, a Tradução como atividade académica engloba diversas teorias e correntes de pensamento; surge assim a noção de *supermemes*, ou seja, conceitos transversais: *ideas of such*

³ Cf. Vermeer (1997) onde o autor discute o conceito de *meme* e o relaciona com a noção de *culturema*.

pervasive influence that they come up again and again in the history of the subject (idem, p.3). O autor defende a existência de cinco.⁴

Cinco Supermemes da Tradução, segundo Andrew Chesterman (2016, pp. 3-10)
SM1: Partida-Chegada
SM2: Equivalência
SM3: Intraduzibilidade
SM4: Livre-vs-Literal
SM5: Toda-a-Escrita-é-Tradução

SM1: Partida-Chegada

A premissa deste *supermeme* é a de direção: a tradução desloca-se do ponto A para o ponto B, levando consigo um significado de uma língua para outra e dando origem aos termos *Língua de Partida* (a língua na qual o texto foi originalmente produzido) e *Língua de Chegada* (a língua para a qual se está a traduzir o texto). Esta metáfora apresenta o problema concreto de que a chegada ao destino implica a ausência do ponto de origem; visto que a tradução de um texto não acarreta o desaparecimento do seu original, não fará sentido manter esta imagem. O autor sugere assim que, em vez da ideia de movimento, se dê lugar às ideias de propagação, difusão, extensão e evolução, sendo fiel ao elemento de biologia contido na sua visão teórica.

⁴ Estes *translation supermemes*, em minha opinião, servem melhor o propósito de brevidade que se pretende neste Trabalho por serem mais abrangentes. Seria igualmente interessante, porém bastante mais extenso, abordar as questões teóricas a partir da linha evolutiva dos *translation memes*. São apresentados como tal, por exemplo, as próprias palavras, a Palavra de Deus, a Retórica, a Linguística, a Comunicação... (*vide* Chesterman, 2016, pp. 17-48).

SM2: Equivalência

A equivalência é o assunto mais frequentemente discutido pelos teóricos deste campo. Baseia-se na ideia de que uma tradução deve ter o mesmo valor do que o texto de partida; o original e a tradução devem ser "a mesma coisa", ter *sameness* (Bassnett, 2002, p. 37). Isto suscita um debate infundável por parte de vários autores, porquanto a equivalência pode assumir várias formas, conforme explicitado mais abaixo. Chesterman defende esta ideia da procura de *sameness*, enquanto Susan Bassnett não o faz: *Equivalence in translation (...) should not be approached as a search for sameness, since sameness cannot even exist between two TL versions of the same text, let alone between the SL and the TL version* (2002, pp. 37, 38). Deriva da ideia direcional existente no *supermeme* anterior e da origem etimológica inglesa de *translation* como *to carry across*; no entanto, se transportamos algo não esperamos que esse algo altere a sua identidade durante a viagem.

Observa-se a existência de várias classificações, umas mais complexas que outras, e geralmente com uma distinção básica entre dois tipos principais de tradução. A produção teórica é elevadíssima relativamente a esta questão; cingir-me-ei, pois, a alguns autores mencionados por Chesterman e aos aspetos mais relevantes das suas obras.

Vinay e Darbelnet, no final dos anos 50 do século XX, na sua exploração dos aspetos linguísticos da Tradução, propuseram os termos tradução direta e tradução oblíqua. Dentro destas existem sete procedimentos, dos quais os primeiros três são diretos (empréstimo, calque e tradução literal) e os restantes são oblíquos (transposição, modulação, equivalência e adaptação); o procedimento de equivalência é demonstrado através da aplicação a onomatopeias, provérbios e expressões idiomáticas (1972, p. 52). O estruturalista Roman Jakobson (1959, *apud* Venuti, 2012) parte dos conceitos *signatum* (significado) e *signum* (signo). Inicialmente defendidos por Saussure, Jakobson advoga

que o primeiro leva ao segundo e especifica três tipos de tradução: intralingual (ou *rewording*, entre signos verbais da mesma língua), interlingual (ou *translation proper*, entre signos verbais de duas línguas diferentes) e intersemiótica (ou *transmutation*, entre signos verbais e signos não-verbais). Na tradução interlingual, aquela a que me dedico, o autor discute a equivalência ao nível do significado, pois que a sinonímia não representa equivalência total; foca-se sobretudo em questões de campo semântico, terminologia e estrutura visto que essa inexistência de equivalência total não acarreta impossibilidade de tradução.

Eugene Nida (1964), especialista em tradução da Bíblia que se esteia na teoria de gramática gerativa e transformacional de Noam Chomsky, distingue entre equivalência formal e dinâmica (ou funcional). A primeira denota uma representação tão próxima quanto possível de elementos do texto de partida, nomeadamente a nível formal e de conteúdo; a segunda centra-se no efeito produzido no recetor da tradução. Nida chama a este último o princípio do efeito equivalente, onde a relação entre o leitor e o texto de partida deve ser fundamentalmente a mesma que existirá entre o leitor e o texto de chegada, pretendendo atingir um grau máximo de naturalidade através da adaptação cultural, lexical e gramatical com um mínimo de interferência do texto-fonte.

J.C. Catford (1965) apresenta os termos equivalência textual (um conceito específico aplicado a qualquer texto de chegada que seja equivalente a um texto de partida) e correspondência formal (categorias da língua de chegada que correspondam às mesmas categorias da língua de partida). Sempre que houver afastamento da correspondência formal, produzem-se *translation shifts*, onde poderão ocorrer *level/rank shifts* genericamente nos âmbitos lexical e gramatical e *category shifts* especificamente nos âmbitos de estrutura e classe gramaticais bem como ao nível da unidade e sistema léxicos. Peter Newmark (1981) produz uma teoria análoga a estas últimas, utilizando os termos

tradução semântica e tradução comunicativa. A tradução comunicativa centra-se no efeito, enquanto que a semântica se deseja próxima às estruturas sintáticas, semânticas e contextuais do original.

Conquanto conceptualmente semelhantes às previamente mencionadas, são relevantes duas teorias enquadradas num modelo inspirado na gramática sistémico-funcional de Halliday e em Estudos de Análise do Discurso: Christiane Nord postula em 1977 a distinção entre tradução documental e instrumental através de uma abordagem funcionalista derivada da teoria do *Skopos*; Juliane House propõe em 1981 os termos tradução explícita e implícita (*overt and covert translation*).

Neste *supermeme* há ainda a considerar Susan Bassnett, já mencionada no início deste ponto, que dedica um subcapítulo de *Translation Studies* (2002) aos problemas da equivalência; também Mona Baker dedica *In Other Words* (2018) à equivalência a vários níveis, nomeadamente lexical, gramatical, frásico, pragmático, textual, entre outros.

Noutra dicotomia atente-se em Anthony Pym (2014), com os termos de equivalência natural e equivalência direcional. Há um nível de correspondência de léxico pré-existente num dado par linguístico (equivalência natural) e anterior ao ato de tradução (a título de exemplo, *cat* em inglês é o equivalente natural de *gato* em português, e vice-versa); por outro lado, a equivalência direcional é criada pelo tradutor, podendo tornar-se bastante livre e sendo que vários tradutores poderão apresentar soluções diferentes - e todas possivelmente válidas.

Para concluir, Chesterman contribui também com a sua visão teórica:

In my own work (...) I have argued that Translation Studies can best interpret equivalence as relevant similarity, and discussed the different kinds of similarity typically focused on by Translation Studies and Contrastive Studies: divergent (roughly, where a likeness is created, e.g. by imitating) and convergent similarity

(*roughly, where a likeness is perceived between two separate entities*) (2016, pp. 14, 15).

SM3: Intraduzibilidade

Podemos questionar-nos, tal como Ortega y Gasset o fez: *Isn't the act of translating necessarily a utopian task?* (1937, *apud* Venuti, 2000, p. 49). Georges Mounin (1963) coloca a questão da intraduzibilidade no centro da sua problematização de uma forma que vem no seguimento do *supermeme* anterior:

If translation is defined in terms of equivalence, and since absolute equivalence is practically unattainable, translation must surely be impossible. Alternatively: it is assumed that equivalence is, by definition, perfect; but perfection, in practice, is unattainable (Chesterman, 2016, p. 6).

Catford (1965) apresenta também os limites do traduzível aos níveis linguístico e cultural. Quando não existe substituto sintático ou lexical na língua de chegada para um item na língua de partida, Catford alega intraduzibilidade; no entanto, na prática, os tradutores são muito bem capazes de dar a volta às dificuldades de estrutura gramática apresentadas por meio de adequação, ajustando-as para se conformarem às normas da língua de chegada. Relativamente ao segundo aspeto, Catford afirma que este decorre quando uma particularidade cultural relevante não existe na língua de chegada, referindo-se, por exemplo aos diferentes conceitos de *casa de banho* em inglês, finlandês e japonês. A este respeito, escreve Bassnett que *in so far as language is the primary modelling system within a culture, cultural untranslatability must be de facto implied in any process of translation* (2002, p. 41), porquanto é possível encontrar soluções gramaticalmente adequadas, as soluções culturais implicarão, todavia, um maior grau de explicitação e adaptação.

Criaram-se mitos à volta deste *supermeme*: etiológicos e religiosos, como o da Torre de Babel, discorrendo sobre como os humanos não conseguem comunicar consentaneamente entre línguas (Derrida, 1985); a Bíblia é intraduzível, pois a Palavra de Deus é intocável; a poesia outrossim, pela inexistência de equivalência absoluta, sendo inadmissível que a tradução desse género literário seja classificada como tal.

Creio, tal como Benjamin (1923, *apud* Venuti, 2012), que as línguas são convergentes e relacionam-se através da intenção comunicativa. Na prática, a tradução é mais uma forma de comunicar e não existem formas perfeitas de o fazer. Não nos devemos focar na divergência, porque, segundo Ortega y Gasset, com quem abri este ponto, a tradução é tão utópica como qualquer outra atividade ou pretensão humana, incluindo pensar e falar com outros na nossa língua materna.

SM4: Livre-vs-Literal

Mary Snell-Hornby classifica este *supermeme* como uma *age-old dichotomy (...) that goes back to Cicero and Horace* (2006, p. 7). O mesmo diz Amparo Hurtado Albir: *Cicerón, al señalar que no hay que traducir verbum pro verbo, inaugura un debate que en el mundo occidental va a durar dos mil años* (2011, p. 104).

A tradução literal, ou palavra-a-palavra, quer-se o mais próxima possível da forma original. Para alguns autores, isto é levado ao extremo e significa encontrar equivalentes de um-para-um, desconsiderando fatores tais como a sintaxe. Newmark é um dos autores que a prefere: *provided that equivalent effect is secured, the literal word-for-word translation is not only the best, it is the only valid method of translation* (Newmark, 1981, p. 39).

Já a tradução livre, ou sentido-a-sentido, foca-se na transferência de significado, tendo em conta as necessidades do leitor do texto de chegada ao produzir um texto que respeita

as normas linguísticas e textuais da cultura e língua de chegada.

A preponderância deste *supermeme* relaciona-se intimamente com teorias de equivalência e com as ideias de fidelidade *versus* liberdade (*vide* SM2 e ponto 2.4 deste Trabalho): *An advocacy of literal translation goes hand in hand with an adherence to formal equivalence, while free translation tends to prioritize functional equivalence. The required degree of literalness or freedom depends partly on the text-type etc.* (Chesterman, 2016, p. 9).

SM5: Toda-a-Escrita-é-Tradução

Ao invés do *supermeme* da intraduzibilidade, Toda-a-Escrita-é-Tradução foca-se tanto na possibilidade de haver tradução como no facto de esta não diferir particularmente em relação a outras formas de comunicar. A abordagem deste ponto inclui visões estruturalistas, pós-modernas e hermenêuticas da intertextualidade, apropriando-se de uma definição lata de Tradução.

Traduzir é apenas mais uma forma de escrever que inclui um processo de reescrita, da mesma forma que reformulamos o discurso de alguém na nossa própria mente para o podermos compreender. Diz-se que traduzimos através do tempo quando, dentro da mesma língua, o fazemos da sua forma arcaica para a sua forma moderna e, mesmo quando esta tradução não existe, interpretamos o texto, trazendo-o para a nossa realidade (Steiner, 1998). Em termos semióticos, o que fazemos para nos conseguirmos expressar (ações nas quais se incluem os atos de escrever e traduzir), é colocar significado nos significantes. Nada é inventado; as palavras já existem, assim como os textos, e já estão contaminados pelo uso que outras pessoas lhe deram. Tudo é derivativo, não há criação, mas sim uma amálgama de histórias que combinam elementos de múltiplas histórias anteriores: tudo o que podemos fazer é traduzi-las numa nova história (Derrida, 1985).

André Lefevere havia já versado sobre as ideias de refração e reescrita na década de 90 do século XX, mas mais recentemente, autores como Arduini & Nergaard (2011) e Gentzler (2017) têm vindo a defender uma nova perspetiva sobre a Tradução a partir dessas ideias, sugerindo a noção de Estudos de Pós-Tradução, que abre ainda mais este campo já de si rico, tornando-o mais transdisciplinar, menos estreito, eurocêntrico e orientado para o texto escrito: *Research on translational phenomena need not be inscribed within a single discipline. Rather, translation phenomena appear in all languages, major and minor discourses, and in many forms of communication, not just written texts* (Gentzler, 2017, p. 1).

À semelhança dos genes, que formam um fundo genético, também os *memes* formam um *meme pool* (Chesterman, 2016, pp. 2, 3) após sobreviverem e dominarem durante algum tempo. Tomam geralmente um rumo de desenvolvimento no qual os *memes* rivais menos populares desaparecem⁵ e os que atingem a supremacia se convertem, de facto, em normas, muitas vezes através da demonstração empírica de que é o comportamento mais útil a adotar. Gideon Toury (1978/1995, *apud* Venuti, 2012) sistematiza estas normas dentro dos seus estudos descritivos (que contrapõe aos estudos prescritivos), continuando o trabalho de Even-Zohar (1978/1990, *apud* Venuti, 2012) sobre os polissistemas literários e colocando a Tradução em contexto sociocultural, pois até aí apenas tinha sido dada relevância à transferência de significado (Schäffner, 2010). O autor define a noção de norma como *the translation of general values or ideas shared by a community – as to what would count as right or wrong, adequate or inadequate – into performance ‘instructions’ appropriate for and applicable to concrete situations* (2012, p. 63),

⁵ Como mencionado anteriormente, os Estudos de Tradução têm antecedentes religiosos, nomeadamente de tradução da Bíblia, originando um dos *memes* mais antigos, o da Palavra de Deus. No período histórico em que dominava, as traduções elaboradas de acordo com *memes* rivais (como seja a tradução livre), foram declarados errados ou "não traduções"; o próprio Dolet perdeu a vida por infringir esta regra (Chesterman, 2016, p. 49).

apresentando-as como condicionamentos específicos de um tempo, cultura e sociedade. São adquiridas pelos indivíduos em circunstâncias quotidianas de aprendizagem geral, nas quais assimilam o comportamento expectável numa dada situação e, segundo este autor, a Tradução é regida por elas, já que envolve, no mínimo, duas línguas e duas culturas, e com elas dois conjuntos de normas. Embora inicialmente se tenha centrado na tradução enquanto produto final, Toury acaba por utilizar as normas para aferir o processo de tomada-de-decisão do tradutor, classificando-as de acordo com o momento do processo em que ocorrem. A norma inicial refere-se a uma escolha geral feita pelo tradutor, em que a tradução será adequada se se conformar às normas da língua de partida e será aceitável se se conformar às normas da língua de chegada: as decisões tomadas envolvem uma combinação entre estes dois extremos. As normas preliminares dividem-se em política de tradução (fatores que determinam a seleção de textos para tradução numa língua, cultura, ou período de tempo específicos) e direção da tradução (tolerância permitida na tradução indireta de uma língua que não a língua de partida). As normas operacionais, que descrevem a apresentação e questões linguísticas da língua de chegada, também se dividem em normas matriciais (relacionadas com a plenitude da tradução, englobam a adição de notas de rodapé, omissão ou transferência de passagens) e normas textuais e linguísticas (que governam as escolhas de léxico, gramáticas e estilísticas). Na sequência desta nota teórica, é necessário situar o próprio tradutor no seio da sua atividade.

2.4 O papel do tradutor

Não nos podemos esquecer da peça-chave no meio de todo o processo de tradução – o tradutor. Ele tem de desenvolver um processo que encerra uma enorme complexidade: não é diretamente observável por incluir uma dimensão cognitiva, desenrola-se em várias fases e faz uso de inúmeros conhecimentos e habilidades (Hurtado Albir, 2011). Do

ponto de vista pragmático, este processo de tomada-de-decisão ocorre constantemente e consiste numa série de variáveis que impõem ao tradutor a necessidade de escolher entre múltiplas alternativas possíveis. Levý (1967, *apud* Venuti, 2000). foi um dos autores que o explicou ao pormenor. Segundo ele, ao aparecer um problema de decisão (*situation*), cada etapa do processo é guiada por instruções: a instrução I (*definitional instruction*), onde se elencam todas as alternativas possíveis (*paradigm*), e a instrução II (*selective instruction*), derivada do contexto, onde o tradutor procede à escolha. Ao aplicar este modelo a unidades maiores do que a lexical, a instrução I torna-se mais complexa e encontramos-nos, então, a lidar com uma *syntax of instructions*.

Para desenvolver este processo, o tradutor terá de ser competente para desempenhar corretamente o seu papel. Propuseram-se diversos modelos para classificar a competência do tradutor: Hurtado Albir (2011) define a tradução como um *know how*, ou seja, um saber operativo, de ordem procedimental, mais prático, em contraponto ao *know what*, ou o saber de ordem declarativa. Estudos do grupo PACTE⁶ (2003), bem como de Shreve (2006) e Pym (2003), detalharam este assunto, com níveis mais ou menos minimalistas de subcompetências, mas essencialmente o tradutor deve ter conhecimento da língua e cultura de partida e de chegada, das convenções textuais e da aplicação de estratégias de procura de informação, procedimentos e ferramentas de tradução (Hurtado Albir, 2011a). O conceito de naturalidade na tradução defendido por Nida (1964) pode levar a que o tradutor se torne invisível, tópico que foi objeto de uma aguerrida exposição por parte de Venuti:

A translated text, whether prose or poetry, fiction or nonfiction, is judged acceptable by most publishers, reviewers and readers when it reads fluently, when

⁶ O grupo de investigação PACTE - Procés d'Adquisició de la Competència Traductora i Avaluació pertence à Universidade de Barcelona e é coordenado por Amparo Hurtado Albir.

the absence of any linguistic or stylistic peculiarities makes it seem transparent, giving the appearance that it reflects the foreign writer's personality or intention or the essential meaning of the foreign text – the appearance, in other words, that the translation is not in fact a translation, but the 'original'. (...) The more fluent the translation, the more invisible the translator, and, presumably, the more visible the writer or meaning of the foreign text (2008, p. 1).

Esta discussão de ordem ética não ignora os conceitos de domesticação, ou seja, a adaptação do contexto cultural ou termos específicos de uma cultura, e de estrangeirização, que preserva na tradução o contexto cultural original (Paloposki, 2011). Baseando-se em Schleiermacher, Venuti advoga que a visibilidade do tradutor é impulsionada através da estrangeirização, dando origem a traduções mais heterogêneas, desafiando os cânones contemporâneos e a visão pós-colonial ao aproximar-se da retórica do original (Emmerich, 2013). No fundo, o tradutor está entre duas decisões: de um lado, pode proteger ou enfatizar as diferenças culturais; de outro, pode domesticá-las para propiciar a comunicação. Cabe a cada tradutor decidir o grau da sua intervenção.

O que se espera de um tradutor e da sua tradução? Como deve o tradutor lidar com as expectativas que recaem sobre si? De acordo com Christiane Nord, têm existido, ao longo do tempo e em várias culturas, diferentes noções de tradução que criam diversas expectativas. O tradutor terá de ser um mediador responsável na cooperação entre o cliente, o autor do texto de partida e o auditório do texto de chegada, tendo em conta as expectativas relativamente à sua tradução. Isto não significa que terá necessariamente de lhes corresponder, porquanto poderão ser muito díspares, mas sim que terá de antever mal-entendidos ou conflitos de comunicação que poderão ter lugar devido a essas diferentes noções e dar o seu melhor para os evitar (Nord, 2007).

O tradutor encontra-se assim a meio caminho entre a estrutura de duas línguas e duas

culturas, dois mundos e as suas vivências, estando, do mesmo modo, entre o autor e o texto e entre o leitor e o autor. Nada mais lhe resta senão assumir o papel de negociador de todas essas dualidades - pesar as suas decisões, aceitar as perdas, adaptar sempre que necessário: *The very essence of translation/interpretation, and the core of mediation is the negotiation and reconciliation of difference* (Katan, 2013). Acarreta esta tarefa grande responsabilidade para com todos estes atores, responsabilidade esta que Nord denomina lealdade, tendo sido ela a introduzir esta definição na sua abordagem funcionalista à teoria do *Skopos* para representar as especificidades culturais, estipulando uma limitação ética à miríade de propósitos possíveis na tradução de um texto-fonte. O tradutor, imbuído do seu sentir de mediador cultural, deve ser leal para com todos os envolvidos - até para consigo próprio - mormente nos casos em que houver dúvidas do que é (ou do que deve ser) uma “boa” tradução. Este sentir constrói uma base sólida para a existência de confiança que reforçará o estatuto do tradutor (*idem*, p. 9).

Finalmente, Nord espera que a noção de lealdade possa substituir a noção de fidelidade, relacionada com velhos debates que a equiparam à equivalência:

A translation is normally expected to render “faithfully” all the relevant features of the source text. It is a fairly common assumption, and also one often held by linguists and literary critics, even, that the concept of faithfulness or “fidelity” can be equated with “equivalence” (...) Here, equivalence means “the greatest possible correspondence between source text and target text”.

This rather unreflected equation of translation and equivalence appears to be responsible for the deplorable fact that the eternal discussions about faithfulness or liberty in translation have got us absolutely nowhere. The line between fidelity (being faithful) and servility (being too faithful) on the one hand, and liberty (being free) and libertinage (being too free, i.e. adapting or “even” paraphrasing) on the

other, is drawn according to the criterion that a “too faithful” or “too free” version is not equivalent and therefore cannot be regarded as a translation proper (2005, p. 25).

Apresentadas que estão as qualidades das quais se deve revestir o tradutor, bem como o seu papel no mundo literário, parto agora para as estratégias que utilizei na minha tradução para este Trabalho de Projeto.

3. Estratégias de Tradução

De acordo com Chesterman, e em referência ao capítulo sobre questões de Teoria da Tradução, *translation strategies are also memes (...) insofar as they are widely used by translators and recognized to be standard conceptual tools of the trade* (2016, p. 85). De facto, nota-se transversalmente uma vez mais esse esforço teórico num grande número de autores. Não há consenso no que diz respeito à sua conceptualização, sendo que a nomenclatura é heterogénea (procedimentos, técnicas, categorias, operações, alterações, mudanças, métodos, substituições, etc.), o que se pode explicar através da diversificada proveniência científica dos investigadores e do entrecruzamento da Tradução com essas áreas.

A noção de estratégia advém da psicologia cognitiva e trata-se de um procedimento ou conjunto de procedimentos que permitem resolver problemas, colmatar lacunas e fazer uso eficiente das capacidades do indivíduo numa tarefa específica. Esse conceito é introduzido nos Estudos de Tradução por Hönl & Kussmaul (1982) e similarmente descrito como um conjunto de procedimentos que levam à solução ótima de um problema de tradução (Hurtado Albir, 2011).

Importa mencionar o estudo publicado por Lörscher em 1991, conduzido com estudantes e aplicando o *Thinking-Aloud Protocol* (TAP) - ou seja, verbalizando os seus processos mentais⁷. A tese do autor é a de que existem dois tipos de tradução: não-estratégica, ou automática, e estratégica, que inclui resolução de problemas (Séguinot, 1992). Isto é, até se deparar com uma expressão que não apareça imediatamente na sua mente, ou quando

⁷ Ainda que as conclusões retiradas deste estudo sejam interessantes e relevantes para os Estudos de Tradução, há problemas que se levantam: baixo número de sujeitos, insuficientes para uma generalização convincente, bem como o facto de serem estudantes de línguas estrangeiras e não especificamente de Tradução. O estudo de Kiraly (1995) utiliza o mesmo método e levanta questões equivalentes - peca igualmente por analisar poucos sujeitos, dezoito, onde metade são tradutores profissionais e a outra metade estudantes de Tradução - havendo o perigo de se confundir estratégias de aprendizagem com estratégias de tradução (Cf. Hurtado Albir, 2011, p. 275).

não está satisfeito com uma solução (por não ser gramaticalmente coerente ou por causar estranheza a nível semântico ou pragmático), o resultado é uma tradução mais natural, até mecânica. Desta forma, a estratégia já não é um elemento constitutivo da teoria geral, mas sim uma ferramenta para lidar com os possíveis problemas que poderão surgir no decorrer da tradução e também um conceito para descrever a tradução como um processo de decisão (Gambier, 2016).

3.1 Estratégias de Tradução em Autobiografia

A Autobiografia é um género único no que diz respeito aos mecanismos discursivos que fazem transparecer uma imagem de Si (Amossy, 2005, p. 9). Em todo o caso, não creio que as estratégias utilizadas tenham sido diferentes daquelas que empregaria se tivesse traduzido um texto de ficção, e ousa dizer que porventura seja esse o motivo da insuficiência de estudos sobre a tradução deste género literário.

Os capítulos que traduzi, o sétimo e o oitavo, regressam a 1970 para contar o mandato de Margaret Thatcher como Secretária de Estado da Educação, mas desta feita sob o seu ponto de vista na qualidade de membro do Governo de Ted Heath, culminando na sua eleição para Líder da Oposição em 1974. O sexto capítulo refere-se ao mesmo período, mas descreve em grande detalhe as particularidades do seu ministério, ao passo que estes se centram nos factos políticos de modo geral e na conturbação vivida pela sociedade inglesa nesse período.

A maior parte do *corpus* não ofereceu dificuldade acrescida. Os aspetos mais sensíveis na tradução em análise foram aqueles que careceram de pesquisa de modo a causar o mínimo de interferência, de que são exemplo os acontecimentos históricos, cargos políticos, termos de índole legal e eventos à escala internacional, bem como atributos sociais, culturais, temporais e espaciais inerentes à narrativa. Introduzi notas onde se

revelou necessário explicitar as referências utilizadas pela autora, esforçando-me sempre para manter o seu cunho estilístico. Todas as tomadas-de-decisão foram objeto de reflexão exaustiva, sustentadas pela teoria descrita e sintetizada nos capítulos anteriores deste Trabalho, tendo similarmente examinado inúmeras fontes bibliográficas e inclusive inquirido especialistas em Direito e Política. Não pude ignorar o trabalho de tradução iniciado pelas minhas colegas, as Mestres Milena Vaz e Isabel Quitério, submetendo-me às decisões por elas tomadas nos Trabalhos já sancionados em provas públicas e harmonizando destarte a significação para efeitos de coerência da obra em questão.

Apresento em seguida algumas das questões que encerraram maiores dificuldades por forma a ilustrar o meu processo. Podem ser encontradas ao longo de toda a obra e as ocorrências referidas servem apenas de exemplo. A metodologia adotada foi a de agrupar os referidos termos ou expressões em diversas categorias num cotejo entre o original e a tradução que proponho, indicando as páginas e linhas onde ocorrem.

- **Terminologia Legal e Política**

Nesta categoria confrontam-se dois sistemas políticos muito díspares: o português (unicameral) e o inglês (bicameral), o que obviamente se reflete a nível terminológico. Tendo em mente os conceitos de similaridade convergente⁸ de Chesterman e equivalência funcional de Nida (1964), e encarando o problema de falta de equivalentes diretos em alguns casos⁹, conduzi a minha investigação por forma a encontrar soluções que estabelecessem o mais possível um paralelo com a nomenclatura portuguesa ao nível do cargo exercido, nomeadamente através da consulta de dicionários e bases terminológicas *on-line* (*vide bibliografia*).

⁸ *Where a likeness is perceived between two separate entities* (Chesterman, 2016, p. 15).

⁹ Refiro-me, por exemplo, a casos de *minor ranks* tais como *Junior Minister* ou *Minister of State*, que encontram semelhanças com o cargo de Secretário de Estado.

Original	Tradução
Cabinet (p.194, l. 12)	Conselho de Ministros (p. 4, l. 10, 11)
Cabinet Secretary (p. 194, l. 6)	Secretário do Conselho de Ministros (p. 4, l. 5, 6)
Chief Whip (p. 198, l. 32)	Líder Principal da Bancada (p. 8, l. 23)
Lord Chancellor (p. 199, l. 33)	Lord Chanceler (p. 9, l. 25)
Upper House (p. 200, l.1)	Câmara Alta (p. 9, l. 27)
Solicitor-General (p. 210, ll. 7,8)	Procurador-Geral Adjunto (p. 19, ll. 30, 31)
Hansard (nota de rodapé, p. 210)	Relatório oficial dos debates parlamentares (<i>Hansard</i>) (nota de rodapé, p. 20)
backbench (p. 212, l. 30)	bancada de trás (p. 22, l. 13)
Industrial Relations Act (p. 215, l. 7)	Lei das Relações Industriais (p. 24, l. 19)
Court of Inquiry (p. 215, l. 16)	Comissão de Inquérito (p. 24, l. 28)
Bill (p. 221, l.2)	Projeto de Lei (p. 30, ll. 8, 9)
backbenchers (p. 225, l. 6)	deputados parlamentares das bancadas de trás (p. 34, l. 9)
Treasury Minister of State (p. 227, l. 27)	Secretário de Estado do Tesouro (p. 36, ll. 28, 29)
Shadow Cabinet (p. 241, l.36)	Governo Sombra (p. 50, l.27)
Shadow ministers (p. 259, l.30)	ministros do Governo Sombra (p. 67, l. 23)
I have always taken the view that to get to the very top one has to have experience in one of the three important posts...* (p. 261, l. 33)	Sempre considerei que para chegar ao topo tem de se ter experiência num dos três postos importantes...* (p. 69, l. 28) * Isto é, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

* i. e. Foreign Secretary, Chancellor of the Exchequer, Home Secretary.	Ministro das Finanças e Ministro da Administração Interna.
junior minister (p. 270, l.11)	Secretário de Estado (p. 77, l. 23)
Capital Transfer Tax (p. 274, l. 35)	Imposto de Mais-Valia de Cessão (p. 82, l.5)

- **Expressões Estrangeiras e Empréstimos**

A autora serve-se algumas vezes de expressões com origem noutras línguas que não a inglesa. Optei por manter estas palavras pelo facto de serem utilizadas com alguma frequência na língua portuguesa e não apresentarem dificuldades de maior na compreensão, não sendo necessário introduzir clarificação. Consultei um dicionário *online* e verifiquei que todos os vocábulos dele constam (alguns apresentam até uma grafia alternativa, mais natural no português por evitar o uso da letra k, como por exemplo "troica" e "estoques").

Original	Tradução
<i>fait accompli</i> (p. 215, ll. 27-28)	<i>fait accompli</i> (p. 24, l. 32)
<i>volte face</i> (p. 221, l. 11)	<i>volte face</i> (p. 30, l. 12)
troika (p. 255, l. 6)	troika (p. 63, l. 13)
<i>in situ</i> (p. 276, l. 6)	<i>in situ</i> (p.83, l.12)

Também houve ocorrências de empréstimos: palavras de origem inglesa que já entraram no léxico português. Apenas adicionei itálico a *establishment* (que ocorre diversas vezes) para amenizar e evitar interferência no contexto.

Original	Tradução
stocks (p. 216, ll. 34-36)	stocks (p. 26, ll.3-5)
‘think tank’ (p. 252, l. 34)	“think tank” (p. 61, l.9)
establishment (p. 263, ll. 10-11)	<i>establishment</i> (p. 70, l. 29-30)

Destaco ainda uma ocasião na qual a autora se serve de um termo francês que decidi traduzir (ainda que conste do léxico português) por ser pouco utilizado.

Original	Tradução
<i>coterie</i> (p. 267, l. 38)	camarilha (p. 75, l. 14)

- **Siglas**

Ocorrendo em número avultado pela natureza dos assuntos tratados, pois são objeto do discurso várias entidades conhecidas pela sua sigla, procedi na maioria dos casos da mesma forma: uma vez que a autora explicita quase sempre os componentes no corpo do texto, traduzi o nome da entidade ou instituição nesse momento, introduzindo uma Nota do Tradutor em rodapé com a designação no original para que o leitor entenda a sua origem, uma vez que decidi manter as siglas no original.

Original	Tradução
Economic Policy Committee (EPC) (p. 195, l. 13)	Comissão de Política Económica (EPC) * (p. 5, l. 6) *NT: No original, <i>Economic Policy Committee</i> .
Popular Front for the Liberation of	Frente Popular para a Libertação da

<p>Palestine (PFLP) (p. 198, l. 5, 6)</p>	<p>Palestina (PFLP) * (p. 7, l. 25)</p> <p>*NT: No original, <i>Popular Front for the Liberation of Palestine</i>.</p> <p>Referida como PFLP nas ocorrências seguintes</p>
<p>Confederation of British Industry (CBI) (p. 200, ll. 25, 26)</p>	<p>Confederação da Indústria Britânica (CBI) * (p. 10, l. 13)</p> <p>*NT: No original, <i>Confederation of British Industry</i>.</p> <p>Referida como CBI nas ocorrências seguintes</p>
<p>Department of Trade and Industry (DTI) (p. 202, ll. 9,10)</p>	<p>Departamento de Comércio e Indústria (DTI)* (p. 12, l.1)</p> <p>*NT: No original, <i>Department of Trade and Industry</i>.</p> <p>Referida como DTI na ocorrência seguinte</p>
<p>Industrial Re-organization Corporation (IRC) (p. 203, ll. 17, 18)</p>	<p>Corporação de Reorganização Industrial (IRC)* (p.13, l. 10, 11)</p> <p>*NT: No original, <i>Industrial Re-organization Corporation</i></p>
<p>National Industrial Relations Court (NIRC) (p. 204, ll. 6, 7)</p>	<p>Tribunal Nacional das Relações Industriais (NIRC)* (p. 13, l. 29, 30)</p> <p>*NT: No original, <i>National Industrial Relations Court</i>.</p>

Houve ocasiões nas quais o significado das siglas tinha sido explicitado anteriormente na obra, em capítulos não abrangidos pela minha tradução. A minha decisão, por motivos de clareza no que toca à abrangência do meu Trabalho, foi traduzir em nota de rodapé, acrescentando a nomenclatura original.

Original	Tradução
OUCA (p. 201, l. 26)	OUCA* (p. 11, l. 21) *NT: Associação Conservadora da Universidade de Oxford. No original, <i>Oxford University Conservative Association</i> .
TUC (p. 206, l. 5)	TUC* (p. 15, l. 28) *NT: Congresso dos Sindicatos. No original, <i>Trades Union Congress</i> . Referido como TUC nas ocorrências seguintes

Sublinho duas exceções à minha decisão de manter as siglas no original por motivos de familiaridade do auditório: primeiro, não faria sentido manter EEC (*European Economic Community*), então utilizei a sigla traduzida CEE (Comunidade Económica Europeia).

Original	Tradução
EEC (p. 201, l. 32)	CEE (p. 11, l. 24) Referida como CEE nas ocorrências seguintes

Em segundo lugar, a autora refere-se a cargos como MP (*Member of Parliament*) e PPS (*Parliamentary Private Secretary*) através de siglas. Nestes casos, traduzi para o cargo semelhante em português para manter a naturalidade do discurso, evitando o uso da sigla.

Original	Tradução
MP (p. 242, l. 35)	deputado (p. 51, l. 23)
PPS (p. 258, l. 3)	assessor parlamentar (p. 66, l. 2)

- **Expressões idiomáticas**

As expressões idiomáticas representam um desafio acrescido, pois caracterizam a sua própria estrutura linguística e só nela fazem sentido. De acordo com Bassnett:

The translation of idioms, proverbs, puns and other forms of wordplay are a good test of the untranslatable: for example, the English phrases ‘fit as a fiddle’ or ‘laughing like a drain’ would be meaningless in any other language if translated literally (...) In such cases, a functionalist approach to translation is the only viable option: the translator has to create a text that will render for target readers the objective or purpose of the source text. (2014, pp. 147, 148)

É assim tarefa do tradutor encontrar esse *Skopos* (Nord, 2018) e tornar as expressões acessíveis ao público-alvo, como me propus a fazer nos seguintes exemplos:

Original	Tradução
new brooms galore (p. 194, l. 21)	bastantes pessoas novas (p. 4, l. 28)
In his heart of hearts (p. 235, l.2)	No seu íntimo (p. 43, l. 34)
Ted laid down the law (p. 257, l. 27)	Ted ditou as regras (p. 65, l. 28)

Apresento também dois exemplos distintos do emprego da expressão idiomática *lame duck*.

Original	Tradução
And in the long term, of course, this was one ‘lame duck’ which eventually found the strength to fly away again into the private sector, when I was Prime Minister. (p. 207, ll. 5-7)	E a longo prazo, claro, este era um elo mais fraco que acabou por se fortalecer e regressar ao sector privado quando me tornei Primeira-Ministra. (p. 16, l. 34; p.17, ll. 1, 2)
Lame ducks never looked healthier as Mr Davies, Secretary of State for Trade and Industry, opened today’s debate on the Second Reading of the Industry Bill (...). (p. 221, ll. 3-5)	Os fracassados nunca pareceram tão vitoriosos como quando o senhor Davies, Secretário de Estado para o Comércio e Indústria, abriu o debate de hoje sobre a Segunda Leitura do Projeto Lei da Indústria (...). (p. 30, ll. 11-13)

- **Pronomes, Formas de Tratamento e Nomes Próprios**

A narrativa sobre a qual incidiu o meu Trabalho de Projeto é uma descrição das memórias de Margaret Thatcher, constituídas por interações pessoais, emoções, acontecimentos e lugares; a tradução destes aspetos foi alvo de ponderação cuidadosa da minha parte, como descrevo em seguida.

Sendo a própria autora o sujeito da enunciação, escreveu, naturalmente, na 1ª pessoa do singular, havendo um elevado número de momentos em que a palavra “eu” é predominante. O processo de tradução fez emergir uma diferença preponderante entre os dois sistemas linguísticos: enquanto em português a pessoa gramatical pode ser suprimida devido à desinência verbal que a indica, a sintaxe inglesa não o permite, sempre exigindo

que o lugar de sujeito seja preenchido, mesmo com os chamados *dummy subjects: it e there*. Assim sendo, omiti o “eu” onde se justificou, excetuando casos em que a manutenção deste pronome é essencial para evitar a ambiguidade quando a conjugação verbal torna iguais as formas da 1ª e 3ª pessoa do singular ou quando se pretende enfatizar o sujeito da frase. Omiti, de igual modo, alguns pronomes possessivos e determinantes. Estas decisões não deturpam a intenção comunicativa.

Duas outras distinções manifestas entre estruturas linguísticas prendem-se, em primeiro lugar, com a anteposição de artigo em relação ao nome, esporadicamente utilizada no inglês e que tem elevada frequência na língua portuguesa; em segundo lugar, com o emprego da 2ª pessoa do singular e do plural, que tem as três formas “tu”, “você” e “vocês” de um lado, mas apenas *you* do outro. Ambas mereceram grande sensibilidade e atenção redobrada da minha parte, de modo a apurar o contexto em que se inseriam (formal ou informal) e a garantir que a minha proposta de tradução veiculasse corretamente o ambiente vivido. Na descrição de relações íntimas com o marido, Denis, e os filhos, Mark e Carol, onde está implícita a informalidade, coloquei o artigo definido antes dos nomes próprios e utilizei a 2ª pessoa do singular por meio da forma verbal.

Original	Tradução
<p>Denis was there. I had tried to telephone the news through to him myself, but somehow the Press Association beat me to it. Mark learned the news while he was at work as a trainee accountant. As for Carol, she could not be disturbed until she had finished the solicitors' exam she</p>	<p>O Denis estava lá. Tinha tentado telefonar para ser eu mesma a dar-lhe a notícia, mas de alguma forma a Associação de Imprensa chegou antes de mim. O Mark ouviu a notícia enquanto estava a trabalhar como contabilista estagiário. Quanto à Carol, não podia ser incomodada até que tivesse</p>

was taking that afternoon. (p. 280, ll. 28-33)	terminado o exame de advocacia que estava a fazer naquela tarde. (p. 87, ll. 23-27)
Late that night I went back to Flood Street and told Denis of my intention. ‘You must be out of your mind,’ he said. ‘You haven’t got a hope.’ (p. 266, ll. 35-37)	Naquela noite, voltei para Flood Street e contei a minha intenção ao Denis. “Deves ter perdido a cabeça”, disse ele. “Não tens hipótese alguma.” (p. 74, ll. 13-15)

Em todos os outros casos, ignorei o artigo, também de acordo com decisões tomadas em capítulos anteriores da tradução desta mesma obra. Ainda que em referências à relação profissional com Ted Heath ou às relações de amizade com Willie Whitelaw e Sir Keith Joseph pudesse haver um dado grau de familiaridade que desse abertura ao uso do artigo definido, apenas deixei que a natureza das relações se refletisse na forma de tratamento quando a autora usa o discurso direto.

Original	Tradução
We just could not abandon the Party and the country to Ted’s brand of politics. I heard myself saying: ‘Look, Keith, if you’re not going to stand, I will, because someone who represents our viewpoint <i>has</i> to stand.’ (p. 266, ll. 26-28)	Não podíamos abandonar o Partido e o país à forma de fazer política de Ted. Ouvi-me a dizer: “Olha, Keith, se não te vais candidatar, eu vou, porque alguém que represente o nosso ponto de vista <i>tem</i> de se candidatar.” (p. 74, ll. 5-8)
I arranged to see Ted on Monday 25 November. He was at his desk in his	Marquei uma reunião com Ted na segunda-feira dia 25 de novembro. Ele estava à

room at the House. I need not have worried about hurting his feelings. I went in and said: 'I must tell you that I have decided to stand for the leadership.' He looked at me coldly, turned his back, shrugged his shoulders and said: 'If you must.' (p. 267, ll. 16-20)	secretária do seu gabinete na Câmara dos Comuns. Não precisava de me ter preocupado em ferir os seus sentimentos. Entrei e disse: "Devo dizer-lhe que decidi candidatar-me à liderança." Ele olhou para mim friamente, virou as costas, encolheu os ombros e disse: "Se tem de o fazer." (p. 74, ll. 28-33)
--	---

Em relação a outras formas de tratamento, como o uso de *Mr e Mrs*, decidi traduzir para os equivalentes "senhor" e "senhora"; em casos de uso de títulos nobiliárquicos, decidi mantê-los no original, uma vez que são parte integral do nome que os sucede.

Original	Tradução
Sir Burke Trend (p. 194, l. 6)	Sir Burke Trend (p. 4, l. 6)
Lord Wilberforce (p. 215, l. 16)	Lord Wilberforce (p. 24, l.28)
'I'm in mourning for Mr Heath.' (p. 279, l. 7)	"Estou de luto pelo senhor Heath" (p. 86, l. 5)

No que concerne aos nomes próprios, existem referências ao longo de toda a obra que exigiram que tomasse decisões e, neste caso, optei por traduzir aqueles cujo uso é corrente em português.

Original	Tradução
London (p. 238, l. 26)	Londres (p. 47, l.14)
Northern Ireland (p. 238, l. 36)	Irlanda do Norte (p. 47, l. 23)
Britain (p. 254, l. 18)	Grã-Bretanha (p. 62, l. 23)
House of Commons (p. 259, l. 8)	Câmara dos Comuns (p. 67, l. 4)

Por outro lado, manteve a designação original dos que, não tendo correspondência direta, seriam facilmente compreendidos pelo leitor, seja através do contexto ou de expansão.

Original	Tradução
Lamberhurst (p. 232, l. 10)	Lamberhurst (p. 41, l. 9)
<i>Daily Telegraph</i> (p. 251, l. 14)	o jornal <i>Daily Telegraph</i> (p. 59, ll. 26, 27)
radio programme <i>Any Questions</i> (p. 260, l. 11)	programa de rádio <i>Any Questions</i> (p. 68, l.4)
Downing Street (p. 273, ll. 5, 6)	Downing Street (p. 80, l. 11)

- **Questões de Sintaxe**

Com vista a obter um texto de chegada com o maior grau de fluência discursiva possível, procedi a algumas alterações na sintaxe.

Senti que a minha proposta de tradução teria uma leitura mais fluida se modificasse alguns aspetos de pontuação, pois o texto original tem frases bastante extensas que muitas vezes dividi em duas ou nas quais decidi adicionar vírgulas ou pontos e vírgulas por motivos de clareza. Ilustro esta questão em seguida com uma ocorrência em que inseri uma vírgula a seguir ao adjunto adverbial antecipado.

Original	Tradução
In October Cabinet duly endorsed the Stage 3 White Paper. (p. 217, l. 5)	Em outubro, o Conselho aprovou devidamente o Livro Branco da Fase 3. (p. 36, l. 9)

No exemplo que se segue, transformei duas frases em apenas uma oração coordenada explicativa.

Original	Tradução
In practical terms, such talk reduced the credibility of the pledges I was making in my own area. For who could tell what inter-party horse-trading might do to them? (p. 259, ll. 21-24)	Em termos práticos, esse tipo de discurso reduziu a credibilidade das promessas que estava a fazer na minha própria área, pois quem poderia dizer o que as negociações interpartidárias lhes poderiam fazer? (p. 67, ll. 15-18)

Muitas vezes, senti também necessidade de modificar a estrutura da oração, alterando a ordem dos seus elementos. No primeiro dos exemplos abaixo, por exemplo, optei por não fazer uso da comumente denominada *idiomatic passive* (isto é, recorrer ao objeto indireto como sujeito da passiva).

Original	Tradução
After Iain Macleod's untimely death, Geoffrey Rippon was given responsibility for negotiating the terms of our entry into the European	Depois da morte prematura de Iain Macleod, a responsabilidade de negociar os termos da nossa entrada para a Comunidade Económica Europeia foi dada a Geoffrey Rippon. (p. 10,

Economic Community. (p. 201, ll. 24-26)	ll. 16, 17)
And it is because a properly operating market economy adjusts so sensitively to every signal that it avoids those sharp dislocations when cumulative pressures break through. (p. 229, ll. 22-25)	E uma economia de mercado que funciona corretamente, ajustando-se tão sensivelmente a todos os sinais, é a razão pela qual se evitam as deslocações acentuadas quando há rutura das pressões cumulativas. (p.38, ll.17-19)

Para dar mais ênfase a quem toma a ação, decidi também, em alguns momentos, substituir a voz passiva pela voz ativa.

Original	Tradução
The TUC was told by Robert Carr in October 1970 that the central aspects of the Industrial Relations Bill were not negotiable. (p. 206, ll. 5-7)	Robert Carr disse ao TUC em outubro de 1970 que os aspetos centrais do Projeto de Lei das Relações Industriais não eram negociáveis. (p. 16, ll. 1, 2)

Para concluir, todas as estratégias acima descritas são apenas uma pequena demonstração do exercício de tradução que levei a cabo. Poderia mencionar outros aspetos e fornecer mais exemplos, o que decidi não fazer, por considerar que tal poderia tornar o meu Trabalho redundante e até monótono. Deixo ao(s) leitor(es) pistas suficientes para aguçarem a sua curiosidade e sentido crítico, sabendo bem que não há traduções perfeitas ou únicas.

4. Conclusão

Nas palavras de Margaret Thatcher:

It was a mighty challenge. At the time I did not realize how mighty (1995, p. 281).

Como para ela, também para mim este foi um longo caminho de aprendizagem. Com efeito, contribuir para veicular a mensagem de uma personalidade marcante da cena política internacional foi dos mais fortes desafios acadêmicos que tive de encarar até hoje. O processo de tradução empreendido, que compreendeu várias fases, obrigou-me a ter em conta múltiplos aspetos: armar-me de conhecimento das duas estruturas linguísticas em confronto; levar a cabo um complexo processo de tomadas-de-decisão relativamente às palavras seleccionadas, que encerram um mundo de escolhas; investigar fatos históricos, conceitos políticos, expressões que desconhecia; constituir-me mediadora, negociando e pesando as idiossincrasias do discurso sob o ponto de vista cultural; sentir a responsabilidade de navegar entre dois extremos, o da liberdade e o da fidelidade, dentro desta recriação textual que requer que não se olvide a significação e o sentido; o respeito pelo leitor; a dimensão teórica; mergulhar num mundo real, não ficcionado, de memórias e sentimentos da autora, com a plena consciência da subjetividade inerente à imperfeição humana refletida na narrativa; de, finalmente, sentir que de alguma forma contribuí para a representação de uma imagem de alguém dentro dos mecanismos discursivos do Eu. Não sabia que este processo seria tão moroso, nem tão laborioso, nem tão transformador. Sinto-me agora mais enriquecida por todas as leituras e por ser capaz de olhar para a Tradução com a renovada visão de uma eterna estudante que, revestida de mais saber teórico e prático, gostaria de, no futuro, tornar esta área verdadeiramente fascinante na sua atividade profissional.

5. Bibliografia

- Amossy, R. (org.) (2005). *Imagens de Si no Discurso*. São Paulo: Editora Contexto.
- Arduini, S., & Nergaard, S. (2011). Translation: A New Paradigm. In *Translation; A Transdisciplinary Journal*, 1, 8-17.
- Baker, M. (2018). *In Other Words* (3rd ed.). London and New York: Routledge.
- Baker, M., & Saldanha, G. (eds.) (2020). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (3rd ed.). London and New York: Routledge.
- Bassnett, S. (2014). *Translation*. London and New York: Routledge.
- Bassnett, S. (2002). *Translation Studies* (3rd ed.). London and New York: Routledge.
- Bell, R. T. (1991). *Translation and Translating: Theory and Practice*. London and New York: Longman.
- Benjamin, W. (1923). The Translator's Task. In Venuti, L. (ed.). (2012). *The Translation Studies Reader* (3rd ed.) (pp. 75-83) . London and New York: Routledge.
- Catford, J. (1965). *A Linguistic Theory of Translation*. Oxford: Oxford University Press.
- Chesterman, A. (2016). *Memes of Translation: The spread of ideas in translation theory - Revised edition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Derrida, J. (1985). Des Tours de Babel. In Graham, J. F. (ed.). *Difference in Translation* (pp. 209-248). Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Eco, U. (2001). *Experiences in Translation*. Toronto: University of Toronto Press.
- Emmerich, K. (2013). Visibility (and invisibility). In *Handbook of Translation Studies* (Vol. 4, pp. 200-206). Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.
- Even-Zohar, I. (1978/1990). The Position of Translated Literature Within the Literary Polysystem. In Venuti, L. (ed.). (2012). *The Translation Studies Reader* (3rd ed.) (pp.162-167). London and New York: Routledge.
- Gambier, Y. (2016). Translation strategies and tactics. In *Handbook of Translation Studies* (Vol. 1, pp. 412-418). Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.
- Gentzler, E. (2017). *Translation and Rewriting in the Age of Post-Translation Studies*. London and New York: Routledge.

- Hönig, H. & Kussmaul, P. (1982). *Strategie der Übersetzung*. Tübingen: Narr.
- Hurtado Albir, A. (2011). *Traducción y Traductología* (5th ed.). Madrid: Cátedra.
- Hurtado Albir, A. (2011a). Competence. In *Handbook of Translation Studies* (pp. 55-59). Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.
- Jakobson, R. (1959). On Linguistic Aspects of Translation. In Venuti, L. (ed.). (2012). *The Translation Studies Reader* (3rd ed.) (pp. 126-131). London and New York: Routledge.
- Katan, D. (2013). Intercultural Mediation. In *Handbook of Translation Studies* (Vol. 4, pp. 84-91). Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.
- Lefevere, A., & Bassnett, S. (eds.) (1990). *Translation, History and Culture*. London: Pinter.
- Levy, J. (1967). Translation as a Decision Process. In Venuti, L. (ed.). (2000). *The Translation Studies Reader* (pp. 148-159). London and New York: Routledge.
- Molina, L., & Hurtado Albir, A. (2002). Translation Techniques Revisited: A Dynamic and Functionalist Approach. In *Meta - Journal des Traducteurs*, 47, 498-512.
- Mounin, G. (1963). *Les Problèmes théoriques de la traduction*. Paris: Gallimard.
- Munday, J. (2016). *Introducing Translation Studies*. London and New York: Routledge.
- Newmark, P. (1988). *A Textbook of Translation*. New York: Longman.
- Nida, E. (Sept. 1969). Science of Translation. *Language*, 45, no. 3, 483-498.
- Nida, E. (1964). *Toward a Science of Translating*. Leiden: E. J. Brill.
- Nord, C. (2018). *Translating as Purposeful Activity - Functionalist Approaches Explained* (2nd ed.). London and New York: Routledge.
- Nord, C. (2007). Function plus Loyalty: Ethics in Professional Translation. *Génesis. Revista Científica do ISAG*, 7-17.
- Nord, C. (2005). *Text Analysis in Translation*. Amsterdam: Rodopi.
- Ortega y Gasset, J. (1937). The Misery and Splendor of Translation. In Venuti, L. (ed.). (2000). *The Translation Studies Reader* (pp.49-63). London and New York: Routledge.

- PACTE. (2003). Building a translation competence model. In F. Alves (ed.), *Triangulating translation: perspectives in process oriented research* (pp. 43-66).
- Paloposki, O. (2011). Domestication and foreignization. In *Handbook of Translation Studies* (Vol. 2, pp. 40-42). Amsterdam and Philadelphia: Johns Benjamins.
- Pym, A. (2014). *Exploring Translation Theories* (2nd ed.). London and New York: Routledge.
- Pym, A. (2011). Website Localization. In Mjalmkaer, K. & Windle, K. *The Oxford Handbook of Translation Studies* (pp. 410-26). Oxford: Oxford Handbook of Translation Studies.
- Pym, A. (2003). Redefining translation competence in an electronic age: in defence of a minimalist approach. *Meta* 48, 4, 481-497.
- Schäffner, C. (2010). Norms of Translation. In *Handbook of Translation Studies* (Vol. 1, pp. 235-244). Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.
- Schäffner, C., & Bassnett, S. (eds.). (2010). *Political Discourse, Media and Translation*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Séguinot, C. (1992). Compte rendu de [Wolfgang Lörcher. Translation Performance, Translation Process, and Translation Strategies. A Psycholinguistic Investigation. Tübingen, Gunter Narr, 1991, 307 p.]. *La pédagogie de la traduction : questions actuelles (1) et Miscellanées traductologiques*, 5, 271-275.
- Shreve, G. (2006). The deliberate practice: translation and expertise. In *Journal of Translation Studies* 9 (1), 27-42.
- Snell-Hornby, M. (2006). *The Turns of Translation Studies*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.
- Snell-Hornby, M. (2016). The turns of Translation Studies. In *Handbook of Translation Studies*, 366-370.
- Steiner, G. (1998). *After Babel: aspects of language and translation* (3rd ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Thatcher, M. (1995). *The Path to Power*. London: HarperCollins.
- Toury, G. (2012). *Descriptive Translation Studies - and beyond (Revised expanded edition)*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.

Toury, G. (1978/1995). The Nature and Role of Norms in Translation. In Venuti, L. (ed.). (2012). *The Translation Studies Reader* (3rd ed.) (pp. 168-181). London and New York: Routledge.

Venuti, L. (2008). *The Translator's Invisibility*. London and New York: Routledge.

Vermeer, H. (1997). Translation and the 'meme'. *Target* 9, 1, 155-166.

Vinay, J.-P., & Darbelnet, J. (1972). *Stylistique Comparée du Français et de l'Anglais* (2nd ed.). Paris: Didier.

Dicionários e Gramáticas

Cunha, C., & Cintra, L. (2002). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, Lda.

Huddleston, R., & Pullum, G. K. *et al.* (2002). *The Cambridge Grammar of the English Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

Siefring, J. (2004). *The Oxford Dictionary of Idioms* (2nd ed.). Oxford and New York: Oxford University Press.

Bases de dados terminológicas e dicionários online

<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt>

<https://dicionario.priberam.org>

<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/>

<https://iate.europa.eu/home>

<https://www.infopedia.pt>

<https://www.linguee.pt>

Webgrafia

<https://www.parliament.uk/about/how> consultado em julho de 2020

<https://www.margarethatcher.org> consultado em agosto de 2020

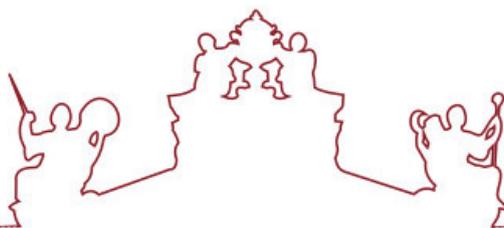
<https://www.britannica.com/biography/Edward-Heath> consultado em agosto de 2020

<https://www.cps.org.uk> consultado em agosto de 2020

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/composicao> consultado em novembro de 2020

<https://members.parliament.uk/Government/Cabinet> consultado em novembro de 2020

https://www.gov.uk/government/organisations#ministerial_departments consultado em novembro de 2020



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem

Área de especialização | Tradução

Trabalho de Projeto

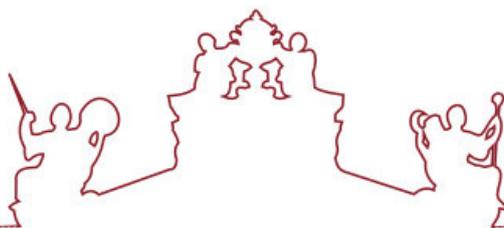
Estratégias de Tradução em Autobiografia: o caso de "The Path to Power" de Margaret Thatcher

Patrícia Isabel Bandeira Hortinhas

Orientador(es) | Olga Maria Gonçalves

Évora 2021





Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem

Área de especialização | Tradução

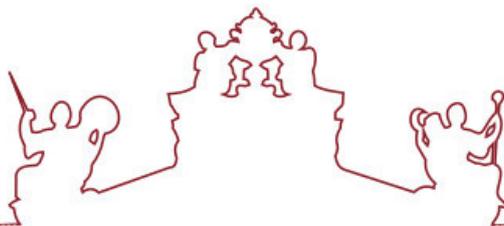
Trabalho de Projeto

Estratégias de Tradução em Autobiografia: o caso de "The Path to Power" de Margaret Thatcher

Patrícia Isabel Bandeira Hortinhas

Orientador(es) | Olga Maria Gonçalves

Évora 2021



O trabalho de projeto foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Fernanda Maria Gonçalves (Universidade de Évora)

Vogais | Carla Ferreira de Castro (Universidade de Évora) (Arguente)
Olga Maria Gonçalves (Universidade de Évora) (Orientador)

Índice

Vol. II

Índice	iii
1. Notas Prévias	3
2. Tradução	4
3. Texto-Fonte (em suporte digital)	

Notas Prévias

1. A paginação da tradução não coincide com a paginação do texto-fonte, uma vez que diz respeito a capítulos mais avançados (VII e VIII).
2. Os poemas citados no texto original não foram alvo de tradução.
3. As fontes externas citadas pela autora foram traduzidas e mantidas no seu lugar inicial, não dando origem a notas.

Capítulo VII

Uma Grande Lição

O Governo Heath 1970-1974

MANHÃ ALEGRE E CONFIANTE

Pouco antes das 11 horas de terça-feira 23 de junho de 1970, o meu novo carro ministerial deixou-me em Downing Street, onde juntamente com outros colegas me expus à crítica da imprensa e da televisão à porta do N° 10. O burburinho na antessala era de entusiasmo e riso. Os nossos passos eram de alegria e confiança enquanto desfilávamos para a Sala do Conselho de Ministros onde Ted Heath, com o Secretário do Conselho de Ministros Sir Burke Trend a seu lado, nos esperava. Sentei-me à mesa do Conselho de Ministros, mas o meu pensamento estava, no mínimo, tanto no departamento¹ como nas grandes questões estratégicas perante o Governo. Como explicarei, lá permaneceu – talvez de forma excessiva. Mas senti uma euforia que foi provocada por mais do que o facto de esta ter sido a minha primeira reunião de Conselho de Ministros: senti, como suspeito que todos sentimos, que este era um momento decisivo na vida do país.

Era uma impressão que o próprio Ted tudo fez para justificar. Falando com a mesma intensidade com que tinha impregnado a sua introdução ao manifesto no qual tínhamos acabado de disputar a eleição, anunciou a sua intenção de estabelecer um novo estilo de administração e uma nova abordagem à condução dos negócios públicos. Seria enfatizada a deliberação e o evitar de reações apressadas ou precipitadas. Haveria uma rutura clara, um novo começo, e bastantes pessoas novas.

O tom era exatamente o que todos nós esperaríamos de Ted. Ele acreditava piamente na capacidade dos políticos de mente aberta para resolver problemas fundamentais se os processos e estruturas do governo estivessem corretos e se os conselhos com a qualidade técnica certa estivessem disponíveis e fossem devidamente usados. Esta era a abordagem que estaria por detrás da decisão desse outono de criar o Grupo de Revisão

¹ Para o Departamento de Educação e Ciência, ver o capítulo anterior.

de Políticas Centrais sob a orientação de Victor Rothschild, para reconstruir o governo em linhas mais “racionais” (incluindo a criação do gigantesco Departamento do Ambiente) e o estabelecimento do sistema PAR². De um modo mais geral, inspirou o que acabou por ser uma confiança excessiva na capacidade do Governo de dar forma a e de controlar eventos.

Inevitavelmente, este relato é em grande medida uma visão retrospectiva. Eu não era membro da importante Comissão de Política Económica³ (EPC) do Conselho de Ministros, embora assistisse a ela se os salários dos professores ou os gastos com as escolas estivessem em questão. Assistia com mais frequência à subcomissão de salários de Terence Higgins quando os fortes rigores de uma política detalhada de preços e rendimentos estatutários – a política que o nosso manifesto nos comprometeu a evitar – eram aplicados, e foi lá que dei algumas contribuições. E, naturalmente, não era membro do círculo íntimo de Ted, onde a maioria das grandes decisões tinham origem. O papel do próprio Conselho era geralmente de importância reduzida depois do primeiro ano do Governo Heath até ao seu final. O relato completo desses anos terá, portanto, de esperar pela autobiografia de Ted Heath.

Isto, no entanto, é dito como explicação e não como ilibação. Como membro do Conselho de Ministros, devo assumir toda a minha parte de responsabilidade pelo que foi feito sob a autoridade do Governo. Revendo os acontecimentos deste período com o benefício de duas décadas de retrospectiva (incluindo mais do que uma destas como Primeira Ministra), posso agora ver mais claramente como Ted Heath, um homem honesto cuja força de carácter sempre o tornou formidável, quer estivesse certo ou errado, tomou o rumo que tomou. E com o passar do tempo, ele *estava* errado, não apenas uma vez, mas repetidamente. Os seus erros – os nossos erros, pois nós compactuámos com eles – causaram danos enormes ao Partido Conservador e ao país. Mas é fácil compreender as pressões a que ele estava sujeito.

Também é importante lembrar que as políticas que Ted seguiu entre a primavera de 1972 e fevereiro de 1974 foram incitadas pelos comentadores mais influentes e durante a maior parte do tempo gozaram de grande apoio público. A administração Nixon, nos Estados Unidos, adotou uma abordagem amplamente similar, como o fizeram outros países europeus. Havia críticos corajosos e clarividentes a quem se deu razão, mas eram

² *Program Analysis and Review*.

³ NT: No original, *Economic Policy Committee*.

um grupo isolado e preparado para combate. Embora as minhas reservas tenham crescido progressivamente, não estava entre eles nesta fase.

Mas alguns de nós (embora nunca Ted, devo dizer) aprenderam com estes erros. Posso compreender perfeitamente como, depois de me ter tornado Líder do Partido Conservador, Enoch Powell, que, juntamente com um pequeno número de outros corajosos deputados conservadores das bancadas de trás, tinha protestado contra inversões de marcha sucessivas, alegou: “Se estão à procura de alguém para levantar princípios espezinados na lama, o lugar para procurar não é entre quem os espezinhou”. Mas Enoch estava errado. Nas palavras de Rudyard Kipling, Keith Joseph e eu aprendemos uma grande lição:

Let us admit it fairly, as business people should;

We have had no end of a lesson; it will do us no end of good.⁴

Neste sentido, devíamos os nossos sucessos posteriores ao conhecimento interior e à compreensão das falhas anteriores. O Governo de Heath mostrou, em particular, que as políticas socialistas seguidas por políticos conservadores são quando muito ainda mais desastrosas do que as políticas socialistas seguidas por políticos trabalhistas. O coletivismo, mesmo sem a tintura de idealismo igualitário para o redimir, é uma crença profundamente desinteressante.

Como é que isso aconteceu? Já delineei parte do plano de fundo. Apesar da aclamação ao manifesto de Selsdon Park, tínhamos pensado nas nossas políticas muito menos minuciosamente do que parecia. Isto aconteceu em particular com a nossa política económica. Não tínhamos uma teoria clara de inflação ou do papel dos acordos salariais decorrente desta. E sem tal teoria, resvalámos para a superstição de que a inflação era o resultado direto dos aumentos salariais e do poder dos sindicatos. Então fomos inexoravelmente empurrados para o caminho de regular rendimentos e preços.

Ted também era impaciente. Partilho esta característica com ele. Sou frequentemente impaciente com as pessoas. Mas eu sabia – em parte, com certeza, por ver o que aconteceu sob a liderança de Ted – que, num sentido mais amplo, a paciência é necessária se queremos que uma política para uma mudança a longo prazo funcione. Isto é especialmente verdade se, como no Governo de Ted em 1970 e no meu em 1979,

⁴ “The Lesson” [A Lição] (1902). A lição em questão foi a Guerra dos Bóeres, na qual a Grã-Bretanha sofreu muitos reveses militares.

estivermos comprometidos com uma política económica não intervencionista que se baseie em estabelecer um enquadramento em vez de projetar um plano. Mudanças de direção repentinas, ocorridas porque os resultados demoram muito a aparecer, podem ter efeitos devastadores a enfraquecer a credibilidade da estratégia. E então, um governo que chegou ao poder orgulhoso do seu princípio e consistência deixou atrás de si, entre outros legados embaraçosos, uma série de gracejos sobre a inversão de marcha. As próprias palavras de Ted na sua introdução ao manifesto de 1970 voltaram para o assombrar:

Uma vez que uma decisão é tomada, uma vez que uma política é estabelecida, o primeiro-ministro e os seus colegas devem ter a coragem de a manter. Nada no mundo fez mais mal à Grã-Bretanha do que a indecisão interminável que temos visto em anos recentes.

Em outro nível, todavia – o nível da experiência humana dia-a-dia no governo – a explicação do que aconteceu terá de ser encontrada dentro dos próprios acontecimentos, nas forças que nos fustigaram e nas nossas reações a elas. Pensámos que estávamos bastante bem preparados para as enfrentar, mas não estávamos. Pouco a pouco fomos desviados da rota até que, por fim, num acesso de desespero, rasgámos o mapa, atirámos a bússola borda fora e, navegando sob novas cores, mas com o mesmo timoneiro, ainda extremamente confiantes no seu sentido de navegação, partimos em direção às águas desconhecidas e repletas de rochas.

As tempestades começaram cedo. Nas primeiras semanas depois de tomar posse, o Governo foi forçado a declarar um Estado de Emergência⁵ assim que uma greve das docas nacionais entrou em vigor. Ao mesmo tempo, foi formada uma Comissão de Inquérito para encontrar uma solução dispendiosa. Embora a greve se tenha evaporado numa quinzena, foi um triunfo ambíguo.

No mês seguinte, a crise foi internacional. No domingo dia 6 de setembro, os terroristas da Frente Popular para a Libertação da Palestina⁶ (PFLP) sequestraram quatro aviões

⁵ Um Estado de Emergência pode ser declarado pela Coroa – efetivamente por Ministros – sempre que surge uma situação que ameça privar a comunidade dos elementos essenciais à vida por perturbar o fornecimento e distribuição de comida, água, combustível ou eletricidade, ou comunicações. Dá amplos poderes ao Governo para fazer regulamentos para restaurar estas necessidades. Podem ser usadas tropas. Se o Parlamento não estiver em sessão quando a proclamação é feita, deve ser reunido de novo dentro de cinco dias. Um Estado de Emergência expira ao fim de um mês, mas pode ser prolongado.

⁶ NT: No original, *Popular Front for the Liberation of Palestine*.

(nenhum deles britânico) e exigiram ser levados até à Jordânia. Três dos sequestros foram bem-sucedidos, mas no quarto – um avião israelita a caminho de Londres – os sequestradores foram dominados pelos seguranças. A terrorista sobrevivente, Leila Khalid, foi presa em Heathrow.

A PFLP exigiu a sua libertação, e mesmo antes do Conselho de Ministros se reunir na quarta-feira dia 9 de setembro, sequestrou um avião britânico a fim de aumentar a pressão. O avião estava a voar para Beirute quando nos reunimos. Foi explicado ao Conselho de Ministros que já tínhamos aquiescido a uma sugestão americana para oferecer a libertação de Leila Khalid em troca da liberdade dos reféns. Durante as semanas seguintes, o Conselho de Ministros debateu a questão muitas vezes enquanto as negociações prosseguiam. Entretanto, a própria Jordânia caiu num estado de guerra civil enquanto o Rei Hussein lutava com os Palestínianos pelo controlo do seu país e os Sírios invadiam e ocupavam grande parte do Norte. Ted resistiu a qualquer envolvimento britânico a favor do Rei e estava convicto de que estávamos certos ao negociar com a PFLP. Embora fosse contra a corrente libertar Khalid, acabou por se fazer o acordo. Todos os reféns foram soltos em tempo devido, embora os aviões sequestrados tenham sido feitos explodir pelos terroristas, e o Rei Hussein tenha sobrevivido aos eventos do “Setembro Negro” – por pouco, mas triunfantemente.

Mas por essa altura o Governo já tinha sofrido um golpe do qual, talvez, nunca recuperámos totalmente. Em meados de Julho, Iain Macleod tinha sido internado para se submeter a uma pequena operação abdominal. Tinha sido um sucesso e tinha voltado ao N° 11 para alguns dias de descanso. Por volta da meia-noite de segunda-feira dia 20 de julho, o meu telefone tocou. Era Francis Pym, o Líder Principal da Bancada. Disse que Ted lhe tinha pedido para nos telefonar a todos para dizer que Iain havia tido um ataque cardíaco nessa noite e tinha acabado de morrer. Tinha apenas cinquenta e seis anos.

Senti o golpe pessoalmente, porque Iain tinha sempre sido um homem generoso e amável para quem trabalhar. Sabia que ele me tinha dado a oportunidade de brilhar e assim entrar no Governo Sombra e depois no Conselho de Ministros em exercício. Mas também reconheci imediatamente que tínhamos perdido o nosso intelectual político mais sagaz e melhor comunicador. Não sei como Iain se teria saído como ministro. Mas se se aceita, como eu o fiz e faço, que os piores erros da política económica provieram da denegação de Ted em relação ao Tesouro, é razoável supor que as coisas poderiam ter corrido melhor se Iain estivesse vivo. Sucedeu-lhe Tony Barber, um homem de

considerável capacidade intelectual, que em geral teve uma experiência infeliz nas Finanças. Os problemas económicos dos anos seguintes basearam-se nesta transição. Embora Tony tivesse tido instintos económicos mais saudáveis, Iain combatia num peso político mais elevado.

O Conselho de Ministros que se reuniu depois da morte de Iain Macleod foi triste. À volta da mesa sentavam-se quase todos aqueles que iriam ser meus colegas durante os próximos quatro anos e meio. As suas qualidades pessoais seriam fortemente testadas. Tony Barber era um velho amigo, mas não particularmente próximo, da Ordem dos Advogados, um hábil especialista em direito fiscal, mas não era alguém para fazer frente a Ted. Reggie Maudling, Secretário de Estado da Administração Interna até à sua demissão durante o caso Poulson em 1972⁷, ainda estava interessado e tinha fortes convicções sobre política económica, mas não estava fascinado com a sua nova pasta. Ainda que fosse extremamente competente do ponto de vista técnico, era improvável que se opusesse a algum regresso a uma política económica mais intervencionista, que na verdade sempre favorecera.

Alec Douglas-Home tinha regressado com facilidade à sua antiga pasta dos Negócios Estrangeiros a qual, no entanto, exigiria em breve bastante esforço de modo a efetivar as nossas promessas feitas na Oposição para levantar o embargo ao armamento na África do Sul e para tentar conceber uma forma acessível de manter uma presença militar Britânica a leste do Suez. Era improvável que ele participasse muito nas questões políticas internas agora, não mais do que tinha feito no Governo Sombra. Quentin Hailsham tinha encontrado o seu papel ideal como Lord Chanceler, iniciando um longo período nesse cargo sob a liderança de Ted e depois sob a minha, onde conseguiu combinar o seu velho sentido travesso e teatral com as frias tradições da Câmara Alta. Peter Carrington era Secretário de Estado da Defesa, um posto para o qual era adequado e que ocupou com aprumo. Eu sabia que ele era próximo de Ted. Tornou-se sem dúvida ainda mais próximo quando mais tarde, enquanto Presidente do Partido e Secretário de Estado da Energia, teve um papel crucial a lidar com a última greve dos mineiros que precipitou as eleições gerais de fevereiro de 1974. Ele fazia parte do “círculo íntimo” de Ted.

⁷ John Poulson foi um arquiteto condenado em 1974 por fazer pagamentos corruptos para ganhar contratos. Uma série de figuras locais do governo também foram para a prisão. Reggie Maudling tinha feito parte da administração de uma das empresas de Poulson.

Keith Joseph, por sua vez, embora sendo uma figura mais antiga do Conselho de Ministros e alguém cujas opiniões tinham de ser levadas a sério, não fazia certamente parte desse círculo e nunca foi, tanto quanto sei, convidado a juntar-se a ele. Tendo sido nomeado Secretário de Estado dos Serviços Sociais, o lado compassivo e de reforma social de Keith tinha-se tornado predominante à custa das suas convicções económicas mais conservadoras, ainda que tenha mantido uma profunda desconfiança do corporativismo em todas as suas formas. A sua paixão tornou-se na necessidade de enfrentar o problema do “ciclo de carência” que condenou gerações sucessivas à pobreza. Tal como a mim, tinha sido dado a Keith um departamento “social” de gastos elevados, e havia uma oposição natural entre o que ele (tal como eu) queria para os seus programas preferidos e as exigências do controlo apertado das despesas públicas. Por acaso ou por cálculo, Ted tinha garantido que os dois membros mais conservadores nos assuntos económicos do seu Conselho de Ministros fossem mantidos bem longe da tomada-de-decisão económica, que foi deixada para aqueles sobre os quais ele podia exercer máxima influência.

John Davies, o antigo Diretor Geral da Confederação da Indústria Britânica⁸ (CBI) (que não sabia nada de política quando foi chamado depois da morte de Iain Macleod para se tornar Ministro da Tecnologia), estava sem dúvida nessa categoria. John era alguém de quem eu gostava e que, de facto, nomeei mais tarde para um posto no meu Conselho Sombra. Mas o seu admirador mais fervoroso teria dificuldade em ter argumentos para defender a sua abordagem às políticas laborais tumultuosas que seriam agora da sua responsabilidade. John também representava os “negócios”, um conceito que Ted, com o seu corporativismo latente, considerava que tinha algum tipo de “função” no governo. Depois de Tony Barber e John Davies, Robert Carr era, como Secretário de Estado do Emprego, a terceira figura chave responsável pela estratégia económica sob a liderança de Ted. Ele era muito mais velho do que eu e tínhamos opiniões e temperamentos diferentes. Ele tinha uma personalidade decente, trabalhadora, embora não jovial. Mas tinha uma tarefa difícil, indiscutivelmente impossível, em tentar fazer com que a defeituosa Lei das Relações Industriais funcionasse. A sua reputação de esquerdista em termos conservadores era menos útil do que alguns poderiam ter esperado; os sindicalistas não costumavam considerar os conservadores de esquerda como mais compassivos, mas simplesmente como menos francos. Como Secretário de Estado do

⁸ NT: No original, *Confederation of British Industry*.

Emprego na altura da primeira greve dos mineiros (1972) e Secretário de Estado da Administração Interna na altura da segunda (1974), poucas pessoas enfrentaram dificuldades maiores durante estes anos.

Um dos que o fez foi Willie Whitelaw como, sucessivamente, Líder da Câmara dos Comuns, Secretário de Estado da Irlanda do Norte e finalmente Secretário de Estado do Emprego na altura da semana-de-três-dias. Willie fazia parte da geração que tinha combatido na guerra. Parecíamos ter pouco em comum e nenhum de nós, tenho a certeza, suspeitava de quão intimamente os nossos destinos políticos viriam a estar ligados. Uma vez que a Educação não era um departamento que requeresse nesta altura um forte programa legislativo, os nossos caminhos raramente se cruzavam. Mas eu já estava ciente de que Willie era uma figura sábia e confiável cuja conduta, voz e estatura o tornavam num excelente Líder da Câmara dos Comuns. No fim do Governo, a importância das suas opiniões e qualidades só era excedida pelas de Ted. A brusca personalidade pública de Willie, no entanto, escondia uma arguta inteligência política e um instinto para gerir pessoas.

Depois da morte prematura de Iain Macleod, a responsabilidade de negociar os termos da nossa entrada para a Comunidade Económica Europeia foi dada a Geoffrey Rippon. Embora tivéssemos antecedentes superficialmente semelhantes - tendo ambos sido presidentes da OUCA⁹ e advogados - Geoffrey e eu nunca fomos próximos. Sempre me pareceu que ele tentava oprimir os oponentes políticos com o poder da sua personalidade em vez de com o poder dos seus argumentos. Isto pode ter acontecido porque Ted lhe tinha dado a tarefa de conseguir o melhor acordo possível nas negociações com a CEE - e esse acordo nem sempre acautelava os nossos melhores interesses a longo prazo. Isto era algo que entenderíamos cada vez melhor com o passar do tempo.

A minha sensação era a de que os dois membros do Conselho de Ministros nos quais Ted mais confiava eram Jim Prior e Peter Walker. Ambos tinham provado a sua lealdade, Jim como assessor parlamentar de Ted na Oposição, e Peter como organizador da sua campanha à liderança do partido em 1965. Jim foi para Ministro da Agricultura, um posto ao qual os seus antecedentes na agropecuária e feições rubicundas o ajudaram a adaptar-se, antes de se tornar Vice-Presidente do Partido sob a liderança de Peter Carrington em abril de 1972. A sede de Peter Walker pela “modernização” das instituições britânicas deve ter ajudado a aproximá-lo de Ted. Tornou-se rapidamente

⁹ NT: Associação Conservadora da Universidade de Oxford. No original, *Oxford University Conservative Association*.

Secretário de Estado do enorme e novo Departamento do Ambiente, onde iniciou com vigor a mais impopular das reformas do governo local até ao meu próprio Imposto Comunitário - e a custo de muito mais burocracia. Mais tarde, iria para o outro conglomerado, o Departamento de Comércio e Indústria¹⁰ (DTI). Jim e, ainda mais, Peter, eram mais novos do que eu, mas ambos tinham muito mais influência na direção geral do Governo. Embora as suas opiniões políticas fossem muito diferentes das minhas, eu respeitava a sua lealdade a Ted e a sua eficácia política.

Os outros membros do Conselho de Ministros - Gordon Campbell na Escócia, George Jellicoe como Lord do Selo Privado e Líder da Câmara dos Lordes, Peter Thomas, um vizinho parlamentar próximo e amigo, como Secretário de Estado do País de Gales e Presidente do Partido, e Michael Noble momentaneamente no Comércio - não tomaram, amplamente, parte nas discussões. Portanto, encontrava-me apenas com um amigo político no Conselho - Keith. Embora geralmente tivesse relações cordiais e amáveis com os meus outros colegas, sabia que não éramos almas gémeas. Sem dúvida que eles também o sabiam. Essas coisas mostram-se muitas vezes mais claramente em conversas casuais e reações espontâneas do que em debates. Com as dificuldades tremendas que enfrentei na Educação, tinha então poucos incentivos para tentar ganhar pontos estratégicos mais alargados no Conselho.

O controlo do Conselho por parte de Ted era total e incontestado. Tinha ganho as eleições de 1970 contra todas as expectativas e por meio de uma campanha muito pessoal. Tínhamos consciência disto e ele também. Além disso, discutir os princípios elementares era estranho à sua natureza e desagradável ao seu temperamento. Até 1972-73 e aos eventos da inversão de marcha, a união do Conselho sob a liderança de Ted era, em parte, simplesmente um reconhecimento de que ele era o Primeiro-Ministro e tinha o direito de esperar apoio para realizar o programa. Uma vez que o próprio programa foi abandonado e um exercício de intervencionismo corporativo foi adotado em seu lugar, o clima piorou, não se manifestando em dissensão mas sim em resmungos que se deixavam escapar ocasionalmente. Sabíamos que estávamos presos.

UMA POLÍTICA ROLLS-ROYCE

Devido a todas as dificuldades que se abateram rapidamente sobre nós nesse verão e

¹⁰ NT: No original, *Department of Trade and Industry*.

outono de 1970, tais reflexões de melancolia ainda estavam longe dos nossos pensamentos. De facto, Ted Heath, Tony Barber, Robert Carr e John Davies partiram para o caminho da reforma radical com um zelo impressionante; e o resto do Conselho era composto por líderes de claque entusiastas.

Em primeiro lugar, o Governo manifestou vontade de cortar nos gastos públicos. (De facto, esta revisão seria o único exercício continuado ao nível do Conselho durante todo o período de 1970-74; os cortes de dezembro de 1973 seriam feitos com rapidez e sem discussão detalhada.) Os debates começaram no final de julho. Foi acordada uma meta de redução líquida de 1 milhão e 700 mil libras na despesa planeada até 1974/75, e Ted fez circular um artigo sobre a economia para mostrar o seu compromisso com a estratégia. Os cortes recaíam mais fortemente sobre os gastos laborais, embora, como já foi observado, eu tivesse as minhas próprias batalhas de gastos departamentais na Educação. As subvenções ao investimento foram terminadas. A Corporação de Reorganização Industrial¹¹ (IRC) seria encerrada. Os projetos de aeronáutica e do espaço seriam sujeitos ao escrutínio mais detalhado. Mesmo com o adiamento do projeto extremamente caro do Concorde, em grande parte por razões de política europeia, era um programa impressionante de economia de mercado livre. E tornou possível um Orçamento de redução de impostos em outubro, que diminuiu a taxa normal do imposto sobre rendimentos em 6 *pence*, baixando de 8 *shillings*.3 *pence* na libra (pouco mais de 41 *pence*), e fazer reduções nos impostos sobre pessoas coletivas a entrar em vigor no início do ano financeiro seguinte.

Nem houve qualquer atraso em apresentar o outro elemento-chave do nosso programa económico - o Projeto de Lei das Relações Industriais. A estrutura do Projeto de Lei já era familiar: esta era uma das áreas de política mais minuciosamente trabalhadas na Oposição e tínhamos publicado as nossas propostas em 1968. Seria uma tentativa ambiciosamente abrangente de proporcionar uma nova base para as relações laborais. Os princípios fundamentais eram que os acordos coletivos deviam ser juridicamente vinculativos salvo acordo em contrário das partes, e que as isenções históricas de ação cívica dos sindicatos deviam ser significativamente restringidas e limitadas àqueles cujos regimentos reunissem certos padrões mínimos (“sindicatos registados”).

Os casos alvo desta legislação seriam tratados por um novo sistema de órgãos jurídicos e tribunais laborais, dirigidos por um ramo do Supremo Tribunal - o Tribunal Nacional

¹¹ NT: No original, *Industrial Re-organization Corporation*.

das Relações Industriais¹² (NIRC). O Projeto de Lei deu também novos poderes ao Secretário de Estado do Emprego, como último recurso quando as negociações tivessem falhado, de solicitar ao NIRC ou uma ordem a adiar a ação laboral até sessenta dias - um período de “arrefecimento” - ou outra a requerer a votação secreta dos trabalhadores envolvidos antes de uma greve.

Havia muito no Projeto de Lei que favorecia ativamente o sindicalismo, por toda a hostilidade que este encontrava na Esquerda. Pela primeira vez na lei inglesa haveria um direito de cumprimento obrigatório de pertencer (ou de não pertencer) a um sindicato. Haveria proteção prevista pela lei contra o despedimento sem justa causa - mais uma vez, um princípio novo na lei inglesa. Por fim, o Projeto de Lei revogaria disposições legais perante legislação anterior que constituíam uma infração penal para os trabalhadores do gás, água e eletricidade que fizessem greve durante a duração dos seus contratos.

Nessa altura, eu era uma forte apoiante do Projeto de Lei, embora tivesse dúvidas sobre determinadas partes, tais como a medida sobre os serviços essenciais. Estávamos todos cientes de que o anterior Governo Trabalhista tinha recuado nas suas propostas *In Place of Strife* para dar lugar a uma reforma debaixo de uma mistura de pressão do partido e do sindicato. Estávamos, portanto, duplamente determinados a fazer as mudanças necessárias.

Em retrospectiva, a filosofia do Projeto de Lei era confusa. Partia do princípio de que, se os sindicatos fossem, em geral, reconhecidos nos seus poderes, ambos disciplinariam os seus próprios membros coletivamente, reduzindo as greves selvagens, por exemplo, e usariam a sua força coletiva de modo regulado e ordeiro conforme o modelo americano. Mas também continha disposições legais para fortalecer os poderes de individuais contra os sindicatos. Assim, o Projeto de Lei era em parte corporativista e em parte libertário. Especificamente, havia quatro defeitos. Primeiro, o Projeto de Lei estava cheio de lacunas. Por se recusarem a assinar acordos a menos que o empregador admitisse que eles não precisavam de ser juridicamente vinculativos, os sindicatos ignoraram efetivamente uma sanção legal. Também descobriram uma tática efetiva para obstar à ambição do Projeto de Lei de transformar a natureza das relações laborais britânicas - muitos simplesmente anularam o seu registo e continuaram a comportar-se como se ainda tivessem as antigas isenções, desafiando qualquer um que tivesse sido prejudicado

¹² NT: No original, *National Industrial Relations Court*.

pelas suas atividades a intentar uma ação, e desafiando os tribunais nas raras ocasiões em que as ações eram intentadas.

Em segundo lugar, não tínhamos a certeza de como o Projeto de Lei das Relações Industriais se encaixava na nossa estratégia económica global. O nosso movimento em direção a uma política de rendimentos “voluntária” - começando pela chamada política “n - 1”¹³ - que tinha começado ainda antes do Projeto de Lei ter sido introduzido - aumentou as ocasiões para discussões sobre salários e pôs o Projeto de Lei incipiente sob enormes pressões. O Projeto de Lei das Relações Industriais foi por fim arquivado, pelo menos tacitamente, como parte da tentativa de esquematizar um acordo sobre os salários com os sindicatos.

Em terceiro lugar, se iríamos depender tão fortemente das leis para melhorar o clima das relações laborais, devíamos ter evitado criar tantas instituições e novos procedimentos simultaneamente. Isto permitia que os nossos adversários afirmassem que o sistema era manipulado contra eles. E quando usámos os novos poderes para introduzir períodos de “arrefecimento” e votações de greve, estes foram prontamente desacreditados como disputas acirradas e os votos contrariaram-nos.

Por fim, presumimos ingenuamente que os nossos oponentes jogariam pelas mesmas regras que nós. Em especial, imaginámos que não haveria nem oposição em massa a leis aprovadas por um governo eleito democraticamente, nem infração em massa da legislação penal, como na greve dos mineiros de 1972. Não reconhecemos que estávamos envolvidos numa luta com pessoas sem escrúpulos cujos objetivos principais não residiam nas relações laborais, mas sim na política. Se tivéssemos percebido isto, poderíamos ter adotado uma abordagem passo a passo, lutando no nosso próprio território ao nosso próprio ritmo, como fizemos depois de 1979. Foi mais tarde, como Líder da Oposição, que eu percebi até onde a extrema Esquerda tinha penetrado nas direções sindicais e porque é que aquela “força de gigante”, da qual o panfleto conservador tinha falado no final dos anos 50, estava agora a ser usada de maneira tão implacável. Os comunistas sabiam que não podiam ser devolvidos ao Parlamento, então escolheram impulsionar a sua causa por meio de chegar ao poder no movimento sindical, e o facto de que tanto o Governo de Wilson como o de Heath terem enfrentado os sindicatos e depois perdido aumentou a sua influência mais do que se não tivéssemos desafiado o seu poder em primeiro lugar.

¹³ “n - 1” era uma política semioficial segundo a qual o aumento salarial de cada ano deveria ser 1 por cento mais pequeno do que o do ano anterior.

Mas nesta fase inicial nós avançamos. Robert Carr disse ao TUC¹⁴ em outubro de 1970 que os aspetos centrais do Projeto de Lei das Relações Industriais não eram negociáveis. O Projeto de Lei foi publicado e teve a sua Segunda Leitura em dezembro. Em fevereiro e março de 1971 houve protestos em massa e greves contra ele. O Partido Trabalhista usou todos os dispositivos para lutar contra o Projeto de Lei, mas em agosto de 1971 este foi devidamente aprovado. A Convenção do TUC aprovou uma resolução que instruía os sindicatos a anularem o registo. Portanto, restava ver, quando a Lei entrou em vigor no final de fevereiro de 1972, quais seriam os seus efeitos práticos - revolução, reforma ou continuar como se nada fosse. Descobriríamos em breve.

Entretanto, outros problemas preocupavam-nos. É por vezes sugerido - e foi-o, na altura, por Enoch Powell - que a decisão do Governo em fevereiro de 1971 de assumir o controlo da divisão aeronáutica da Rolls-Royce marcou a primeira inversão de marcha. Não foi o caso. Pouco antes de a empresa ter comunicado ao Governo os grandes problemas financeiros que enfrentava (como resultado do aumento do custo do contrato com a Lockheed para construir o motor RB-211 para o seu avião Tri-star), um eleitor meu tinha-me dito que estava preocupado com a empresa. Então pedi ao Denis que olhasse para os números. Cheguei tarde a casa numa noite e encontrei-o rodeado de contas dos últimos seis anos. Ele disse-me que a Rolls-Royce tinha estado a tratar os custos de pesquisa e desenvolvimento como capital, em vez de os declarar nas contas de ganhos e perdas. Isto acarretava muitos problemas.

Alguns dias mais tarde fui repentinamente chamada a uma reunião do Conselho e encontrei Fred Corfield, o Ministro da Aviação, à espera na antessala do Conselho. “Está aqui para quê, Fred?”, perguntei. Não fiquei surpreendida quando ele respondeu sombriamente: “Rolls-Royce”. A expressão dele dizia tudo. Ouvimos a história completa na reunião. Para espanto dos meus colegas, confirmei a análise, baseada no que o Denis me tinha dito. Decidimos sem muito debate deixar a própria empresa entrar em falência, mas nacionalizar a divisão aeronáutica. Ao longo dos meses seguintes houve muito mais discussões complicadas enquanto renegociávamos o contrato original com a Lockheed, que estava ela própria em dificuldades financeiras nessa altura. Podia debater-se - e as pessoas fizeram-no - os termos e o montante que precisava de ser providenciado. Mas não acho que nenhum de nós tenha duvidado que, por razões de defesa, era importante manter uma capacidade nacional de motores de avião. E a longo

¹⁴ NT: Congresso dos Sindicatos. No original, *Trades Union Congress*.

prazo, claro, este era um elo mais fraco que acabou por se fortalecer e regressar ao sector privado quando me tornei Primeira-Ministra.

A controvérsia da Rolls-Royce foi de curta duração, e decorreria ainda um ano antes de as inversões de marcha económicas mais graves ocorrerem - reflução, subsídios à indústria, política de preços e rendimentos - e começava a alienação da direita conservadora no Parlamento e de muitos apoiantes conservadores fora dela. O insucesso destas inversões de marcha dividiu o partido ainda mais e teve outras consequências. Criou uma expansão inflacionária que fez com que os preços das propriedades disparassem e encorajou uma grande especulação financeira dúbia, manchando o capitalismo e com ele o Partido Conservador, apesar de todos os desmentidos. Voltarei aos desenvolvimentos económicos que levaram a tudo isto em breve. Mas é importante não menosprezar o impacto no Partido de dois assuntos não-económicos - a Europa e a imigração.

DO IMPÉRIO À EUROPA

Eu era incondicionalmente a favor da entrada britânica na CEE por razões que já descrevi. A saída do General de Gaulle do Palácio do Eliseu em abril de 1969 tinha transformado as perspectivas. O seu sucessor, Georges Pompidou, estava ansioso por lá ter a Grã-Bretanha; e, certamente, ninguém do nosso lado do Canal estava mais ansioso do que o novo Primeiro-Ministro, Ted Heath. Nunca houve nenhuma dúvida de qual seria a posição do novo Governo Conservador; mas também não havia nenhuma dúvida de que muitas pessoas em todo o espectro político se oporiam. Nelas incluíam-se alguns dos parlamentares mais eficazes tais como Michael Foot, Peter Shore e Enoch Powell. Mas, de forma geral, os mundos dos negócios, os *media* e as opiniões em voga eram fortemente a favor, por uma variedade de razões, elevadas ou vulgares.

As negociações começaram formalmente em Bruxelas no final de outubro de 1970, com Geoffrey Rippon a apresentar um relatório a Ted e a uma Comissão do Conselho e, de vez em quando, a todos nós no Conselho completo. Tivemos discussões detalhadas sobre a nossa posição de negociação do orçamento da CEE duas vezes em dezembro. Não havia dúvida de que o custo financeiro da entrada seria alto. Estimava-se que o melhor que poderíamos esperar seria uma contribuição britânica de 17 por cento da despesa total da CEE, com uma transição de cinco anos, e três anos de chamados “corretivos” depois disso (para a manter nos 17 por cento). Para dissipar as inevitáveis

críticas, Geoffrey Rippon também esperava poder negociar uma disposição especial de reexame que poderíamos invocar a qualquer momento, se a carga das nossas contribuições líquidas para o orçamento ameaçasse tornar-se intolerável; mas ele parecia atribuir-lhe pouco significado, e presumiu que poderíamos reabrir a questão quer houvesse um mecanismo formal de revisão, quer não.

Na altura, Ted resolveu a discussão sobre os custos de entrada ao dizer que ninguém estava a argumentar que a carga seria tão intolerável ao ponto de devermos pôr termo às negociações. Mas toda esta questão de finanças deveria ter sido considerada mais cuidadosamente. Ela dominaria as relações da Grã-Bretanha com a CEE durante mais de uma década depois, e não foi assim tão fácil de reabrir. Embora a Comunidade tenha declarado durante as negociações de entrada que “se uma situação inaceitável surgir dentro da presente Comunidade ou numa Comunidade alargada, a sua própria sobrevivência exigirá que as Instituições encontrem soluções equitativas”, a contribuição líquida da Grã-Bretanha cresceu rapidamente. O Governo Trabalhista de 1974-79 não conseguiu reduzi-la. Deixaram isso para eu fazer mais tarde.

O Conselho discutiu de novo a questão no princípio de maio de 1971, altura em que as negociações estavam alegadamente “num impasse”. Havia dificuldades pendentes nos acordos preferenciais para produtos da Nova Zelândia (manteiga e borrego) e açúcar da *Commonwealth*, e as questões levantadas pelos franceses sobre o papel da libra esterlina como moeda internacional. Mas o orçamento ainda era o verdadeiro problema. Tínhamos uma ideia de que acordo poderia estar em oferta: promessas para cortar os custos da Política Agrícola Comum e a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional do qual a Grã-Bretanha beneficiaria desproporcionadamente. Ainda não era a compensação que teríamos querido - e de qualquer forma as promessas não são financiáveis - mas, no momento, nenhum de nós previu quão elevado viria a ser o encargo. Ted terminou a discussão dizendo-nos que estava a planear uma cimeira com o Presidente Pompidou em Paris para clarificar o argumento.

Ted passou dois dias a falar com o Presidente francês. Considerando todas as dificuldades com os franceses que tínhamos tido no passado, a cimeira foi vista como um verdadeiro triunfo para ele. As negociações foram concluídas com rapidez logo depois - à exceção das da Política Comum das Pescas, que levaram anos a resolver - e os termos foram aprovados pelo Conselho no mês seguinte. A aprovação parlamentar não podia ser presumida, pois ambos os partidos estavam profundamente divididos e o Partido Trabalhista tinha invertido o seu anterior apoio à entrada britânica,

argumentando que os termos presentes eram inaceitáveis. No fim, o Governo decidiu que haveria liberdade de voto no lado conservador acerca do princípio da entrada. Isto confundiu o Partido Trabalhista, especialmente quando sessenta e nove deputados trabalhistas ignoraram o seu próprio líder da bancada e votaram a favor, dando uma maioria de 112 à entrada. Mas no que tocava aos termos, mais do que ao princípio de entrada, a discussão estava longe de ser ganha.

A Segunda Leitura do Projeto de Lei das Comunidades Europeias em fevereiro de 1972 foi somente aprovada por 309 contra 301, com os liberais a apoiar o Governo depois de muita pressão dos Líderes da Bancada conservadores. A própria Lei foi promulgada em outubro.

A questão menos discutida na época foi a da soberania - tanto nacional como parlamentar - a qual, com o passar dos anos, assumiu uma importância cada vez maior. Houve algum debate sobre a questão no Conselho em julho de 1971, mas apenas no contexto da apresentação geral do caso para a entrada no Livro Branco. As passagens resultantes no documento - os parágrafos 29-32 - podem agora ser lidos à luz dos acontecimentos, e destacar-se como um exemplo extraordinário de hábil confusão para esconder problemas fundamentais. Em particular, duas frases são obras de arte:

Não há dúvida de qualquer erosão da soberania nacional essencial; o que é proposto é uma partilha e um alargamento das soberanias individuais nacionais no interesse geral.

E:

O direito consuetudinário permanecerá a base do nosso sistema legal, e os nossos tribunais continuarão a operar como o fazem no presente.

Posso afirmar não ter tido nenhuma visão em especial sobre estes assuntos na altura. Parecia-me, bem como aos meus colegas, que os argumentos sobre soberania que foram avançados por Enoch Powell e outros eram pontos teóricos usados como dispositivos retóricos.

No debate da Cláusula 2 do Projeto de Lei, Geoffrey Howe, como Procurador-Geral Adjunto, deu o que pareciam ser garantias satisfatórias sobre o assunto em resposta a críticas de Derek Walker-Smith, dizendo que “afinal, se a revogação [da Lei das Comunidades Europeias] na sua totalidade foi proposta, a derradeira soberania do Parlamento deve manter-se intacta”. Levantando a questão a si próprio: “O que vai

acontecer se houver uma Lei futura que, inadvertidamente, em grande ou pequena medida, possa estar em conflito com a legislação comunitária?” Geoffrey disse: “Os tribunais iriam . . . tentar, de acordo com a abordagem tradicional, interpretar os Estatutos de acordo com as nossas obrigações internacionais.” Mas e se estes não pudessem ser conciliados? Ele continuou, elipticamente:

Não se pode fazer mais do que conciliar a inevitável e duradoura soberania do Parlamento no final do caminho com a proposta de que deveríamos dar efeito às nossas obrigações do tratado para prever a precedência da legislação comunitária . . . Se por inadvertência qualquer conflito surgisse, essa seria uma questão a ser posta à consideração do Governo e do Parlamento da altura. . .¹⁵

A decisão do Tribunal Europeu de que a Lei da Marinha Mercante, 1988, está em contravenção ao Tratado de Roma impossibilitou adiar ainda mais a consideração destas matérias.¹⁶

Não foi, contudo, esta questão que tornaria o mercado comum num problema tão difícil para o Governo. O principal erro político foi exagerar as vantagens que deveriam advir da adesão. No que se refere ao próprio Governo, esta tendência levou os ministros a adotar e desculpar políticas menos salutares. Para “munir” a indústria britânica na resposta a dar aos desafios da Europa, disse-se que eram necessários subsídios e intervenção - argumentação que foi apoiada no discurso do Orçamento de 1972. Ainda pior, políticas monetárias e fiscais pouco rigorosas justificaram-se por razões de que altos níveis de crescimento económico - na ordem dos 5 por cento, mais ou menos - eram agora sustentáveis dentro do novo mercado europeu de cerca de 300 milhões de pessoas. Também se sugeriu que a competição da Europa iria obrigar os sindicatos a agir mais responsabilmente. No que diz respeito ao público em geral, as expectativas dos benefícios da adesão subiram - e depois foram bruscamente goradas à medida que as condições económicas se deterioraram e as perturbações na indústria pioraram. Porém, o Livro Branco tinha prometido que “a adesão da comunidade alargada levará a uma considerável melhoria na eficiência e produtividade na indústria britânica, com uma maior taxa de investimento e um crescimento mais rápido dos salários reais”.

¹⁵ Relatório oficial dos debates parlamentares (*Hansard*), 13 de junho de 1972: Volume 838, colunas 1319-20.

¹⁶ Ver as páginas 497-8 do original.

O sucesso das negociações para a entrada britânica e a sua ratificação pelo parlamento também parece ter tido um efeito psicológico em Ted Heath. O seu entusiasmo pela Europa já se tinha desenvolvido em paixão. Com o passar dos anos tornar-se-ia numa obsessão - que era cada vez mais partilhada pelos notáveis e bons. A discussão tornou-se cada vez menos sobre o que era melhor para a Grã-Bretanha e cada vez mais sobre a importância de ser bons europeus.

Havia um estado de espírito de euforia no *Establishment*. Este atingiu o auge com as celebrações da “Fanfarra para a Europa” de janeiro de 1973, realizadas para marcar a adesão da Grã-Bretanha ao mercado comum. Depois de um espetáculo de gala dado por figuras britânicas e internacionais na Royal Opera House, onde, entre muitas outras atuações, a nossa antiga vizinha do lado, Sybil Thorndike, recitou Browning, o Denis e eu estávamos entre centenas dos convidados para um banquete em Lancaster House. Não pude deixar de me lembrar de dois madrigais cantados num dos jantares de Ted em Downing Street alguns anos antes: “All creatures are merry, merry-minded” e, mais especificamente, “Late is my rash accounting”.

A outra questão que alienou muitos apoiantes conservadores, especialmente nas West Midlands, foi a imigração. Como indiquei, a posição de Ted e do Governo sobre isto era de facto extremamente firme. O nosso Projeto de Lei da Imigração, que recebeu a sua Segunda Leitura em março de 1971, propôs um único sistema de controlo para cidadãos e estrangeiros, enquanto dava entrada livre aos *patrials*, isto é, os indivíduos com direito de residência.¹⁷ Reconhecidamente, a garantia prioritária sobre subsídios para a repatriação voluntária foi efetivamente arquivada. Mas então é duvidoso se qualquer sistema assim teria tido grande impacto na imigração líquida.

Os problemas surgiram quando, em agosto de 1972, o Presidente Idi Amin do Uganda anunciou a expulsão em massa de asiáticos que tinham prudentemente mantido os seus passaportes britânicos no seguimento da independência. Em setembro, o Conselho dedicou-se à questão Ugandesa Asiática. Nas nossas mentes perpassava a possibilidade de que os portadores asiáticos de passaportes do Reino Unido também poderiam ser expulsos do Quênia e da Tanzânia. Os meus primeiros pensamentos quando cheguei ao Conselho foram que devíamos agarrar-nos ao nosso compromisso do manifesto de que “não devia haver mais imigração em larga escala”. Mas Ted começou por dizer que não

¹⁷ *Patrials* eram os cidadãos do Reino Unido e das Colónias cujos pais ou avós tivessem nascido no Reino Unido; cidadãos do Reino Unido e Colónias que se tivessem estabelecido aqui durante cinco anos; qualquer cidadão da *Commonwealth* cujo pai ou mãe ou avós tivesse nascido no Reino Unido.

havia dúvidas da nossa recusa em admitir os portadores de passaporte Britânico expulsos. O Procurador-Geral, Peter Rawlinson, explicou que tínhamos uma obrigação de direito internacional de os aceitar - independentemente das leis de imigração domésticas. Depois disto, não podia haver muita discussão. Mais tarde, senti que a decisão foi certa por outras razões. Simplesmente não havia maneira de evitar o dever humanitário que tínhamos - um dever que mais ninguém aceitaria. Constatei que os asiáticos que vieram para o meu círculo eleitoral eram pessoas admiráveis e trabalhadoras. E esta medida revelou-se realmente como uma exceção à regra do controlo rigoroso da imigração, em vez do primeiro passo para o seu abandono.

Os meus instintos, no entanto, tinham espelhado com precisão o sentimento do partido. Havia uma inquietação profunda sobre a decisão. Enoch Powell falou fortemente contra ela na Conferência do Partido desse ano. Em finais de novembro, o Governo foi derrotado como resultado de uma grande revolta na bancada de trás em relação às novas regras da imigração. Ted ele-próprio tinha sido abalado e estava convencido de que a opinião pública não toleraria uma repetição. Criou um pequeno grupo de ministros para examinar a legislação de modo a evitar outro afluxo, mas quando este grupo apresentou um relatório em dezembro - favorecendo não uma Lei, mas uma “declaração” de que a Grã-Bretanha não iria necessariamente aceitar futuros expulsos em grande número, mas que iria proceder a consulta internacional - o Conselho ficou dividido e a ideia caiu. Foi uma das poucas ocasiões em que o Primeiro-Ministro não conseguiu o que queria.

A própria questão da imigração, como reconhecemos em discussão no Conselho após a derrota na Câmara dos Comuns, tinha sido alimentada pelo descontentamento numa grande variedade de outros assuntos. Para perceber como isto aconteceu, é necessário voltar atrás, às questões económicas.

INVERTER O CURSO

Em janeiro e fevereiro de 1972 aconteceram três eventos que, juntos, testaram a determinação do Governo e acharam-na em falta - a greve dos mineiros, os problemas financeiros dos Construtores Navais de Upper Clyde (UCS)¹⁸ e o total do desemprego a chegar a um milhão. É sempre um choque quando o desemprego atinge um novo número, especialmente um tão dramático como um milhão. O desemprego é o que os

¹⁸ NT: No original, *Upper Clyde Shipbuilders*.

economistas chamam de indicador de atraso. Embora nós não o soubéssemos na altura, tinha acabado de atingir o auge e estava a começar uma tendência negativa. A subida do desemprego em 1971 era, na verdade, a consequência das políticas fiscais e monetárias apertadas de Roy Jenkins de 1969-70. Visto que a política monetária já tinha sido significativamente aliviada em 1971, em grande parte como resultado de liberalização financeira, poderíamos ter ficado sentados e esperado que isto resultasse em baixo desemprego de 1972 em diante. De facto, Ted nunca aceitou esta análise, e subestimava consideravelmente os efeitos estimulantes de remover os controlos do crédito. Sentia que as medidas fiscais de emergência eram necessárias para aumentar a procura e reduzir o desemprego. E esta convicção influenciou as suas decisões em todos os domínios. Ironicamente, porque levou a maior inflação, cujos principais efeitos se sentiram sob o Governo Trabalhista seguinte, e porque a inflação destrói empregos mais do que os preserva, em última análise também levou a maior desemprego.

Em especial, a abordagem do Governo aos Construtores Navais de Upper Clyde decorreu do medo das consequências de uma maior taxa de desemprego. Mas porque também era vista como uma cedência à pressão das ameaças dos militantes de esquerda, adicionou uma nova queixa contra nós. Quando discutimos os problemas da empresa pela primeira vez em dezembro de 1970, o Conselho deu uma resposta bastante robusta. Foi acordado que não se continuaria o apoio do Governo ao grupo UCS, embora houvesse um balão de oxigénio: continuaríamos com garantias de crédito desde que a administração concordasse em fechar o estaleiro nas margens do Rio Clyde e em separar os Construtores Navais de Yarrow do resto do grupo. Yarrow - um fornecedor importante da Marinha Real Britânica - parecia recuperável. Mas em junho de 1971 o grupo UCS estava insolvente e a sua falência foi anunciada. Isso originou uma greve de protesto em Clydeside. Em Julho, os sindicalistas, liderados por delegados sindicais militantes, ocuparam os quatro estaleiros dos UCS.

Houve mais debate no Conselho no outono de 1971, e o Governo viu-se envolvido em negociações com os sindicatos, que se acreditava serem capazes de influenciar os delegados sindicais por detrás da ocupação. A Comissão Económica do Conselho tinha concordado em que lhes devia ser dado dinheiro para manter os estaleiros abertos enquanto o liquidatário procurava uma solução, mas apenas com a condição de que os sindicatos dessem compromissos de negociações sérias em novas práticas de trabalho. Havia fortes críticas quanto a isto por parte de alguns dos meus colegas, devidamente alerta para o perigo de cedência com base em compromissos inúteis. Mas o dinheiro foi

dado e as negociações foram em frente.

Era a perspectiva de desemprego, mais do que as perspectivas para a construção naval, que eram agora indisfarçavelmente primordiais. Em novembro, Ted Heath afirmou, numa emissão do Partido, que “O Governo está completa e absolutamente comprometido em expandir a economia e baixar o desemprego”. A marca fatídica de um milhão foi ultrapassada dia 20 de janeiro de 1972. A 24 de fevereiro ouvimos no Conselho que a Comissão Económica tinha concordado no dia anterior em dar 35 milhões de libras para manter três dos quatro estaleiros abertos. John Davies admitiu-nos abertamente que o novo grupo tinha poucas hipóteses de abrir caminho comercialmente, e se o nível geral de desemprego tivesse sido mais baixo e a economia se estivesse a restabelecer mais depressa, ele não teria recomendado este caminho. Havia notória inquietação. Salientou-se que poderíamos esperar uma receção dura à decisão por parte dos nossos apoiantes. Mas o Conselho aprovou-a e, no final de fevereiro, John anunciou-a. Foi um episódio pequeno, mas memoravelmente inglório. Discuti tudo em privado com Jock Bruce-Gardyne, que era contundente quanto à decisão. Ele considerava-a como uma inversão de marcha crítica e imperdoável. Eu estava profundamente preocupada.

Mas por ora, todos nós tínhamos outras coisas com que nos preocupar. No enquadramento da Lei das Relações Industriais, tínhamos dado demasiada ênfase à forma como alcançar o melhor quadro jurídico possível e não a suficiente à forma como os ataques às nossas propostas seriam rejeitados. A mesma mentalidade prevaleceu no que diz respeito à ameaça que o Sindicato Nacional de Mineiros (NUM)¹⁹ constituía para o Governo e para o país. Sabíamos, claro, que os mineiros e os operários da área da eletricidade jogavam uma carta quase imbatível em negociações de salários, porque podiam desligar o abastecimento de eletricidade à indústria e às pessoas. A ação coletiva dos operários da eletricidade em dezembro de 1970 tinha sido estabelecida depois de se criar uma Comissão de Inquérito sob a direção de Lord Wilberforce, que recomendou um grande aumento em fevereiro do ano seguinte. Dentro do NUM, contudo, havia uma grande facção militante pelo menos tão interessada em derrubar o Governo Conservador como em fletir o músculo laboral para aumentar os ganhos dos mineiros. O NUM realizou uma votação de greve em outubro de 1970 e rejeitou meticulosamente uma oferta da Direção Nacional do Carvão (NCB)²⁰. Receando ação não oficial, o Conselho

¹⁹ NT: No original, *National Union of Mineworkers*.

²⁰ NT: No original, *National Coal Board*.

autorizou a NCB a oferecer um bônus de produtividade a ser pago em meados de 1971. O NUM rejeitou a oferta mais uma vez, sendo que Derek Ezra, presidente da NCB, sem consultar ministros, ofereceu-se para pagar o bônus imediatamente e sem condições ligadas à produtividade. O Conselho aceitou este *fait accompli*. Talvez John Davies e outros ministros tenham continuado a vigiar a situação. Se o fizeram, não ouvi nada sobre isso. Nem o que aconteceu em seguida sugere que qualquer vigilância tenha sido acompanhada de visão de futuro.

Apenas no início de dezembro de 1971 é que a questão dos salários dos mineiros veio à tona no Conselho, e aparentemente de forma casual. A conferência anual do NUM no início desse ano tinha revisto significativamente as regras que previam uma greve oficial, para que agora fosse necessária uma maioria de apenas 55 por cento, ao invés de dois terços. A votação do NUM, que ainda estava a decorrer, tinha resultado, pensava-se, numa maioria de 59 por cento de votos para ação de greve. Apesar disso, ninguém parecia estar muito preocupado. Estávamos todos seguros de que o stock de carvão era elevado, de qualquer modo.

Tal complacência provou-se injustificável. No último Conselho antes do Natal, Robert Carr confirmou-nos que o NUM estava de facto a convocar uma greve nacional com início no dia 9 de janeiro de 1972. Havia mais problemas acerca dos salários nos sectores do gás e da eletricidade. E só precisávamos de olhar lá para fora para saber que o inverno se aproximava, com tudo o que isso significava para o consumo de energia. Mas não houve um verdadeiro debate e todos partimos para as férias de Natal.

Durante o Natal, ainda houve indicações de que a greve poderia não ser forte e que seria concentrada nas áreas mais militantes. Mas dois dias depois de ter começado, era mais do que claro que a ação era total. Houve então um debate no Conselho sobre se deveríamos usar as disposições de “arrefecimento” na Lei das Relações Industriais. Mas foi dito que para cumprir os testes legais envolvidos - as ordens de “arrefecimento” apenas seriam conferidas pelos tribunais se houvesse uma perspectiva de que tornariam possível um acordo, o que neste caso era questionável. A possibilidade de usar as disposições de votação da Lei permanecia. Mas não havia nenhuma razão em especial para pensar que uma votação forçada sobre o NUM levaria a outra coisa que não fosse a continuação da greve, e talvez também um endurecimento de atitudes. Era uma demonstração extremamente desconfortável da fragilidade das principais armas com as quais a Lei nos tinha munido. Além disso, as partes importantes da Lei ainda não tinham entrado em vigor, e também tínhamos consciência de que havia bastante solidariedade

pública para com os mineiros.

A pressão no Governo para intervir diretamente e tentar acabar com o conflito aumentava agora. Olhando para trás, e comparando 1972 com a ameaça de greve dos mineiros de 1981 e a greve de um ano de 1984-85, é extraordinário ver a pouca atenção que demos à “durabilidade” - o período de tempo em que poderíamos manter as centrais de energia e a economia em funcionamento com poucas ou nenhuma reservas de carvão - e quão facilmente o Conselho era enganado com garantias de que os stocks de carvão eram elevados, sem considerar se esses stocks estavam nos locais certos para ser utilizados, i.e., realmente nas centrais de energia. A possibilidade de piquetes eficientes em massa, que impediriam o petróleo e o carvão de chegar às centrais energéticas, simplesmente não fazia parte da nossa agenda. Em vez disso, a nossa resposta foi discutir as perspetivas para a concertação apresentadas por Robert Carr e o uso de “energias de emergência”, que nos permitiriam conservar os stocks das centrais energéticas mais algumas semanas ao impor cortes na energia. Houve bastante conversa inútil sobre “manter a opinião pública do nosso lado”. Mas o que é que a opinião pública podia fazer para acabar com a greve? Esta foi mais uma coisa que eu aprendi nos anos de Heath - e de qualquer forma, a opinião pública *não estava* do nosso lado no seu todo. Mais uma lição deste período - quando nada menos do que cinco Estados de Emergência foram decretados - foi que, por todo o sentido de urgência e decisão que a frase “poderes de emergência” transmite, não se pode depender deles para alterar as realidades básicas de uma disputa laboral.

A situação piorou continuamente. A crise chegou na manhã de quinta-feira dia 10 de fevereiro, quando estávamos todos no Conselho. Tinha sido declarado um Estado de Emergência no dia anterior. Por agora, Robert Carr estava envolvido diretamente com a NCB e o NUM para tentar encontrar uma saída. Mas foi John Davies quem largou a bomba. Disse-nos que os piquetes tinham agora imobilizado grande parte dos stocks de carvão restantes, e que as reservas ainda disponíveis poderiam nem ser suficientes até ao fim da semana seguinte. Depois disso, a produção de eletricidade cairia para um valor tão baixo como 25 por cento do fornecimento normal. Os cortes drásticos de energia eram inevitáveis, e muitos trabalhadores seriam despedidos. O Procurador-Geral informou que as disposições da Lei das Relações Industriais contra boicotes secundários, boicote de reservas e o aliciamento de outros trabalhadores para tomar medidas resultando na frustração de um contrato comercial, não entrariam em vigor até dia 28 de fevereiro. Ele pensava que a maior parte dos piquetes que tinham tido lugar

durante a greve eram lícitos. No que diz respeito ao direito criminal, fizeram-se algumas detenções, mas, como ele disse, “as atividades dos piquetes confrontaram a polícia com decisões muito difíceis e delicadas”.

Isto era uma espécie de eufemismo. O líder esquerdista dos mineiros de Yorkshire, Arthur Scargill, que organizaria a greve de mineiros motivada politicamente que enfrentei em 1984-85, já estava ocupado a ganhar as esporas dos seus militantes. No decurso do Conselho, chegou uma mensagem para o Secretário de Estado para os Assuntos Internos, Reggie Maudling, que a leu em voz alta. O Chefe da Polícia de Birmingham tinha pedido que o Entrepósito de Carvão de Coque de Saltley, da Região de Combustíveis das West Midlands, fosse fechado porque os camiões estavam a ser impedidos de entrar devido a 7000 “piquetes” que estavam a enfrentar apenas 500 polícias.

Não era possível disfarçar que isto era uma vitória para a violência. Para a esquerda, veio a tomar proporções lendárias. Para um grande número de políticos e comentadores, tal mostrou que ninguém podia ter esperança em fazer frente aos mineiros. A autoconfiança da polícia estava destruída. Daqui em diante, muitas polícias mais velhas puseram mais ênfase em manter a “ordem” do que em defender a lei. Na prática, isto significava deixar de defender os direitos dos indivíduos contra a regra da multidão - embora eu tenha de dizer, para ser justa, que a polícia não tinha nem o equipamento nem a coragem para a intervenção necessária. Para mim, o que aconteceu em Saltley não teve menos significado do que para a Esquerda. Compreendi, tal como eles, que a luta para trazer os sindicatos devidamente para o domínio da lei seria decidida não na sala de debate da Câmara dos Comuns, nem mesmo nos palanques, mas dentro e ao redor dos poços e fábricas onde foi permitido que a intimidação prevalecesse.

Ted batia agora em retirada. Nomeou uma Comissão de Inquérito sob a direção do ubíquo Lord Wilberforce. Por agora, a crise energética tinha alcançado proporções tais que nos sentámos no Conselho a discutir se tínhamos tempo para esperar que o NUM fizesse uma votação entre os seus membros para acabar a greve; uma votação pode demorar mais de uma semana a organizar. Não havia, portanto, disposição para ninharias quando Wilberforce recomendou um aumento salarial enorme, muito acima do nível permitido na política voluntária de salários “n - 1” já em vigor.

Mas ficámos chocados quando a maioria militante no executivo do NUM rejeitou a recomendação do tribunal, exigindo ainda mais dinheiro e uma manta de retalhos de outras concessões - “uma lista tão grande como o seu braço”, nas palavras do Presidente

dos mineiros, Joe Gormley.

Ted convocou-nos a todos na noite de sexta-feira dia 18 de fevereiro, para decidir o que fazer. A disputa tinha simplesmente de ser terminada de forma rápida. Se tivéssemos de fazer um esforço suplementar, que assim fosse. Mais tarde nessa noite, Ted chamou o NUM e a NCB ao N° 10 e persuadiu o sindicato a retirar a exigência de mais dinheiro, embora concedendo o resto. O executivo do NUM aceitou, e pouco mais de uma semana depois, os mineiros também o fizeram numa votação. O conflito tinha acabado. Mas a devastação que tinha causado no Governo, e certamente na política britânica como um todo, perdurou.

O efeito imediato era o de convencer a opinião bem pensante que num país como a Grã-Bretanha simplesmente não havia alternativa ao corporativismo. O editorial do *Sunday Times* de 20 de fevereiro colocou a questão de forma nítida:

Depois do acordo Wilberforce, só há um rumo para o Governo adotar se quiser obter qualquer lucro da falência da sua política de salários. Deve iniciar conversações formais e sérias com a Confederação da Indústria Britânica e o Congresso dos Sindicatos para traçar um caminho a seguir em direção a uma política organizada para os rendimentos. Isto envolverá todas as vertentes da indústria, mas acima de tudo o próprio Governo, na eliminação de panaceias antigas. Mas longe de ser humilhado, o Governo iria assim aproveitar a melhor oportunidade de reconstruir a sua política económica.

Tal mensagem encontrou uma audiência pronta nos ministros chocados e perplexos. A combinação da subida no desemprego, os acontecimentos dos Construtores Navais de Upper Clyde e a humilhação do Governo pelos mineiros resultou numa reavaliação fundamental da política. Suspeito que isto aconteceu na própria mente de Ted primeiro, juntamente com os outros ministros e o Conselho em segundo lugar. Não era tanto que tivesse descartado toda a abordagem de Selsdon, mas em vez disso abandonou alguns dos seus aspetos, enfatizou outros e adicionou uma grande dose de estadismo, que provavelmente apelava ao seu temperamento e às suas simpatias na Europa Continental. Tínhamos sido sempre defensores entusiastas do crescimento económico: mas agora promovíamos o crescimento às custas do equilíbrio financeiro. Tínhamos sido sempre a favor da modernização técnica e industrial: mas agora dependíamos da intervenção do governo em vez da concorrência para a garantir. Tínhamos sempre alimentado uma

confusão básica entre um “monetarista” e uma teoria da inflação empurrada pelos salários: agora ignorávamos a primeira e engolíamos a segunda a tal ponto que introduzimos o sistema de salários e preços mais exaustivamente regulado que a Grã-Bretanha conheceu em tempo de paz.

Nada disto me agradava. Mas a nossa incapacidade de resistir ao poder dos sindicatos, quer exercido através de exigências irresponsáveis de salários que forçaram as empresas à falência e os trabalhadores ao desemprego, ou através de greves que imobilizaram o país, era agora evidente. A própria Lei das Relações Industriais já parecia oca: seria totalmente desacreditada em breve. Como a maioria dos conservadores, eu estava preparada para dar pelo menos uma oportunidade a uma política que mantinha alguns dos objetivos que tínhamos estabelecido em 1969/70. Até estava preparada para concordar com uma política de preços e rendimentos obrigatória, durante algum tempo, para tentar limitar os danos infligidos pelo abuso de poder arrogante dos sindicatos. Mas estava errada. A intervenção do estado na economia não é, em última análise, uma resposta a interesses pessoais excessivamente poderosos, porque depressa faz conluio com eles.

É atípico reunir o Conselho numa segunda-feira, e eu tinha agendado um compromisso científico prolongado para segunda-feira dia 20 de março de 1972, portanto não estive presente no Conselho que discutiu o Orçamento e o novo Livro Branco das Relações Laborais nesse dia. Ambos assinalavam uma mudança na estratégia, cada um complementando o outro. O Orçamento era altamente reflacionário, abrangendo grandes cortes nos impostos sobre o rendimento e sobre a aquisição, pensões aumentadas e prestações de segurança social e incentivos ao investimento extra para o sector laboral. Havia fortes rumores que Tony Barber e o Ministério das Finanças estavam muito descontentes com o Orçamento e que lhes tinha sido imposto por Ted. O facto de que o discurso do orçamento apresentava estas medidas como concebidas para ajudar a Grã-Bretanha a enfrentar o desafio aberto pela adesão à CEE confirma isto em pequena escala. Foi abertamente concebido para proporcionar um grande impulso na procura, que alegadamente não envolveria a subida da inflação, em condições de alto desemprego e recursos inativos. Mencionou-se a política económica, mas apenas para salientar a sua “flexibilidade”; não foram definidas metas numéricas para o crescimento económico.

Na quarta-feira dia 22 de março, John Davies publicou o seu Livro Branco sobre *Indústria e Desenvolvimento Regional*, que foi a base para a Lei da Indústria de 1972. Ainda mais do que o Orçamento, isto foi visto igualmente pelos nossos apoiantes e

adversários como uma óbvia inversão de marcha. Eu, Keith, e provavelmente outras pessoas no Conselho, estávamos extremamente descontentes, e parte disto foi parar à imprensa. Tanto quanto me lembro, não tinha havido discussão prévia do Livro Branco no Conselho: foi apresentado aos Comuns na declaração do Orçamento e a sua preparação dentro do Governo foi sujeita ao sigilo normalmente aplicado a medidas de Orçamento. Daqui em diante, estava ciente de que a inimizade tinha sido transformada em desprezo na bancada trabalhista. Não estava na Câmara nessa altura, mas tinha lido o relato do *The Times* que resume a reação ao discurso de John Davies sobre o Projeto de Lei:

Os fracassados nunca pareceram tão vitoriosos como quando o senhor Davies, Secretário de Estado para o Comércio e Indústria, abriu o debate de hoje sobre a Segunda Leitura do Projeto Lei da Indústria com, possivelmente, o mais notável discurso ouvido nos Comuns durante a vida do presente Governo. No fim, os aplausos da bancada trabalhista e o silêncio quase total dos deputados conservadores mostraram muito claramente que a Oposição podia dizer quão completo tinha sido o *volte face* do Governo sobre intervenção no sector laboral e ajuda às regiões.

Eu não era, bem sei, a única conservadora a contorcer-se ao ler coisas como estas. Deveria ter-me demitido? Talvez sim. Mas aqueles de nós que não gostavam do que estava a acontecer ainda não tinham analisado totalmente a situação ou não tinham arranjado uma abordagem alternativa. Nem tampouco, falando realisticamente, a minha demissão teria feito muita diferença. Não tinha uma categoria elevada o suficiente para ser outra coisa que não a insignificante “dificuldade local”. Mais uma razão para prestar homenagem a pessoas como Jock Bruce-Gardyne, John Biffen, Nick Ridley e, claro, Enoch Powell, que revelaram a tolice do que se estava a passar nos discursos dos Comuns e em artigos de jornal.

Também há uma ligação direta entre as políticas adotadas a partir de março de 1972 e a abordagem muito diferente da minha própria administração mais tarde. Um economista na área financeira, brilhante, mas pouco conhecido, chamado Alan Walters, demitiu-se da CPRS e fez não só críticas mordazes à abordagem do Governo, como também

previsões precisas de onde ela iria levar.²¹

Outro golpe à abordagem que adotámos em 1970 ainda teria de acontecer e não demorou a chegar. Esta era a destruição efetiva da Lei das Relações Industriais. Nunca se previra que a Lei resultasse na ida para a cadeia de sindicalistas a título individual. Naturalmente, nenhuma disposição legal pode ser uma prova contra a possibilidade remota de isso acontecer se os agitadores estiverem empenhados no martírio. Foi uma disputa prolongada entre empregadores e estivadores sobre “contentorização” que proporcionou a ocasião para tal acontecer. Em março de 1972, o Tribunal Nacional de Relações Industriais (NIRC)²² multou o Sindicato dos Trabalhadores Gerais e dos Transportes (TGWU)²³ em 5000 libras por desafiar uma ordem de acesso às Docas de Liverpool. No mês seguinte, o sindicato foi multado em 50.000 libras por desobediência no caso da ação secundária nas docas. O TGWU afirmou que não era responsável pelas ações dos seus delegados sindicais, mas o NIRC decidiu desfavoravelmente em maio. Depois, do nada, o Tribunal de Recurso inverteu estes julgamentos e decidiu que o TGWU *não* era responsável, e assim os próprios delegados sindicais eram pessoalmente puníveis. Isto era extremamente perturbador, pois abria a possibilidade de os sindicalistas irem para a prisão. No mês seguinte, três estivadores envolvidos em boicotes foram ameaçados de prisão por recusarem comparecer perante o NIRC. 35.000 sindicalistas estavam agora em greve. No último momento, o Solicitador Oficial recorreu ao Tribunal de Recurso para evitar a prisão dos estivadores. Mas depois em julho, outros cinco estivadores foram encarcerados por desobediência.

A Esquerda foi implacável. Ted foi calado com vaias no parlamento. As greves solidárias espalharam-se, envolvendo o encerramento dos jornais nacionais durante cinco dias. O TUC convocou uma greve geral de um dia. A 26 de julho, não obstante, a Câmara dos Lordes inverteu a decisão do Tribunal de Recurso e confirmou que os sindicatos eram responsáveis pela conduta dos seus membros. O NIRC então libertou os cinco estivadores.

Este foi mais ou menos o fim da Lei das Relações Industriais, embora não tenha sido o fim dos problemas nas docas. Seguiu-se uma greve nacional das docas, e foi declarado outro Estado de Emergência. Isto só acabou - nos termos dos estivadores - em agosto.

²¹ Alan Walters tornou-se no meu assessor de economia quando fui Primeira-Ministra em 1981-84 e novamente em 1989.

²² NT: No original, *National Industrial Relations Court*.

²³ NT: No original, *Transport and General Workers' Union*.

Em setembro, a Convenção Geral do TUC pôs sal na ferida ao expulsar trinta e dois sindicatos pequenos que tinham recusado, contra instruções do TUC, anular o registo perante a dita Lei. Tendo partilhado ao máximo o entusiasmo do partido pela Lei, eu estava chocada.

UMA INVERSÃO DE MARCHA DEMASIADO GRANDE

No verão de 1972, foi-nos revelado o terceiro aspeto - depois da reflexão e da intervenção no sector laboral - da nova abordagem económica. Tratava-se de procurar um acordo nos preços e rendimentos através de diálogos “tripartidos” com a CBI e o TUC. Apesar de não ter havido nenhuma política de pagamentos explícita, tínhamos estado a viver num mundo de “normas” desde o outono de 1970 quando a “n – 1” foi formulada na esperança de que houvesse desaceleração do número da “taxa aplicada” em rondas sucessivas de salários. O acordo com os mineiros tinha violado essa política fortemente, mas Ted tirou a conclusão de que devíamos ir mais longe em vez de voltar para trás. Desde o verão de 1972, o objetivo era o de uma política de preços e rendimentos muito mais elaborada, e cada vez mais o centro de tomada de decisão se afastava do Conselho e do Parlamento. Só posso, portanto, fazer uma descrição parcial da forma na qual os assuntos se desenvolveram. O Conselho apenas recebia relatórios de Ted de que políticas tinham efetivamente sido decididas noutro lado, embora os ministros tenham ficado cada vez mais atolados nos detalhes das inconstantes e complicadas negociações de salários. Este interesse quase obsessivo nas minúcias dos prémios de pagamento era acompanhado por um elevado grau de impotência sobre os acordos finalmente concluídos. De facto, o resultado mais importante era distrair os ministros das grandes questões económicas e cegar-nos com dados irrelevantes quando devíamos ter estado a olhar em frente para as ameaças que emergiam.

O período dos diálogos tripartidos com o TUC e a CBI, desde o início de Julho até ao fim de outubro, não nos levou muito mais longe no que diz respeito à meta do Governo de controlar a inflação por conter as exigências de salários. O que fez, todavia, foi fazer-nos deslizar por outros caminhos perigosos. Em troca da oferta da CBI de assegurar contenção de preços “voluntária” por 200 das maiores firmas britânicas, limitando as suas subidas de preços em 5 por cento durante o ano seguinte, envolvemo-nos na política

dispendiosa e contraproducente de manter os aumentos de preços das indústrias nacionalizadas ao mesmo nível, embora isto significasse que elas continuavam a ter prejuízo. O TUC, pela sua parte, usou o papel que lhe tinha sido concedido pelos diálogos tripartidos para definir a sua própria política económica alternativa. Em flagrante contradição com as políticas que tínhamos prometido implementar, eles queriam levar a cabo alguma ação para manter as rendas de habitação social baixas (que sabotaria a nossa Lei do Financiamento da Habitação - concebida para as aproximar aos níveis de mercado). Incentivavam o controlo de lucros, dividendos e preços, visando garantir a redistribuição de rendimento e riqueza (por outras palavras, a implementação do socialismo), e a revogação da Lei das Relações Industriais. Estas exigências, feitas na Convenção do TUC em setembro, foram levadas suficientemente a sério por Ted ao ponto de concordar com estudos de métodos por meio dos quais o salário de trabalhadores com baixa remuneração podia ser melhorado sem implicar aumentos proporcionais para os outros trabalhadores. Por outras palavras, tínhamo-nos mudado firmemente para o terreno socialista de que os “salários baixos”, - como quer que isso possa ser definido - eram um “problema” a ser resolvido pelo governo, em vez de pelos mecanismos de mercado. De facto, o Governo propôs um limite de 2 libras por semana nos aumentos de salários durante o ano seguinte, com a CBI a concordar com um máximo de 4 por cento de aumento de preços em relação ao mesmo período e a extensão do “alvo”, do Governo de crescimento económico de 5 por cento.

Em todo o caso, não era suficiente. O TUC não estava disposto - e provavelmente não estava apto - a oferecer contenção salarial. No final de outubro, tivemos um longo debate dos argumentos para avançar agora para uma política regulamentar, começando com um congelamento dos salários. É um comentário extraordinário ao estado de espírito a que tínhamos chegado o facto de que, tanto quanto me lembro, nem nesse momento, nem mais tarde, ninguém no Conselho levantou a objeção de que esta foi precisamente a política que tínhamos descartado no nosso manifesto das eleições gerais de 1970. Contudo, ninguém podia acusar Ted de não estar disposto a ir mais longe. Ele aceitou, com a maior relutância, que o TUC era inflexível. E então, na sexta-feira dia 3 de novembro de 1972, o Conselho tomou a decisão fatídica de introduzir uma política regulamentar começando com um congelamento de preços e rendimentos durante noventa dias. Nunca ninguém disse palavras mais verdadeiras do que Ted, quando concluiu com o aviso de que enfrentávamos um panorama problemático.

A mudança na política económica foi acompanhada por uma remodelação no Conselho.

Maurice Macmillan - filho de Harold - já tinha assumido o Emprego depois de Robert Carr em Julho de 1972, quando este último substituiu Reggie Maudling na Administração Interna. Ted promovia agora os seus discípulos mais novos. Mandou Peter Walker substituir John Davies no DTI e promoveu Jim Prior a Líder da Câmara dos Comuns. Geoffrey Howe, um instintivo economista liberal, entrou para o Conselho, mas deu-se-lhe o cálice envenenado de supervisionar a política de preços e rendimentos. Dizem que pensaram em mim para a tarefa; se assim foi, só posso estar grata de não mo terem pedido.

Para um número crescente de deputados parlamentares das bancadas de trás, a nova política era uma inversão de marcha demasiado grande. Quando Enoch Powell perguntou na Câmara se o Primeiro-Ministro tinha “tirado licença dos seus sentidos”, foi tratado com indiferença publicamente, mas muitos concordavam com ele em privado. Ainda mais significativo era o facto de que opositores acérrimos da nossa política como Nick Ridley, Jock Bruce-Gardyne e John Biffen foram eleitos para a presidência ou vice-presidência de comissões importantes das bancadas de trás, e Edward du Cann, à direita do partido e um opositor declarado de Ted, tornou-se Presidente do Executivo de 1972.

Quando o congelamento - Fase 1 - chegou ao fim, elaborámos a Fase 2. Esta prolongava o congelamento dos salários e preços até ao final de abril de 1973; para o restante de 1973, os trabalhadores podiam esperar 1 libra por semana e 4 por cento, com um aumento máximo dos salários de 250 libras por ano - uma fórmula concebida para favorecer os de baixa remuneração. Estabeleceu-se um Conselho de Salários e uma Comissão de Preços para administrar a medida. Os nossos críticos das bancadas de trás eram mais perspicazes do que a maioria dos comentadores, que consideravam que tudo isto era uma resposta sensata e pragmática à irresponsabilidade dos sindicatos. Nos primeiros dias parecia que os comentadores estavam certos. Uma contestação à medida política feita pelos trabalhadores de gás foi superada no final de março. Os mineiros - como esperávamos e supúnhamos depois do seu aumento enorme no ano anterior - rejeitaram uma greve (contra o conselho do seu Executivo) numa votação ocorrida no dia 5 de abril. O número de dias de trabalho perdidos por causa de greves caiu bruscamente. O desemprego estava no seu ponto mais baixo desde 1970. De forma geral, a disposição no Governo foi de maior acalmia. Ted sentia-se visivelmente mais feliz a usar o seu novo chapéu coletivista do que alguma vez tinha estado com o disfarce de Selsdon.

Os nossos sentimentos deveriam ter sido muito diferentes. Os efeitos do Orçamento reflacionário de março de 1972 e a política financeira frouxa que o caracterizava estavam agora a tornar-se visíveis. O Ministério das Finanças, pelo menos, tinha começado a preocupar-se com a economia, que estava a crescer a uma taxa claramente insustentável de muito mais de 5 por cento. A oferta monetária, medida por M3 (agregado monetário largo), estava a crescer demasiado rápido - embora o (mais estreito) M1, que o Governo preferia, nem tanto assim.²⁴ O Orçamento de março de 1973 nada fez para arrefecer o sobreaquecimento e foi fortemente distorcido pela necessidade de conter os preços e taxas para sustentar a “política de contra inflação”, como a política de preços e rendimentos era esperançosamente denominada. Em maio, foram acordadas reduções modestas de gastos públicos. Mas era muito pouco e tarde demais. Embora a inflação tenha subido durante os primeiros seis meses de 1973, a Taxa Mínima de Empréstimo (MLR)²⁵ foi firmemente cortada e foi introduzido um subsídio temporário de hipoteca. O Primeiro-Ministro também ordenou que se tomassem providências para assumir o controlo legal da taxa de hipoteca se as sociedades de construção não conseguissem mantê-la baixa quando o subsídio acabasse. Estas propostas fantásticas só serviam para nos distrair da necessidade de enfrentar o problema crescente de laxismo monetário. Só em julho é que a MLR foi aumentada de 7,5 por cento, primeiro para 9 por cento e depois para 11,5 por cento. Estávamos efetivamente à frente do Partido Trabalhista nas sondagens em junho de 1973, pela primeira vez desde 1970. Mas em julho os Liberais tiraram-nos Ely e Ripon nas eleições suplementares. Económica e politicamente já tínhamos começado, sem o saber, a colher as tempestades. Durante o verão de 1973, Ted manteve mais conversações com o TUC, procurando o consentimento deles para a Fase 3. O trabalho detalhado foi feito por um grupo de ministros presidido por Ted, e o resto de nós sabia pouco sobre ele. Nem eu sabia na altura que já estava a ser dada atenção especial ao problema que podia surgir com os mineiros. Como a maior parte dos meus colegas, imagino, achava que já lhes tínhamos dado o que eles queriam e que não voltariam para mais.

Creio, no entanto, que teria dado muito mais atenção do que qualquer outro parece ter dado à acumulação de stocks de carvão contra a eventualidade, ainda que remota, de

²⁴ O M1 abrangia o stock de dinheiro em numerário e em contas correntes e de depósito num dado momento; o M3 incluía o todo do M1, com o acréscimo de certos outros tipos de contas bancárias, incluindo as detidas em moedas que não a libra esterlina.

²⁵ NT: No original, *Minimum Lending Rate*.

outra greve de mineiros. Os mineiros tinham ou de ser apaziguados ou de ser vencidos. Ainda assim, por causa de todo o seu jargão tecnocrático, este era um governo ao qual faltava manifestamente um sentido de estratégia. Ted aparentemente não sentia necessidade dele, uma vez que, como agora sabemos, tinha tido uma reunião secreta com Joe Gormley no jardim do N° 10 e pensou que tinha encontrado uma fórmula para conciliar os mineiros - pagamento extra por “horas antissociais”. Mas isto acabou por ser um erro de cálculo. As exigências dos mineiros não podiam ser conciliadas no âmbito da Fase 3.

Em outubro, o Conselho aprovou devidamente o Livro Branco da Fase 3. Foi extremamente complicado e constituiu o ponto culminante - se é essa a expressão correta - do coletivismo do Governo Heath. Os aumentos salariais seriam limitados a 2,25 libras por semana ou 7 por cento com um máximo de 350 libras por ano; havia disposições complexas para pagar mais aos trabalhadores por turnos pelas “horas antissociais”, e deu-se espaço para pagamentos adicionais no que diz respeito a acordos de produtividade e avanços em direção à igualdade salarial para as mulheres. Além disso, havia “pagamentos” a fazer se a inflação subisse a níveis especificados - fizemos algumas suposições otimistas sobre taxas de inflação futura - e também havia dinheiro para os pensionistas e um novo subsídio de hipoteca para novos compradores. Mas o novo desenvolvimento mais significativo - e cuja necessidade demonstrava, em última análise, a futilidade do tipo de abordagem que estávamos a seguir - era a disposição de que o Conselho de Salários deveria abrir um inquérito sobre “relatividades” entre grupos de trabalhadores, com o objetivo de receber queixas a esse respeito na Fase 4. Podia pensar-se que todas as eventualidades possíveis estariam satisfeitas, mas isso seria um erro, como a experiência de políticas de salários passadas devia ter demonstrado.

O meu único envolvimento direto na elaboração desta nova e detalhada política de salários foi quando compareci de tempos a tempos à relevante Subcomissão Económica do Conselho, normalmente presidido por Terence Higgins, um Secretário de Estado do Tesouro. Mesmo os atraídos pelo conceito de política de rendimentos por razões de “justiça” começam a ter as suas dúvidas quando veem as suas disposições aplicadas a casos individuais. As minhas visitas à Comissão Higgins eram normalmente necessárias por questões de salários de professores. Mas numa ocasião, quando me encontrei lá com Sir William Armstrong, o Chefe da Função Pública, foi para discutir a remuneração dos Subsecretários. Eu sabia que era a este nível que o trabalho de políticas mais importante era levado a cabo no meu departamento, e vi que com a inflação de cerca de 10 por cento

e com os diferenciais reduzidos como resultado do poder dos sindicatos e a política de salários do governo, estas pessoas precisavam de motivação adequada através de uma subida salarial decente. Certamente, o mesmo podia ter sido dito de muitos grupos. O que me impressionou, todavia, foi que ninguém duvidava de que este grupo *em particular* precisava de um aumento remuneratório maior do que a política de salários permitia. E o que era verdade para Subsecretários na função pública era verdade para inúmeros outros grupos em toda a economia. A nossa política de salários não era apenas absurda: longe de ser “justa”, era fundamentalmente injusta. Era, de facto, uma excelente demonstração de que as forças de mercado, a funcionar dentro da estrutura certa, conduzem à justiça, e que mesmo o controlo de estado benéfico só conduz à igualdade.

Noutra sublime ocasião encontrámo-nos a debater a taxa de pagamento adequada aos secretários dos deputados. Esta foi a última gota. Eu disse que não tinha vindo para a política para tomar decisões como esta, e que pagaria à minha secretária o que fosse necessário para a manter. Outros ministros concordaram, mas conheciam os seus secretários; não conheciam as outras pessoas cujos ordenados estavam a decidir.

Em todo o caso, a realidade começou rapidamente a invadir o assunto. Dois dias depois do anúncio da Fase 3, o NUM rejeitou uma proposta da NCB no valor de 16,5 por cento em troca de um acordo de produtividade. O Governo encarregou-se imediatamente das negociações. (Os dias da nossa “não intervenção” tinham acabado há muito.) Ted reuniu-se com o NUM no N° 10, mas não se fizeram progressos. No início de novembro, o NUM iniciou uma proibição de horas extraordinárias. Maurice Macmillan disse-nos que, embora uma votação de greve antecipada parecesse improvável e, se realizada, não daria a maioria necessária para uma greve, uma proibição de horas extraordinárias reduziria bruscamente a produção. O sentimento geral no Conselho ainda era o de que o Governo não podia permitir-se concordar com uma quebra do código de salários, que tinha sido recentemente introduzido. Ao invés disso, devíamos fazer um esforço especial para demonstrar o que era possível dentro dele. Os mineiros não eram os únicos a ameaçar problemas. Os bombeiros, eletricitas e engenheiros estavam todos em fases diferentes de conflito. É uma das desvantagens da política de salários que se tem de combater em demasiadas frentes.

Similarmente, é uma fraqueza inevitável da economia planeada para a qual nos estamos a mover rapidamente que os planos económicos tenham os acontecimentos externos em pouca ou nenhuma conta. O argumento que todos nós usámos em fevereiro de 1974 (e

algumas pessoas continuaram a usar muito depois) para explicar o fracasso da estratégia económica do Governo Heath foi que o quadruplicar do preço do petróleo resultante da guerra Israelo-Árabe de 1973 despedaçou a nossa política quando ela estava apenas a começar a funcionar. Isto é claramente falso. A fraca política monetária já tinha plantado as sementes da inflação, que sofreria um pico no futuro Governo Trabalhista. A política de rendimentos, que não faz mais do que redistribuir a inflação através do tempo, não podia fazer muito por isto. Quaisquer sucessos limitados que ela alcançasse, como os de todas as outras políticas de rendimentos, ter-se-iam desenrolado mais tarde sob a forma de maiores exigências e acordos. Além disso, o nível de crescimento económico, especialmente para uma economia que ainda não tinha sofrido qualquer reforma através da desregulamentação, privatização ou reduções no poder dos sindicatos, era demasiado alto para ser sustentável. A despesa pública também tinha subido muito rapidamente, e já estávamos a discutir cortes antes das plenas implicações do preço do petróleo serem conhecidas. Não tínhamos, de facto, “modernizado” a indústria britânica como nos tínhamos vangloriado - nomeadamente porque apenas a indústria, não o Governo, pode “modernizar-se” eficientemente. Pior, ao fomentar a inflação e tirar demasiadas decisões das mãos dos gestores e dos negociadores salariais, tínhamos criado precisamente a atmosfera errada para o sucesso industrial.

Porém, mesmo ignorando tudo isto, a premissa básica de que a escalada de preços do petróleo era só “azar” está fundamentalmente errada. É o próprio facto de que os governos *não podem* levar em consideração todas as circunstâncias relevantes que se opõe ao planeamento económico. E uma economia de mercado que funciona corretamente, ajustando-se tão sensivelmente a todos os sinais, é a razão pela qual se evitam as deslocações acentuadas quando há rutura das pressões cumulativas.

Evidentemente, o embargo petrolífero ameaçado e as subidas nos preços do petróleo resultantes da guerra Israelo-Árabe nesse outono pioraram muito as coisas. À medida que os efeitos da ação industrial dos mineiros se faziam sentir mais profundamente, a sensação de que já não controlávamos os acontecimentos aprofundou-se. Tínhamos de sair de alguma maneira. Isto fez com que eleições gerais rápidas se tornassem numa ideia cada vez mais atraente. Em termos práticos, o que teríamos feito se tivéssemos sido reeleitos é, claro, problemático. Talvez Ted tivesse gostado de ir mais longe em direção a uma economia mais planificada. Outros talvez tivessem provavelmente

gostado de encontrar uma maneira de pagar aos ministros o seu *Danegeld*²⁶ e procurassem uma vida política mais calma. Eu, Keith e grande parte do Partido Conservador Parlamentar teríamos querido descartar os aprisionamentos corporativistas e estadistas, dos quais o Governo estava agora cercado, e tentar voltar à abordagem de livre mercado da qual nos tínhamos permitido desviar no início de 1972.

De facto, para além das nossas trocas sobre as imperfeições da política económica, Keith e eu também tínhamos ficado extremamente irritados pela postura que o Governo tomou durante a guerra Israelo-Árabe. Na esperança de assegurar tratamento favorável por parte dos estados produtores de petróleo - que estavam a limitar o fornecimento de petróleo às nações ocidentais - o Governo recusou-se a condenar os estados árabes que tinham quebrado o cessar-fogo de 1967 e aplicámos um embargo às armas aos dois lados, privando os israelitas das peças sobressalentes de que precisavam. O Governo também se recusou a permitir aos americanos o uso de bases britânicas para reabastecer Israel.

Como deputada por Finchley, eu sabia em primeira mão como a comunidade judaica na Grã-Bretanha se sentia em relação às nossas políticas. Os primeiros dias da guerra foram especialmente maus para Israel - a situação era muito pior do que em 1967 - e eu seguia as notícias hora a hora. Havia algumas discussões difíceis no Conselho com Alec Douglas-Home a defender educadamente a política e Ted a exercer uma determinação rígida para controlar um problema que - como ele o via - determinaria o sucesso ou o fracasso de toda a nossa estratégia económica. Finalmente, ele disse-nos sem rodeios que faria circular uma nota a estabelecer a opinião pública que se esperava que os ministros adotassem.

A COLHER AS TEMPESTADES

No Conselho, na terça-feira dia 13 de novembro, o ambiente era de tristeza à medida que a crise acelerava em todas as frentes. Tony Barber disse-nos nesse dia que os números do comércio em outubro revelariam outro grande défice. Falava-se de cortes na despesa pública e aumentos de impostos (a MLR foi de facto subida para um recorde de 13 por cento.) Teria de se declarar mais um Estado de Emergência. Dar-se-iam ordens para restringir a iluminação e o aquecimento em superfícies comerciais. Falava-se

²⁶ NT: O *Danegeld* era uma taxa paga aos Vikings para evitar que um território fosse saqueado.

mesmo em emitir cupões de petróleo. O que eu não sabia era que, incluídos nas medidas, estavam planos para parar o aquecimento elétrico nas escolas. De facto, só o ouvi nas notícias da rádio no dia seguinte. Fiquei furiosa, em parte porque era um ato politicamente estúpido e em parte porque não tinha sido consultada. Fui ter com Tom Boardman, o Ministro da Indústria, e depois do que os diplomatas descreveriam como uma troca de ideias franca, suspendi aquilo.

O desacordo sobre o aquecimento nas escolas fazia parte, todavia, de uma discussão mais ampla que continuava muito para além da convocação de eleições. Deveríamos nós pecar pelo rigor ou pelo liberalismo quando se tratava de decidir medidas para poupar energia? Isto não era algo que pudesse ser decidido apenas por razões técnicas, pois não sabíamos quanto tempo é que a proibição de horas extraordinárias dos mineiros iria durar, quando ou se se iria agravar numa greve, ou como é que a indústria seria capaz de lidar com faltas de energia. Nestas circunstâncias, era natural olhar atentamente para o impacto político. Mas aqui também havia grandes incertezas. Adotar as medidas mais rigorosas certamente ajudaria a convencer o público em geral de que esta era uma emergência real provocada pela militância dos sindicatos numa altura de graves problemas económicos internacionais. Mas havia o risco de que as pessoas ficassem irritadas com as restrições, especialmente as que parecessem desnecessariamente mesquinhas - tais como a decisão de fechar a emissão televisiva às 22h30. E depois, claro, qualquer flexibilização subsequente seria recebida com a retaliação de que aquilo mostrava que tínhamos exagerado, sem dúvida, em primeiro lugar, por razões de partido político.

Uma jogada astuta da parte de Ted no início de dezembro foi trazer Willie Whitelaw de volta da Irlanda do Norte para se tornar Secretário de Estado do Emprego em vez de Maurice Macmillan. Willie foi tão conciliador como ardiloso, uma combinação de qualidades que era particularmente necessária no caso de se encontrar alguma saída da batalha com os mineiros. A mão do Governo também foi fortalecida pelo facto de que, talvez surpreendentemente, as sondagens mostravam-nos agora com uma clara vantagem sobre os Trabalhistas enquanto o público reagia indignadamente às ações dos mineiros. Nestas circunstâncias, todos menos os sindicalistas mais militantes estariam receosos de um confronto que precipitasse uma eleição geral. A especulação nestas linhas rapidamente começou a crescer na imprensa.

Na terça-feira dia 13 de dezembro, Ted anunciou a introdução de uma semana de trabalho de três dias para poupar energia. Também fez um comunicado radiodifundido

nessa noite. Isto deu uma impressão de crise que polarizou a opinião no país. Primeiro, a produção industrial permaneceu mais ou menos a mesma, ela própria uma indicação da ineficiência e excesso de mão-de-obra de muita da indústria britânica. Mas nós não sabíamos isto na altura. Nem poderíamos saber por quanto tempo uma semana de três dias seria de facto sustentável. Encontrei forte apoio entre os conservadores pelas medidas tomadas. Também havia compreensão quanto à necessidade dos cortes de 1,2 mil milhões de libras na despesa pública, que foram anunciados alguns dias mais tarde. Nesta fase, nós acreditávamos que podíamos depender dos líderes empresariais. Pouco antes do Natal, o Denis e eu fomos a uma festa em casa de um amigo em Lamberhurst. Houve um corte de energia e então puseram-se luzes de presença dentro de frascos de compota para orientar as pessoas a subir os degraus. Havia um pouco do espírito do tempo de guerra naquilo tudo. Os empresários presentes estavam de acordo: “Fazer-lhes frente. Combater. Derrotá-los. Não podemos continuar assim.”. Era tudo muito encorajador. Naquele momento.

Parecia ainda não haver uma saída honrosa ou satisfatória da própria disputa. As negociações com o NUM não chegaram a parte alguma. A proposta do Governo de um inquérito imediato sobre o futuro da indústria mineira e o salário dos mineiros se o NUM regressasse ao trabalho foi completamente ignorada. Perdeu-se uma possível oportunidade quando Tony Barber rejeitou uma proposta do TUC, feita no NEDC²⁷ dia 9 de janeiro de 1974, a de que eles não usariam uma grande oferta ao NUM como argumento em negociações para outros acordos. Tony explicou-nos no dia seguinte que achava que isto tinha sido um exercício de propaganda e não uma proposta séria. Apesar de mais tarde o Conselho ter concordado que devíamos dar seguimento à proposta, e o TUC ter sido convidado para o N° 10 para várias reuniões longas, o dano tinha sido feito: parecia que não estávamos interessados. Poderíamos ter feito melhor, tê-la aceitado e pôr o TUC na berlinda. Assim, a proposta do TUC colocou-nos incontestavelmente na defensiva. O incidente ensinou-me a não aceitar nem rejeitar nenhuma proposta até as consequências terem sido inteiramente pesadas.

À luz das velas no apartamento em Flood Street, o Denis e eu conversámos sobre a situação difícil na qual o Governo se encontrava. Estava claro que se tinham cometido muitos erros, e que se e quando conseguíssemos sair da presente crise, teriam de se colocar questões fundamentais acerca da direção do Governo. Contudo, o que quer que

²⁷ NT: Conselho Nacional de Desenvolvimento Económico. No original, *National Economic Development Council*.

fosse que nós tivéssemos feito de forma diferente, não havia como duvidar de que enfrentávamos uma luta que tinha de ser ganha. Os mineiros, apoiados em diversos graus por outros sindicatos e pelo Partido Trabalhista, estavam a ignorar as leis feitas pelo Parlamento. Os militantes estavam claramente a tentar derrubar o Governo e a demonstrar de uma vez por todas que a Grã-Bretanha só podia ser governada com o consentimento do movimento sindical. Isto era intolerável não só para mim como ministra do Conselho Conservador, mas também para milhões de outros que viam as liberdades fundamentais do país sob ameaça. O Denis e eu, os nossos amigos e a maior parte dos trabalhadores do partido, sentíamos que tínhamos de agarrar o desafio e que a única maneira de o fazer era convocar e ganhar as eleições gerais. De agora em diante, isto era o que eu incentivava assim que tinha oportunidade.

Estava, no entanto, surpresa e frustrada pela atitude de Ted Heath. Ele parecia desligado da realidade. Ainda estava mais interessado no futuro da Fase 3 e na crise do petróleo do que na questão premente da sobrevivência do Governo. As discussões do Conselho concentravam-se em táticas e detalhes, nunca na estratégia fundamental. Tais discussões estavam talvez a ter lugar num outro fórum; mas tenho as minhas dúvidas. Certamente, havia uma estranha falta de urgência. Suspeito que era porque Ted estava secretamente desesperado em evitar eleições e não queria pensar seriamente nessa possibilidade. No fim, talvez - como alguns de nós especulavam - porque o seu círculo íntimo estava dividido no assunto, Ted finalmente pediu a alguns de nós para nos reunirmos com ele, em vários grupos pequenos, na segunda-feira dia 14 de janeiro, no seu gabinete no N° 10.

Nesta fase, estávamos apenas a alguns dias do prazo para convocar eleições a 7 de fevereiro - a data melhor e mais provável a “curto” prazo. No nosso grupo no N° 10, John Davies e eu fomos quem falou mais. Incentivámos Ted insistentemente a enfrentar o facto de que não podíamos ter os sindicatos a ignorar a lei e as políticas de um Governo democraticamente eleito desta forma. Devíamos ter eleições antecipadas e discutir cabalmente a questão “Quem governa a Grã-Bretanha?”. Ted não disse quase nada. Parecia ter-nos convidado como um pró-forma, em vez de por qualquer outro motivo. Percebi que ele não concordava, embora não o tivesse dito. Saí sentindo-me deprimida. Ainda acredito que se ele tivesse ido a votos, nós teríamos ganho por pouco, porque poderíamos ter sido capazes de centrar a campanha no problema do poder sindicalista.

Na quinta-feira dia 24 de janeiro, o Conselho reuniu-se duas vezes. Peter Carrington,

agora Secretário de Estado da Energia e Presidente do Partido, incitou a alguma flexibilização das restrições de energia. Mas muitos de nós estávamos preocupados com algum movimento desse género, pelas razões que sublinhei anteriormente. A segunda reunião do dia, à noite, teve lugar após o executivo do NUM ter decidido fazer uma votação de greve. Isto fazia mais ou menos pender a balança a favor da prudência, embora houvesse um pequeno alívio das restrições. Parecia-me provável que houvesse votos suficientes para uma greve, e que neste caso se seguiria uma campanha de eleições gerais.

Na quarta-feira seguinte, dia 30 de janeiro, com a votação ainda pendente, o Conselho foi convocado de urgência. Ted disse-nos que o relatório do Conselho de Salários sobre as relatividades já tinha sido recebido. A questão era se nós deveríamos aceitar o relatório e montar nova maquinaria para investigar as reivindicações das “relatividades”. Os mineiros tinham sempre afirmado exigir uma melhoria do seu pagamento relativo, daí a sua rejeição à disposição das “horas antissociais” de Ted, que se aplicava a *todos* os trabalhadores por turnos. O relatório do Conselho de Salários podia dar-lhes uma base para fazerem um acordo dentro da política de rendimentos - tanto mais porque apoiava especificamente a ideia de que as mudanças na importância relativa de uma indústria devidas a “acontecimentos externos” também podiam ser levadas em conta quando se decidiam as remunerações. O preço rapidamente crescente do petróleo era um desses “acontecimentos externos”.

Sentíamos que o Governo não tinha outra escolha senão montar a maquinaria das relatividades. Não o fazer - tendo pedido o relatório em primeiro lugar - faria parecer que estávamos ativamente a tentar evitar um acordo com os mineiros. E com uma eleição agora provável, tínhamos de considerar a opinião pública a cada passo.

Mas havia questões táticas importantes sobre como fizemos isto. Podíamos exigir ao TUC que aceitasse o princípio da política de salários como uma condição. Podíamos pedir que os mineiros voltassem ao trabalho e aceitar a proposta em vigor da NCB enquanto o Conselho de Salários empreendia o seu inquérito. Não havia condições despropositadas naquelas circunstâncias, mas era muito improvável que elas fossem aceitáveis para o TUC ou para o NUM.

Ted e um grupo de ministros tinham esboçado uma carta ao TUC e à CBI que tornava a referência subordinada ao facto de os mineiros aceitarem a proposta em vigor da NCB e regressarem ao trabalho. A carta convidava o TUC e a CBI a encetarem conversações. Suspeito que Ted não estava satisfeito com este rascunho. No seu íntimo ele queria um

acordo e até ao último momento acreditou que o poderia obter. Mas nesta fase, até alguns dos seus amigos mais chegados no Conselho queriam concluir as questões com os mineiros. A divisão dentro do círculo íntimo do Governo já tinha sido exposta na questão de eleições antecipadas: presumi que existissem as mesmas divisões no grupo que redigiu a carta.

No fim, o Conselho conseguiu atenuar os conteúdos da carta, removendo a condição de os mineiros aceitarem a oferta da NCB e não colocando condições à proposta de que o TUC se reunisse com ministros para conversações. A carta foi publicada. Quando nos reunimos de novo no dia seguinte, havia um sentimento geral de que a cobertura da imprensa tinha sido boa e que tínhamos recuperado alguma da iniciativa perdida sobre a oferta do TUC no início do mês. Mas na prática estávamos agora comprometidos a aceitar a maquinaria das relatividades e qualquer proposta que pudessem elaborar. Não havia como esconder o facto de que era provável que os mineiros ganhassem um grande aumento. Se fôssemos em frente e realizássemos uma eleição, a perspetiva era a de que iríamos enfrentar outro Wilberforce imediatamente a seguir. Na altura fazia sentido tático. Mas ao olhar para trás, tenho de acreditar que outros estavam a preparar o terreno para comprar os mineiros.

Uma eleição tornou-se quase certa quando, na terça-feira dia 5 de fevereiro, soubemos que 81 por cento daqueles que participaram na votação do NUM tinham apoiado uma greve. A especulação das eleições alcançou um ponto insustentável do qual não era possível voltar atrás. Suspeito que nenhum de nós ficou surpreendido quando Ted nos disse no Conselho dois dias mais tarde que tinha decidido ir a votos. As eleições gerais teriam lugar na quinta-feira dia 28 de fevereiro - isto é, tão cedo quanto possível.

Willie propôs formalmente enviar a reivindicação dos mineiros ao Conselho dos Salários para um estudo de relatividades. Expressou o seu argumento para este percurso em termos de nos dar algo para dizer durante as eleições em resposta à inevitável pergunta: se ganharem, como resolverão o conflito com os mineiros? O Conselho tomou então a decisão fatídica de concordar com a proposta de Willie.

Devido à natureza emergente das eleições, eu não tinha sido envolvida nos esboços iniciais nem sequer da secção de educação do manifesto, que foi publicado daí a alguns dias. Havia pouca coisa nova a dizer, o recorde foi estabelecido. Em todo o caso, o tema dominante do documento - a necessidade de um governo firme e justo num tempo de crise - era claro e forte. O novo compromisso principal era o de mudar o sistema por meio do qual os benefícios de Segurança Social eram pagos às famílias dos grevistas.

Para além das questões de inflação e poder sindicalista, a taxa de hipoteca de 11 por cento criava-nos dificuldades políticas. Naturalmente, eu era sobretudo interpelada sobre questões de educação, como quando Willie Whitelaw e eu nos juntámos a Robin Day no programa de rádio *Election Call* no decurso da campanha. Mas, em resposta a uma pergunta, afirmei as minhas fortes convicções num governo de coligação: “Acho que é uma suposição falsa a de que, se se tiver um governo com os melhores cérebros, eles concordarão no que fazer. Pode arranjar-se dois especialistas em qualquer coisa e eles não concordarão na solução . . . Num governo de coligação tem de se perder muitas das próprias convicções.”

Esta declaração viria a ser inesperadamente relevante para o período depois das eleições quando a liderança conservadora, lambendo as suas feridas e procurando algum novo veículo para a levar de volta ao poder, estava atraída por uma noção de um “Governo de Unidade Nacional”. Também poderei ter acrescentado que se não se tem crenças, ou se estas já se abandonaram, um “Governo de Unidade Nacional” tem muito mais atrativos.

Durante a maior parte da campanha estava razoavelmente confiante de que íamos ganhar. Os apoiantes conservadores que tinham sido alienados pelas inversões de marcha começaram a voltar para nós. De facto, as suas próprias frustrações contra o que viam como as nossas fraquezas passadas tornavam-nos mais determinados a apoiarmos agora que tínhamos decidido, como eles o viam, fazer frente à militância sindicalista. Harold Wilson delimitou a abordagem trabalhista no contexto de um “contrato social” com os sindicatos. Os que almejavam uma vida sossegada podiam ser seduzidos por tal. Mas senti que se nos pudéssemos ater à questão central resumida pela frase “Quem governa?” ganharíamos a discussão, e com ela as eleições.

Senti a vitória - quase palpavelmente - a escapar-nos na última semana. Não podia acreditar quando ouvi na rádio a fuga de provas feita pelo Conselho de Salários que pretendia mostrar que os mineiros podiam ter tido salários maiores dentro da Fase 3, com a implicação de que toda a eleição geral era desnecessária. As tentativas de o Governo negar isto - e aí revelou-se ter havido mesmo um erro de cálculo - eram titubeantes e não tinham convicção. Tínhamos sido apanhados nas complexidades da política salarial e finalmente estrangulados por elas. De agora em diante seria inexoravelmente a descer.

Dois dias mais tarde, Enoch Powell incitava as pessoas a votar no Partido Trabalhista para garantir um referendo sobre o Mercado Comum. Eu podia compreender a lógica da

posição dele, que era a de que a adesão ao Mercado Comum tinha anulado a soberania britânica e que o problema supremo na política era, portanto, como restaurá-la. Mas o que me chocou foi a sua maneira de o fazer - anunciando apenas no dia em que as eleições foram convocadas que ele não iria contestar o seu lugar em Wolverhampton e depois lançar esta bomba no fim da campanha. Parecia-me que trair os apoiantes e trabalhadores do círculo eleitoral de alguém desta maneira era cruel. Suspeito que a decisão de Enoch em fevereiro de 1974, tal como a sua intervenção anterior em 1970, tiveram um efeito crucial.

Depois, três dias mais tarde, houve outro golpe. Campbell Adamson, o diretor-geral da CBI, apelou publicamente à revogação da Lei das Relações Industriais. Era muito típico da forma como os líderes da indústria da Grã-Bretanha ficavam cheios de bravata antes de se juntarem à batalha, mas não tinham estômago para uma luta. Tenho de admitir, todavia, que as nossas próprias políticas intervencionistas mal tinham encorajado os empresários e gestores britânicos a aceitar os riscos e as responsabilidades da liberdade. Em parte por causa destes desenvolvimentos, mas também em parte, sem dúvida, porque era certamente difícil concentrarmo-nos apenas num assunto para uma campanha de três semanas, perdemos o nosso ímpeto. Eu ainda pensava que poderíamos possivelmente ganhar, mas tinha consciência do abrandamento do entusiasmo para a nossa causa e sobre os nossos objetivos. Também sabia pelos inquéritos e sondagens no meu próprio círculo eleitoral que os Liberais eram uma ameaça séria. Então, no dia das eleições, o meu otimismo tinha sido substituído por inquietação.

Esse sentimento cresceu enquanto ouvia notícias de Finchley e outros lugares do país de uma afluência surpreendentemente forte dos eleitores às urnas nessa manhã. Gostaria de ter pensado que eram todos conservadores zangados a sair para demonstrar a sua recusa em ser chantageados pelo poder sindicalista. Mas parecia mais provável que fossem eleitores dos estados das propriedades sociais dominadas pelos trabalhistas que tinham saído para dar uma lição aos conservadores. Estava feliz por estar a usar um raminho de flores azuis na minha botoeira em vez da habitual roseta de papel. O Mark tinha-mas oferecido e ficaram frescas o dia inteiro, ajudando a manter o meu bom ânimo. Os próprios resultados mostraram que não tínhamos razões para estar bem dispostos. Perdemos trinta e três mandatos. Seria um parlamento sem maioria absoluta. O Partido Trabalhista tinha-se tornado no maior grupo parlamentar, com 301 mandatos - a dezassete de distância de uma maioria; nós tínhamos descido para 296, embora com uma percentagem de voto ligeiramente maior do que os trabalhistas; os liberais tinham

ganho quase 20 por cento dos votos com catorze mandatos, e os partidos mais pequenos, incluindo o Partido Unionista do Ulster, tinham vinte e três. A minha própria maioria em Finchley tinha descido de 11000 para 6000, embora algum desse decréscimo fosse o resultado de mudanças de fronteira no círculo eleitoral.

Estava consternada com o resultado. Tínhamos finalmente ficado em condições para lutar contra os sindicatos e o povo não nos tinha apoiado. Além disso, tinha gostado do meu tempo como Secretária de Estado da Educação, ou da maior parte dele. Teria saudades da carga de trabalho e das decisões, e certamente das comodidades como o carro ministerial: de agora em diante conduzir-me-ia uma vez mais no meu Vauxhall Viva. Pelo menos, o processo doloroso de esvaziar secretárias e armários cheios de objetos pessoais foi-me em grande parte poupado. De qualquer forma, nunca tinha levado muita coisa pessoal para o DES e, prudentemente, tinha trazido para casa a maior parte do que lá estava no início da campanha, passando pelo gabinete para assinar cartas urgentes quando estava no centro de Londres. Consegui fazer um corte mais ou menos limpo.

Reunimo-nos na sexta-feira à tarde, um Conselho desgastado, cansado e abatido, para Ted Heath saber as nossas opiniões sobre o que devia ser feito agora. Havia diversas opções. Ted podia aconselhar a Rainha a ir buscar Harold Wilson para líder do maior partido único. Ou o Governo podia enfrentar o Parlamento e ver se conseguia obter apoio para o seu programa. Ou Ted podia tentar fechar um acordo com os partidos mais pequenos para um programa concebido para lidar com as dificuldades imediatas da nação. Tendo alienado o Partido dos Unionistas do Ulster através da nossa política na Irlanda do Norte, isto efetivamente significava um acordo com os liberais - embora nem mesmo isso nos tivesse dado maioria. Havia poucas dúvidas, através da forma como Ted falava, de que era este o caminho que ele preferia. Nós discutimos em círculos sobre estas possibilidades.

O que eu sentia era que o partido com o maior número de mandatos na Câmara dos Comuns tinha justificação para esperar ser chamado a tentar formar governo. Mas Ted argumentava que, pelo facto de os conservadores terem ganho com o maior número de votos, ele tinha o dever de explorar a possibilidade de coligação. Então ofereceu um lugar num Governo de coligação ao liberal Jeremy Thorpe e prometeu-lhe uma reunião com o Presidente da Câmara dos Comuns sobre reforma eleitoral. Embora eu quisesse continuar a ser Secretária de Estado da Educação, não o queria fazer às custas de o Partido Conservador nunca mais formar um governo maioritário. Contudo, é a isso o

que a introdução de representação proporcional, que os liberais estariam a exigir, poderia equivaler. Eu também tinha consciência de que estas negociações nos estavam a fazer parecer ridículos. Os britânicos não gostam nada de maus perdedores. Era hora de ir embora.

Quando nos reunimos de novo na segunda-feira de manhã, Ted fez-nos um relato completo das suas discussões com os liberais. Não estavam dispostos a fazer o que Jeremy Thorpe queria. Ainda se esperava uma resposta formal dele. Mas agora parecia quase certo que Ted teria de apresentar a sua demissão. O último Conselho de Ministros reuniu-se naquela tarde, às 16h45. A essa hora, a resposta de Jeremy Thorpe já tinha sido recebida. Do que Ted disse, havia indicações de que ele já se estava a virar para a ideia de um Governo Nacional de todos os partidos, algo que o atrairia cada vez mais. Isso não me atraía nada, naturalmente. De qualquer forma, os liberais não se juntariam a um Governo de coligação conosco. Não havia mais nada a dizer.

Deixei Downing Street, triste, mas com algum sentimento de alívio. Não tinha pensado muito no futuro. Mas sabia, no meu íntimo, que era hora não só para uma mudança no governo, mas também para uma mudança no Partido Conservador.

Capítulo VIII

Aproveitando o Momento

*As eleições gerais de outubro de 1974
e a Campanha para a Liderança do Partido Conservador*

A SOLUÇÃO DOS 9,5 POR CENTO

Nunca é fácil passar do governo para a oposição. Mas, por várias razões, isso foi particularmente problemático para os conservadores liderados por Ted Heath. Em primeiro lugar, é claro, tínhamos esperado ganhar quase até ao último momento. Quaisquer que fossem as deficiências da estratégia económica do nosso Governo, cada departamento tinha o seu próprio programa político que se estendia por um período prolongado. Agora isto tinha de ser abandonado para dar lugar aos rigores da Oposição. Em segundo lugar, Ted queria desesperadamente continuar como Primeiro-Ministro. Tinha sido expulso sem cerimónia do N° 10 de Downing Street e teve que se refugiar durante alguns meses no apartamento do seu velho amigo e assessor parlamentar, Tim Kitson, por não ter casa própria - por causa disso resolvi, anos mais tarde, que quando chegasse a minha hora de partir, pelo menos teria uma casa para onde ir. O desejo ardente de Ted de voltar a ser Primeiro-Ministro motivava muitas das conversas sobre coligações e Governos de Unidade Nacional que vieram perturbar o Partido, embora sem dúvida também tenha havido alguma convicção genuína. Na verdade, quanto mais o Partido Conservador se afastava da própria visão de Ted, mais ele queria vê-lo subjugado pela coligação. Em terceiro lugar, e pior de tudo, talvez, o legado envenenado das nossas inversões de marcha foi que não tínhamos princípios firmes, e muito menos um bom historial, nos quais basear os nossos argumentos. E na Oposição os argumentos são tudo.

Pela minha parte, estava satisfeita porque Ted não me tinha pedido para assegurar o meu antigo departamento na Educação mas, em vez dele, deu-me a pasta do Ambiente. Eu tinha aprendido, durante o nosso período anterior na Oposição na década de 1960, que há dificuldades em atacar propostas, muitas das quais terão estado, em alguma fase da sua gestação, dentro do nosso próprio departamento. Além disso, estava convencida, por via das minhas próprias sondagens no decurso da campanha das eleições gerais, de que

tanto as taxas como a habitação - em especial a última - foram questões que contribuíram para a nossa derrota. A tarefa de elaborar e apresentar políticas sólidas e populares nestas áreas atraiu-me.

Havia rumores sobre a própria posição de Ted, embora assim tenham permanecido, em grande parte. Isto aconteceu parcialmente porque a maioria de nós esperava que se convocasse uma eleição geral antecipada para dar governabilidade aos trabalhistas, e não parecia sensato mudar de líderes agora. Mas havia outras razões também. Ted ainda provocava nervosismo, até mesmo medo, a muitos dos seus colegas. Em certo sentido, até mesmo as inversões de marcha contribuíram para a aura à sua volta, pois ele tinha, por si só e com um murmúrio de discordância dificilmente expresso em público, invertido políticas conservadoras e tinha ido longe, com os seus tenentes, na reformulação do Partido Conservador. Também paradoxalmente, tanto os comprometidos com a abordagem de Ted e os - como eu e Keith e muitos nas bancadas de trás - que pensavam de maneira muito diferente, concordaram em que as políticas de compra de votos que o Partido Trabalhista estava agora a seguir levariam inevitavelmente ao colapso económico. Quais seriam as consequências políticas decorrentes disso era incerto. Mas havia muitos conservadores sonhadores que pensavam que isso poderia resultar em que o Partido Conservador, de alguma forma, voltasse ao poder com uma “ordem do médico”. E Ted não tinha dúvidas acerca das suas próprias credenciais médicas.

No entanto, ele não fez as concessões que teriam sido necessárias aos seus críticos no partido. Poderia ter-se protegido de forma eficaz contra futuras ameaças à sua posição se tivesse alterado a sua abordagem de várias maneiras. Poderia ter mostrado, pelo menos, alguma vontade em admitir e aprender com os erros do Governo. Poderia ter convidado os críticos talentosos das bancadas de trás para se juntar a ele como porta-vozes do Governo Sombra e contribuir para o repensar das políticas. Poderia ter mudado a aparência geral do Governo Sombra para o tornar mais representativo da opinião parlamentar.

Mas não fez nada disto. Substituiu Tony Barber - que anunciou que pretendia deixar a Câmara dos Comuns embora permanecesse, por ora, sem pasta no Governo Sombra - por Robert Carr, que estava ainda mais comprometido com a abordagem intervencionista que nos tinha dado tantos problemas. Durante o ano, promoveu ao Governo Sombra deputados como Michael Heseltine e Paul Channon, que eram vistos como seus acólitos e não representavam a opinião das bancadas de trás daquela altura.

Apenas John Davies e Joe Godber, nenhum deles com uma ideologia diferente, foram retirados. Acima de tudo, opôs-se a qualquer reformulação da política que sugerisse que a política económica e industrial do seu Governo tivesse tido sido sérias falhas. Quando Keith Joseph não assumiu o cargo de Ministro do Governo Sombra, disse que não queria pasta alguma, mas sim concentrar-se na pesquisa de novas políticas - algo que se provaria tão perigoso para Ted como proveitoso para o Partido. Caso contrário, estes eram sinais deprimentes de “mais do mesmo”, quando o eleitorado tinha demonstrado claramente o desejo de algo diferente. Somado a isso, a importante Comissão Diretiva de Ministros do Governo Sombra foi formado ainda mais à imagem de Ted. Não fui convidada a juntar-me a ele nesta altura, e de entre os seus membros, apenas Keith e talvez Geoffrey Howe se oporiam, provavelmente, à vontade de Ted.

Com toda a gente à espera de outra eleição antes do final do ano - sendo outubro a data preferida - o Partido Conservador entrou numa busca quase frenética de políticas atraentes a ser implementadas no nosso próximo manifesto. Elas tinham que reunir dois critérios: tinham de ser inovadoras e não podiam deixar dúvidas sobre a veracidade subjacente das políticas recentes do Governo Conservador. Adicionei uma terceira complicação: na medida em que a minha área de responsabilidade estava envolvida, as novas políticas também tinham que ser reconhecidamente conservadoras. Satisfazer todos estes critérios envolveu-nos em algumas acrobacias extremamente difíceis.

Entre as eleições de fevereiro e outubro de 1974, a maior parte do meu tempo foi ocupada com o trabalho sobre a habitação e as taxas. Tinha um grupo eficiente de deputados de política de habitação a trabalhar comigo. Hugh Rossi, um amigo e deputado vizinho, era um grande especialista em habitação com experiência de governo local. Michael Latham e John Stanley eram bem versados na indústria da construção. O brilhante Nigel Lawson, recém-eleito, tinha sempre as suas próprias ideias. Também tivemos a ajuda de pessoas das sociedades de construção e da indústria da construção. Era um grupo animado a que gostei de presidir.

A prioridade política era ter taxas de hipoteca manifestamente mais baixas. O problema técnico era como alcançá-las sem subsídios abertos. É claro, a visão purista seria a de que controlar artificialmente o preço dos empréstimos para aquisição de habitação seria certamente contraproducente. E nesta questão o purista estava muitas vezes certo. Se tivéssemos seguido uma política económica responsável não teria havido altos e baixos nos preços dos imóveis, e o aumento da inflação não teria impulsionado as taxas de hipoteca. Políticas que propiciam o equilíbrio da moeda e a libertação de quantidades

suficientes de terrenos para construção são a forma adequada de garantir um mercado de habitação ordeiro. Mas é claro que não tínhamos seguido políticas desse tipo. E o Partido Trabalhista já estava a embarcar numa vingança contra o desenvolvimento imobiliário. Nestas circunstâncias, manter a taxa de hipoteca abaixo do nível de mercado - ou, mais precisamente, das sociedades de construção - teria, de outra forma, feito sentido político a curto prazo. No Governo, tínhamos implementado um subsídio à hipoteca, e nem sequer tinha sido equacionado tomar poderes para controlar a taxa de hipoteca. O Governo Trabalhista elaborou rapidamente o seu próprio esquema, criado por Harold Lever, de, a curto prazo, fazer empréstimos grandes e baratos às sociedades de construção. A nossa tarefa era conceber algo mais atraente.

Para além de pensar numa política atraente em termos políticos, eu tinha razões de convicção para tomar medidas em relação à taxa de hipoteca e às outras medidas que concebemos para ajudar os compradores de casas. Sempre acreditei numa democracia de posse de propriedades e de propriedade imobiliária mais ampla. Também neste momento, eu sabia perfeitamente o quanto as classes médias estavam a sofrer. Devido à inflação que nós e o Partido Trabalhista tínhamos ajudado a criar, o valor das poupanças das pessoas tinha sido desgastado por taxas de juro real negativas. Além disso, em 1974 os valores do imobiliário registaram uma queda acentuada. Também o índice FT da Bolsa de Valores desceu para 146, o nível mais baixo de há vinte anos. O poder sindical e o socialismo de esquerda estavam em ascensão. Os aumentos de impostos estavam a pesar às empresas e às pessoas.

Em tais circunstâncias, pode ser correto fazer concessões modestas e temporárias aos interesses das classes médias de cuja prosperidade futura qualquer país depende em grande parte. Além disso, é mais barato ajudar as pessoas a comprar casas com uma hipoteca - seja através de uma taxa de hipoteca subvencionada, ou de ajuda com o depósito, ou apenas pela redução de impostos de juros de hipotecas - do que construir mais habitações sociais ou comprar casas privadas através da municipalização. Costumava citar os resultados de um estudo da Investigação da Fundação para a Habitação, que observou: “Em média, cada nova habitação social agora custa cerca de 900 libras por ano em subsídios e em impostos e taxas (incluindo o subsídio de habitação social muito antigo) ... A redução de impostos para uma hipoteca comum, se for considerada como um subsídio, resulta, em média, em cerca de 280 libras por ano”.

O meu grupo de política de habitação reunia-se regularmente às segundas-feiras. Especialistas em habitação e representantes das sociedades de construção davam os seus

conselhos. Eu informava o Governo Sombra de tempos a tempos, onde, na ausência de um verdadeiro acordo sobre política económica ou de pensamento construtivo sobre qualquer outra coisa, a atenção se concentrava fortemente nas minhas áreas de responsabilidade. Estava claro para mim que Ted e os outros estavam determinados a fazer das nossas propostas sobre habitação, e possivelmente taxas, a peça central da próxima campanha eleitoral, que esperávamos, mais cedo ou mais tarde. Por exemplo, no Governo Sombra de sexta-feira dia 3 de maio, tivemos uma discussão sobre políticas para o manifesto durante todo o dia. Informei sobre a habitação e fui autorizada a criar um grupo de políticas de taxas. Mas esta reunião foi mais importante por outra razão. Nela, Keith Joseph argumentou exaustivamente, mas em vão, em prol de uma abordagem amplamente “monetarista” para lidar com a inflação.

A questão das taxas foi muito mais difícil do que qualquer aspeto da política de habitação, e eu tinha um grupo ligeiramente diferente para me ajudar. Havia uma enorme quantidade de informações técnicas a dominar. Além disso, a reforma das taxas, sem falar na abolição, teve profundas implicações nas relações entre o governo central e local e nos diferentes serviços das autarquias locais, em especial na educação. Aproveitei o conselho dos peritos - os tesoureiros municipais constituíram-se como a melhor fonte, e deram o seu parecer técnico prontamente. Mas a trabalhar como eu estava, sob pressão e exiguidade de tempo e controlo rigoroso por parte de Ted e outros, que esperavam que eu apresentasse algo radical, popular e defensável, a minha tarefa não foi fácil.

Dito isto, podia entender muito bem o quanto estava em causa politicamente. Por exemplo, na terça-feira dia 21 de maio, encontrei-me com 350 manifestantes de Northamptonshire - um de cada vila e aldeia no condado - que estavam furiosos com as subidas das taxas entre 30 e 100 por cento. Vários fatores combinaram-se para elevar a questão a tal importância política: havia a injustiça básica de um sistema que tributava uma única viúva com a mesma taxa que uma família com três filhos crescidos e que trabalham; a nossa própria reavaliação das taxas em 1973 levou a subidas excessivas²⁸; e, mais recentemente, o acordo de concessão de apoio à taxa dos trabalhistas tinha tratado os condados rurais de forma particularmente dura. Em suma, tanto sobre a questão das taxas como sobre a habitação, houve uma revolta antissocialista da classe média em grande escala, e era essencial que ela fosse aproveitada, não dissipada. Eu

²⁸ Estava prevista uma reavaliação de propriedade a cada cinco anos, mas a mesma foi frequentemente adiada.

estava determinada a fazer isso.

O grupo de política de habitação já tinha realizado a sua sétima reunião e as nossas propostas estavam bem desenvolvidas na altura em que o grupo de taxas começou a trabalhar, a 10 de junho. Sabia que Ted e os seus assessores queriam a promessa firme de que aboliríamos as taxas. Mas eu estava relutante em fazer tal promessa, até termos a certeza sobre o que colocar no lugar delas. De qualquer forma, a haver uma eleição de outono, havia poucas hipóteses de fazer mais do que encontrar uma linha sustentável para incluir no manifesto, por enquanto.

Enquanto isso, durante todo o verão de 1974, tive muito mais publicidade do que anteriormente, principalmente como resultado da nossa política de habitação. Parte dela foi inadvertida. O relatório intercalar do grupo de política de habitação que fiz circular no Governo Sombra apareceu na primeira página do *The Times* na segunda-feira dia 24 de junho. Na sexta-feira anterior, o Governo Sombra tinha passado a manhã a discutir o quarto rascunho do manifesto. Até ao momento, as principais linhas da proposta da minha política de habitação tinham sido estabelecidas. A taxa de hipoteca seria contida até um nível não especificado através do corte da taxa composta de imposto paga pelas sociedades construtoras nas contas dos depositantes, por outras palavras, através de um subsídio disfarçado de redução de impostos. Dar-se-ia um subsídio aos novos compradores que estivessem a poupar para um depósito, embora, mais uma vez, não se tenha especificado nenhum número. Haveria um grande inquérito às sociedades construtoras; foi uma ideia que eu tinha esboçado num inquérito anterior sobre a formação de professores. Esperava poder dar uma resposta a longo prazo ao problema das taxas de hipoteca altas e ainda salvar-nos de um subsídio aberto.

O último ponto relacionava-se com o direito dos inquilinos à compra das suas habitações sociais. De todas as nossas propostas, esta seria a de maior alcance e a mais popular. O manifesto de fevereiro de 1974 tinha oferecido aos inquilinos de habitações sociais a oportunidade de comprar as suas casas, mas manteve o direito de recurso contra a venda para o município, e não oferecia desconto. Todos nós queríamos ir mais longe do que isso; a questão era quão longe. Peter Walker pressionava constantemente para que o “direito de comprar” fosse estendido a inquilinos do município aos preços mais baixos possíveis. O meu instinto aconselhava cautela. Não era que eu subestimasse os benefícios de maior posse de propriedades. Pelo contrário, tinha receio de alienar as famílias já em dificuldades que tinham economizado para comprar casa numa das novas propriedades privadas a preço de mercado e que tinham visto a taxa de hipoteca

aumentar e o valor da sua casa cair. Essas pessoas eram os eleitores conservadores basilares por quem eu sentia uma simpatia natural. Eles opor-se-iam fortemente, temia eu, aos inquilinos das habitações sociais que não tinham feito nenhum dos seus sacrifícios e que, de repente, receberiam o que era, de facto, uma grande quantidade de dinheiro por parte do Governo. Podíamos acabar por perder mais apoio do que o que ganharíamos. Em retrospectiva, este argumento parece ao mesmo tempo tacanho e sem imaginação. E era-o. Mas não havia muito a ser dito politicamente a seu favor em 1974, numa altura em que o valor das casas das pessoas tinha caído tão catastroficamente.

Neste caso, fomos muito de encontro à direção de Peter. O manifesto de outubro de 1974 oferecia aos inquilinos de habitações sociais que tivessem estado nas suas casas durante três anos ou mais o direito de comprá-las a um preço um terço abaixo do valor de mercado. Se o inquilino vendesse novamente dentro de cinco anos, renunciaria a qualquer ganho de capital. Também no momento em que o manifesto chegou à sua versão final, tínhamos quantificado a ajuda a ser dada aos novos compradores de casas particulares e apartamentos. Contribuiríamos com 1 libra por cada 2 libras poupadas para a entrada até um determinado valor. (Evitámos a questão da liberalização das rendas.)

Foi, contudo, a questão de quão baixa seria a taxa máxima de juros hipotecários que prometeríamos no manifesto que me causou mais problemas. Embora, pelas razões que já descrevi, me tivesse convencido de que algum tipo de compromisso nesta área era justificado, sabia perfeitamente como os custos para o Tesouro podem aumentar de forma alarmante se as taxas de inflação e de juros continuarem a aumentar. Ted e os que o rodeavam pareciam não ter cautela alguma. Na quinta-feira dia 1 de agosto, chamou-me de volta de Lamberhurst para uma reunião na sua casa nova em Wilton Street, com Peter Walker, Ian Gilmour e Robert Carr. Fui fortemente pressionada para ir além da expressão que tinha, por agora, sido acordada para o manifesto de fixar a taxa de hipoteca num nível “razoável”. Ted e os outros queriam um número específico. Argumentei veementemente contra, mas no final tive de garantir que manteria a taxa “abaixo de 10 por cento”. Além disso, não concordava com um valor específico. Esperava que fosse o fim da questão.

Mas quando estava no carro, a caminho de Londres para Tonbridge na quarta-feira dia 28 de agosto, a fim de gravar uma transmissão política do partido, fui avisada de que deveria telefonar com urgência. Ted queria dar-me uma palavra. Willie Whitelaw atendeu o telefone e ficou claro que eles os dois, e sem dúvida outros do seu círculo

interno, estavam reunidos. Ted entrou em linha. Pediu-me para anunciar na emissão do partido o número exato com o qual queríamos conter as hipotecas, e mantê-lo o mais baixo que eu pudesse. Eu disse que conseguia entender o efeito psicológico de descer dos 10 por cento. Essa necessidade podia ser satisfeita pelo valor de 9,5 por cento, e em consciência não podia descê-lo ainda mais. Fazer isso seria uma imprudência. Já estava preocupada com o custo. Não gosto desta tendência para tirar números do nada para impacto político imediato, sem a devida consideração de onde levariam. Então fiquei-me pelos 9,5 por cento.

Aconteceu algo semelhante com as taxas. Quando tínhamos discutido o assunto na nossa reunião do Governo Sombra na sexta-feira dia 21 de junho, tinha tentado evitar qualquer compromisso firme. Sugeri que a nossa linha devia ser a de reformas a ser estabelecidas numa base de todos os partidos através de um Comité Restrito. Era a primeira a admitir que isto não era suscetível de pôr o mundo em chamas. Mas ainda mais do que na habitação, esta não era uma área em que precipitar promessas fosse sensato. Ted não aceitava nada disto e disse que eu devia pensar bem. A necessidade de algo mais claro foi efetivamente demonstrada pelo debate dos Comuns sobre as taxas alguns dias mais tarde. Nós pedimos uma reforma profunda, algum alívio na taxa intercalar e uma disposição em que as tarifas de água deveriam ser elegíveis para redução de taxa. Na minha intervenção, também defendi que o governo central tivesse o poder de limitar os gastos do governo local e, em seguida, que houvesse um inquérito geral sobre as taxas. Mas, ainda que tenha saído com a minha reputação de parlamentar intacta, Tony Crosland, o Secretário do Ambiente, defendendo um aumento do subsídio do governo central para as entidades locais, sem grande reforma do sistema, foi geralmente considerado como quem levou a melhor sobre o debate. A vitória dele foi pírrica, pois maiores subsídios levaram não a taxas mais baixas, mas a maior despesa local. Dentro de um ano, o senhor Crosland anunciava austeramente: “A festa acabou.”

Em Julho, Charles Bellairs, do Departamento Conservador de Investigação, e eu trabalhámos numa secção de projetos de taxas para o manifesto. Ainda estávamos a pensar em termos de um inquérito e de um esquema de redução de taxas intercalares. Acompanhei-o na discussão das nossas propostas na Comissão Diretiva do Governo Sombra. Defendi a transferência dos salários dos professores - o maior item de gastos locais - do governo local para o Tesouro. Outra possibilidade que levantei foi a substituição das taxas por um sistema de dotações globais, com as autoridades locais a conservarem a sua liberdade de decisão sobre os gastos, mas no âmbito de um conjunto

total por parte do governo central. Nenhuma destas possibilidades era particularmente atraente. Mas, pelo menos, a discussão revelou aos presentes que “fazer alguma coisa” acerca das taxas era uma questão muito diferente de saber o que fazer.

No sábado dia 10 de agosto, usei o meu discurso na Conferência dos Candidatos no St Stephen's Club para divulgar as nossas políticas. Argumentei a favor da reforma total do sistema de taxas, para que se tivesse em conta a capacidade individual de pagamento, e sugeri a transferência dos salários dos professores e uma maior redução das taxas intercalares como maneiras de o conseguir. Era uma boa época do ano - um período de abrandamento nas notícias - para revelar novas propostas, e ganhámos alguma publicidade favorável.

Pareceu-me que isto provou que poderíamos ter uma campanha bem-sucedida *sem* ser mais específicos; na verdade, olhando para trás, posso ver que estávamos a ser *já* demasiado específicos porque, como descobriria quinze anos mais tarde, medidas tais como transferir o custo dos serviços do governo local para o governo central não levam por si só a taxas mais baixas nas autoridades locais.

Alimentava a esperança de ter umas férias agradáveis em família em Lamberhurst, longe do calor húmido de Londres e das exigências da política. Teriam sido as primeiras em três anos. Mas não seria assim. O telefone não parava de tocar, com Ted e outros a pedir-me para dar mais atenção a novos projetos. Depois fui chamada para outra reunião em Wilton Street na sexta-feira dia 16 de agosto. Ted, Robert Carr, Jim Prior, Willie Whitelaw e Michael Wolff do Gabinete Central estavam todos lá. Ficou logo claro qual era o objetivo - ameaçar-me até eu aceitar um compromisso no manifesto para abolir completamente as taxas durante a vigência de um Parlamento. Argumentei contra isto pela mesma razão que argumentei contra a promessa dos “9,5 por cento” sobre a taxa de hipoteca. Mas Ted e o seu círculo íntimo estavam num estado de choque tal pela sua derrota inesperada em fevereiro que estavam, desesperadamente, a tentar de tudo no seu desejo de reeleição, ou o que em jargão foi descrito como “pepitas” do manifesto.

Havia várias maneiras de aumentar as receitas para as despesas de propósitos locais. Estávamos todos inquietos pela mudança para um sistema em que o governo central fornecesse apenas dotações globais para o governo local. Então, eu disse ao Governo Sombra que pensava que uma reforma do imposto sobre a propriedade parecia ser a opção menos dolorosa. Mas, acrescentei a ideia de completar o imposto sobre a propriedade com um imposto cobrado localmente sobre a gasolina. Claro, havia muitas objeções a ambos, mas pelo menos eram melhores do que aumentar o imposto sobre o

rendimento.

Em qualquer caso, o que importava para os meus colegas era claramente a promessa de abolir as taxas, e Ted insistiu nisso em Wilton Street. Senti-me ferida e ressentida por ser envolta em políticas que não tinham sido devidamente ponderadas. Mas pensei que se combinasse cautela nos detalhes com toda a coragem de apresentação que pudesse reunir, poderia tornar as nossas políticas de taxas e de habitação em vencedoras de votos para o partido. Concentrei-me em fazer isso daí para a frente.

Foi numa conferência de imprensa na tarde de quarta-feira dia 28 de agosto, que revelei as nossas propostas finais. Enunciei o pacote de medidas - construído à volta de hipotecas a 9,5 por cento e da abolição das taxas - sem uma centelha de dúvida, que, como o repórter veterano do *Evening Standard*, Robert Carvel, disse, “deslizou quase tão bem quanto o xerez com os repórteres experimentados”, servido pelo Gabinete Central. Dominámos o noticiário. Foi, por concordância geral, o maior impulso que o Partido tinha tido desde que tinha perdido as eleições de fevereiro. Houve até alguns rumores de que os conservadores estavam de volta à liderança nas sondagens, embora isto tenha sido demasiado otimista. A Associação de Sociedades Construtoras acolheu as propostas de hipotecas a 9,5 por cento, mas questionou os meus números sobre o custo. Na verdade, como lhes disse indignadamente, eram os montantes deles que estavam errados e eles, subsequentemente, recolheram-se. Alguns eram compreensivelmente críticos acerca dos direitos económicos, mas entre os conservadores de base que tínhamos de ganhar de novo, a proposta de hipoteca foi extremamente popular. A promessa das taxas também o foi. O Partido Trabalhista estava agitado e, involuntariamente, o anfitrião de festas Tony Crosland foi provocado a ter uma reação exagerada, descrevendo as propostas como “loucura de verão da Margaret”. Toda esta publicidade foi boa para mim também pessoalmente. Embora não o soubesse nesse momento, o período até e durante a campanha eleitoral de outubro de 1974 permitiu-me ter um impacto favorável sobre os conservadores no país e no Parlamento, sem o qual a minha futura carreira teria sido sem dúvida muito diferente.

PRIMEIRAS RECONSIDERAÇÕES

Apesar de terem sido as minhas responsabilidades como porta-voz do Ambiente que tomaram a maior parte do meu tempo e energia, a partir do final de junho tinha-me tornado parte de outra iniciativa que teria profundas consequências para o Partido

Conservador, para o país e para mim. A criação do Centro de Estudos de Política (CPS)²⁹ é de facto parte da história de Keith Joseph, não da minha. Keith tinha emergido dos escombros do Governo Heath determinado na necessidade de repensar as nossas políticas a partir dos primeiros princípios. Se isto tinha de ser feito, Keith era o homem ideal para o fazer. Tinha o intelecto, a integridade e, não menos importante, a humildade necessária. Tinha um profundo interesse tanto na política económica como na social. Tinha uma longa experiência no governo. Tinha uma capacidade extraordinária para formar relações de amizade e respeito com uma vasta gama de personagens com diferentes pontos de vista e experiências. Embora conseguisse, quando o assunto mexia com ele, falar apaixonada e persuasivamente, era como ouvinte que ele se notabilizava. Aliás, Keith nunca ouvia passivamente. Sondava argumentos e afirmações e rabiscava notas sobre as quais sabíamos que iria ponderar em casa. Era assim tão notável porque a sua autoconfiança intelectual era fruto de um autoquestionamento contínuo. A sua ousadia em adotar posições impopulares diante de um público hostil suscitou a admiração dos seus amigos, porque todos nós sabíamos que ele era naturalmente tímido e até mesmo acanhado. Era um homem quase demasiado bom para a política, exceto que, sem alguns homens bons, a política seria intolerável.

Não poderia ter-me tornado Líder da Oposição, ou conseguido o que consegui como Primeira-Ministra sem Keith. Mas é justo dizer que nem Keith poderia ter conseguido o que consegui sem o Centro de Estudos de Política e Alfred Sherman. Para além do facto de ambos serem judeus, Alfred e Keith tinham pouco em comum, e até que se visse como efetivamente trabalhavam juntos, era difícil acreditar que poderiam realmente cooperar.

Penso que Keith e Alfred se encontraram pela primeira vez em 1962, quando Keith foi Ministro da Habitação e Alfred cobriu assuntos do governo local para o jornal *Daily Telegraph*. De vez em quando estavam em contacto, e depois de uma discussão no *Reform Club*, Keith perguntou o que Alfred pensava sobre o rascunho de um discurso que tinha com ele. A partir de então, Keith começou a pedir as sugestões de Alfred. Durante os primeiros anos do Governo Heath tinham menos contacto, mas foi durante a semana de três dias que Keith se encontrou com Alfred para discutir o Médio Oriente, no qual Alfred era uma espécie de especialista, escrevendo para o principal jornal diário de língua hebraica em Israel.

²⁹ NT: No original, *Centre for Policy Studies*.

Alfred tinha o seu próprio tipo de genialidade. Trouxe o zelo da sua conversão (como ex-comunista), a sua amplitude de leituras e as suas capacidades como polemista impiedoso à tarefa de traçar um novo tipo de conservadorismo de livre mercado. Estava mais interessado, pareceu-me, na filosofia subjacente às políticas do que nas próprias políticas. Era melhor a destruir argumentos construídos descuidadamente do que a elaborar propostas originais. Mas a força e a clareza da sua mente, e o seu completo desrespeito pelos sentimentos ou opinião que outras pessoas tinham sobre ele, fizeram dele um complemento formidável e um contraste com Keith. Alfred ajudou Keith a transformar o Centro de Estudos de Política no centro do pensamento conservador alternativo sobre questões económicas e sociais.

Eu não estava envolvida no início, embora tenha deduzido a partir de conversas com Keith que ele estava a pensar muito sobre como encaminhar as suas responsabilidades de pesquisa sobre políticas no Governo Sombra para canais construtivos. Em março, Keith tinha ganho a aprovação de Ted para a criação de uma unidade de investigação para fazer estudos comparativos com outras economias europeias, em particular a chamada “economia social de mercado” tal como é praticada na Alemanha Ocidental. Ted tinha feito com que Adam Ridley fosse colocado no conselho de administração do CPS (Adam foi seu assessor económico dentro do Departamento de Investigação Conservador), mas fora isso, Keith ficou entregue a si próprio. Nigel Vinson, um empresário bem-sucedido com fortes convicções de livre iniciativa foi responsabilizado por adquirir uma casa para o Centro, que foi encontrada em Wilfred Street, perto de Victoria. Simon Webley, que dirigia a Associação de Investigação Britânica/Norte Americana, assegurou-se de que as publicações do Centro nunca esqueceriam as realidades da indústria e do comércio entre as teorias económicas. Mais tarde em 1974, Gerry Frost, o atual Diretor, também se juntou ao CPS e estabeleceu alguma ordem administrativa no que poderia ter sido um caos de intelectuais. Outras figuras que deram contribuições importantes ao longo do tempo foram Jock Bruce-Gardyne e Peter Utley. Uma outra razão para o sucesso do Centro foi a dedicação dos secretários e cozinheiros que duas vezes por semana proporcionavam algumas das melhores refeições de baixo custo em Londres. (Talvez nem sempre de baixo custo: Gerry Frost uma vez queixou-se num memorando: “Parece que estamos empenhados em refutar a máxima de que não há almoços grátis.”) Progressivamente, o CPS serviu como ponto de convergência para um grande grupo de pensadores de livre mercado, nem todos conservadores, que procurou mudar o clima de opinião e alcançar uma maior compreensão do papel do

mercado e das limitações do estatismo.

Foi no final de maio de 1974 que fiquei diretamente envolvida com o CPS. Não sei se Keith alguma vez ponderou pedir a quaisquer outros membros do Governo Sombra para se juntarem a ele no Centro: se o fez, eles certamente não aceitaram. Ele tinha uma posição arriscada, exposta, e o medo de provocar a ira de Ted e o escárnio dos comentaristas de esquerda era um forte desincentivo. Mas eu agarrei a oportunidade de me tornar Vice-Presidente de Keith.

O CPS era a menos burocrática das instituições. Não poderia ser propriamente chamado de “think tank”, pois não tinha nada da grandeza empresarial das fundações americanas de prestígio que esse termo evoca. Alfred Sherman captou-lhe o espírito ao dizer que era um “animador, um agente de mudança, e uma enzima política”. A abordagem social de mercado proposta originalmente não se revelou especialmente frutífera e acabou por ser discretamente esquecida, apesar de um panfleto intitulado *Por que razão a Grã-Bretanha Precisa de uma Economia Social de Mercado* ter sido publicado. O conceito de mercado social - como outros termos de proveniência estrangeira traduzidos demasiado à letra - encerrava problemas. Em que medida é que isso era simplesmente uma questão de reafirmar a verdade que só uma economia de mercado bem-sucedida pode sustentar a melhoria social? Quanto é que significava uma economia de mercado com um elevado grau de “proteção social”, ou seja, regulação? Mesmo o seu expoente mais proeminente, Ludwig Erhard, o Chanceler da Alemanha Ocidental, tinha as suas dúvidas sobre a forma como isso estava a ser implementado em anos posteriores.

O que o Centro então desenvolveu foi o impulso para expor as loucuras e consequências contraproducentes da intervenção do governo. Continuou a envolver o argumento político no debate aberto ao mais alto nível intelectual. O objetivo era conseguir uma mudança - mudança no clima de opinião e assim nos limites do “possível”. De modo a fazer isso, o Centro tinha, para empregar outra expressão de Alfred, de “pensar o impensável”. Não demorou muito até algumas pessoas começarem a ficar incomodadas com essa abordagem.

Keith tinha decidido que iria fazer uma série de discursos durante o verão e o outono de 1974, nos quais estabeleceria a análise alternativa do que tinha corrido mal e o que se deveria fazer. O primeiro deles, que também se destinou a fomentar o interesse entre potenciais angariadores de fundos, foi feito em Upminster no sábado dia 22 de junho. Alfred foi o principal relator. Mas, como em todos os discursos de Keith - exceto o discurso fatídico de Edgbaston que descreverei brevemente - ele fez circular rascunhos

intermináveis para que fizéssemos comentários. Todas as observações recebidas foram cuidadosamente examinadas e a linguagem foi expurgada de palavras supérfluas. Os discursos de Keith sempre colocaram o rigor de análise e a exatidão da linguagem acima do estilo, mas no seu conjunto também conseguiam ser fortes instrumentos retóricos.

O discurso de Upminster enfureceu Ted e o *establishment* do partido, porque Keith agrupou os erros dos Governos Conservadores e Trabalhistas, falando dos “trinta anos de modas socialistas”. A última vez que alguém ousara falar assim foi quando Hayek escreveu *The Road to Serfdom* em 1944. Keith antecipou-se às críticas que inevitavelmente lhe seriam dirigidas, aceitando no momento e mais tarde toda a culpa do que tinha corrido mal. Uma após a outra, levou as vacas sagradas para o matadouro. Afirmou o seguinte sobre a procura frenética do crescimento económico: “O crescimento é bem-vindo, mas nós simplesmente não sabemos como acelerar o seu ritmo. Talvez um crescimento mais rápido, como a felicidade, não deva ser um alvo principal, mas apenas um subproduto de outras políticas”.

Afirmou sem rodeios que o sector público tinha vindo a “drenar a riqueza criada pelo sector privado”, e desafiou o valor do “investimento” público no turismo e a expansão das universidades. Condenou a vingança socialista contra os lucros e salientou os danos causados pelas rendas controladas e habitação social à mobilidade laboral. Finalmente - e, aos olhos dos defensores do consenso, imperdoavelmente - falou sobre as “contradições inerentes [da] ... economia mista”. Foi um discurso curto mas teve um grande impacto, especialmente porque as pessoas sabiam que havia mais para vir.

Uma característica distintiva da abordagem de Keith foi a tentativa a todo o custo de evitar sugerir que havia dolo nos gastos excessivos do Estado, nas nacionalizações, na regulação, na tributação e no poder sindical que tinham feito tanto mal à Grã-Bretanha. Pelo contrário, argumentou, tudo isso tinha ocorrido com a melhor das intenções. Talvez nisto tenha sido demasiado generoso, atribuindo os seus fortes princípios morais a outros. Mas a sinceridade e compaixão patentes nas suas críticas devastadoras às políticas dos últimos trinta anos reforçaram o efeito. Voltou ao mesmo tema em Leith, em agosto, numa época em que eu própria estava mais ativamente envolvida no CPS, a participar nas reuniões de Keith, a comentar as suas sugestões e a preparar as minhas próprias anotações e artigos sobre as áreas de educação e serviços sociais que conhecia melhor.

Aprendi muito com Keith e Alfred. Renovei a leitura das obras seminais da economia liberal e do pensamento conservador. Também participei regularmente nos almoços do

Instituto de Assuntos Económicos, onde Ralph Harris, Arthur Seldon, Alan Walters e outros - por outras palavras, todos aqueles que estavam certos quando nós no Governo estávamos tão errados - estavam ocupados a criar um novo caminho económico e social não socialista para a Grã-Bretanha. Almocei de vez em quando com o Professor Douglas Hague, o economista, que mais tarde seria um dos meus assessores não oficiais para a economia.

Por essa altura, também conheci um ex-produtor de televisão educado e divertido chamado Gordon Reece, que estava a aconselhar o partido sobre participações na televisão e que tinha, pareceu-me, uma perceção quase invulgar desse meio. De facto, às vésperas das eleições gerais de outubro de 1974, eu tinha feito um número significativo de contactos com as pessoas em quem tanto me apoiaria durante os meus anos como líder do Partido.

O terceiro da troika de discursos sobre política de Keith foi feito em Preston na quinta-feira dia 5 de setembro (por essa altura ele era Secretário da Administração Interna do Governo Sombra). Depois de algum debate inicial inconclusivo de várias ideias de Keith no Governo Sombra, Ted tinha recusado a reavaliação económica geral e a discussão que Keith queria. Keith decidiu que não estava preparado para ser sufocado nem para ser ignorado, e avisou que tencionava fazer um grande discurso sobre política económica. Ted e a maioria dos nossos colegas queriam a todo o custo evitar isso. Geoffrey Howe e eu, os dois membros do Governo Sombra certamente com maior capacidade para influenciar Keith, fomos então encarregados de o tentar persuadir a não ir em frente, ou pelo menos a suavizar o que pretendia dizer. Em qualquer caso, Keith mostrou-me uma primeira versão. Era uma das análises mais fortes e persuasivas que alguma vez lera. Não sugeri mudanças, nem Geoffrey, tanto quanto sei. O discurso de Preston ainda deve ser considerado como um dos poucos discursos que afetaram radicalmente a forma de pensar de uma geração política.

Definia a abordagem monetarista com um detalhe maior que nunca. Começava com a pesada declaração: “A inflação está a ameaçar destruir a nossa sociedade.” Na maioria das vezes, isto teria parecido uma hipérbole, mas, nesta altura, com a inflação a 17 por cento e a subir, as pessoas estavam obcecadas com o impacto dela nas suas vidas. Isso só tornou mais explosiva a admissão de Keith de que a responsabilidade era de *sucessivos* governos ao terem permitido que ela tivesse um efeito tão adverso. Rejeitou a ideia adotada pelo Governo Sombra de que a inflação tinha sido “importada” e que era o resultado da subida vertiginosa dos preços mundiais. Na verdade, foi o resultado do

crescimento excessivo da massa monetária. Explicando, como o fez, que houve um atraso de “muitos meses, ou mesmo de um ano ou dois” entre a política monetária flexível e o aumento da inflação, ele também, implicitamente - e, claro, com precisão - culpou o Governo Heath pela inflação que agora estava a começar a arrancar e que subiria para níveis ainda mais ruinosos no ano seguinte. Rejeitou também o uso da política de rendimentos como forma de a conter. A análise foi subtil, detalhada e devastadora.

A política de rendimentos por si só [sendo a expressão “por si só” uma pequena concessão, suponho eu, à posição oficial do Governo Sombra] como forma de diminuir a inflação causada pela massa monetária excessiva é como tentar parar a água que sai de uma mangueira rota sem fechar a torneira; se taparmos um buraco vamos encontrar outros dois... Mas, muito antes deste ano, sabíamos todos os argumentos. Já os tínhamos usado na oposição em 1966-1970. Então porque é que tentámos a política de rendimentos de novo? Suponho que queríamos mesmo acreditar nela porque estávamos tão apreensivos quanto à alternativa: políticas sólidas de equilíbrio da moeda.

(É claro que também eu, na minha palestra no CPC em 1968, tinha aceitado a análise monetarista: por isso, senti que isto se aplicava igualmente a mim.)

Em seguida, Keith apontou a razão fundamental pela qual tínhamos seguido nas nossas desastrosas inversões de marcha - o medo do desemprego. Tinha sido quando o desemprego registado aumentou para um milhão que o vigor do Governo Heath se quebrou. Mas Keith explicou que as estatísticas de desemprego ocultavam tanto quanto revelavam porque incluíam “desemprego friccional” - ou seja, pessoas que estavam temporariamente sem trabalho por estarem a mudar de emprego - e um grande número de pessoas que eram mais ou menos empregáveis por uma razão ou outra. Da mesma forma, houve uma grande quantidade de desemprego fraudulento, pessoas que estavam a usufruir de subsídios enquanto auferiam salário. Na verdade, observou Keith, o problema real tinha sido a escassez de trabalho, não o excedente. Disse que devíamos estar preparados para admitir que o controlo da massa monetária para suportar a inflação acarretaria o risco de temporariamente haver um certo aumento do desemprego. Mas se queríamos baixar a inflação (que destruiu empregos, embora este tenha sido um argumento ao qual Keith e eu teríamos de voltar posteriormente em muitas ocasiões), o crescimento monetário tinha de ser refreado. Keith não defendeu que, se acertássemos a massa monetária, tudo o resto estaria bem. Disse especificamente que este não era o

seu ponto de vista. Mas se *não* alcançássemos o controlo monetário nunca seríamos capazes de alcançar nenhum dos nossos outros objetivos económicos.

O discurso de Preston teve um enorme impacto. Foi, é claro, altamente embaraçoso para Ted e o *establishment* do partido. Alguns ainda esperavam que uma combinação de advertências pessimistas sobre o socialismo, insinuações sobre um Governo Nacional e as nossas novas políticas de hipotecas e taxas nos fariam voltar ao poder - uma ilusão potenciada pelo facto de, no próprio dia do discurso de Keith, uma sondagem ter mostrado que estávamos dois pontos à frente dos trabalhistas. O discurso de Preston dinamitou esta estratégia, pois estava claro que o tipo de reavaliação que Keith estava a defender era altamente improvável de ocorrer se os conservadores voltassem ao governo com Ted Heath como Primeiro-Ministro. O próprio Keith decidiu discretamente passar mais tempo no CPS, em Wilfred Street, do que em Westminster, onde alguns dos seus colegas estavam furiosos. Pela minha parte, não acho que houvesse qualquer possibilidade séria de ganharmos as eleições. A curto prazo, estava determinada a lutar tão arduamente quanto pudesse pelas políticas que tinha agora a responsabilidade de defender. A longo prazo, estava convencida de que teríamos de mudar a atitude do partido para a maneira de pensar de Keith, de preferência sob a sua liderança.

A MACHADADA FINAL DE TED

O manifesto do Partido Conservador foi publicado cedo, na terça-feira dia 10 de setembro - cerca de uma semana antes do anúncio das eleições - devido a uma fuga de informação para a imprensa. Fui surpreendida por uma pergunta sobre o mesmo quando estava a abrir a Feira de Antiguidades de Chelsea. O lançamento do manifesto desta forma não foi um bom começo para a campanha, especialmente porque tínhamos tão pouca coisa nova para dizer. Ficou claro, no entanto, a partir do rumo do Governo Sombra dois dias mais tarde, que o que realmente preocupava Ted e o seu círculo era o que Keith - e eu, em menor escala - *provavelmente* diria. Ted ditou as regras: devíamos falar do manifesto e nada mais, e qualquer amplificação de políticas devia ser feita somente após discussões entre os porta-vozes relevantes, o presidente do partido e ele próprio. Os membros do Governo Sombra deviam concentrar-se principalmente nos seus *próprios* assuntos. Ninguém tinha a menor dúvida sobre o alvo destas observações. Eu estava efetivamente em campanha eleitoral, mesmo antes do anúncio formal na quarta-feira seguinte de uma eleição geral a ter lugar na quinta-feira dia 10 de outubro.

Na segunda-feira, discurssei no Noroeste a favor de Fergus Montgomery, o meu esplêndido assessor parlamentar (os olhos e ouvidos de um deputado das bancadas da frente na Câmara dos Comuns). Na terça-feira estava a responder a perguntas sobre as nossas políticas numa reunião da Federação de Construtores Cívicos. Na própria quarta-feira dei uma entrevista a uma revista chamada *Pre-Retirement Choice*: isto, como explicarei, voltaria para me assombrar. Na quinta-feira houve mais uma discussão geral da campanha no Governo Sombra. No dia seguinte, o Parlamento foi dissolvido e a campanha avançou adequadamente com os deputados a retirar-se para os seus círculos eleitorais.

Eu nunca tinha tido tanta exposição nos meios de comunicação como nesta campanha. O Partido Trabalhista reconheceu que as nossas propostas de habitação e de taxas eram praticamente as únicas atraentes no nosso manifesto e, conseqüentemente, empenharam-se em fustigá-las o mais cedo possível. Na terça-feira dia 24 de setembro, Tony Crosland descreveu-as como “um monte de mentiras”. (Esta foi a mesma conferência de imprensa em que Denis Healey fez a notória declaração de que a inflação estava em 8,4 por cento, calculando o valor trimestral, quando a taxa anual foi de facto 17 por cento). Emiti imediatamente um comunicado a refutar a acusação, e a fim de manter o argumento, porque iria destacar as nossas políticas, disse em Finchley naquela noite que o corte nas taxas de hipoteca estaria entre as primeiras ações de um novo Governo Conservador. Em seguida, em busca do mesmo objetivo, e após ter consultado Ted e Robert Carr, o Chanceler do Governo Sombra, anunciei na conferência de imprensa matinal no Gabinete Central na sexta-feira que a redução da taxa de hipoteca poderia ocorrer “até ao Natal” se ganhássemos. Os principais jornais matutinos tinham a história na primeira página no dia seguinte - “Mãe Natal Thatcher” - e em geral dizia-se que tínhamos tomado a iniciativa pela primeira vez durante a campanha. Na segunda-feira seguinte, descrevi isso numa emissão do partido como uma “promessa firme, inabalável”. E o facto político bruto foi que, apesar das minhas reservas sobre a sensatez da promessa, teríamos de honrá-la a qualquer custo.

Foi neste ponto que a forma em que eu estava a apresentar as nossas políticas de habitação e de taxas começou a ir contra a abordagem geral que Ted queria ter na campanha. Por insistência dele, eu tinha tornado as políticas que estava a oferecer o mais duras e específicas possível. Mas o manifesto, particularmente na secção de abertura, dava deliberadamente a impressão de que os conservadores poderiam considerar algum tipo de Governo Nacional e, por conseguinte, ser flexíveis acerca das políticas que

estavam a apresentar. A passagem dizia:

O Partido Conservador, livre de dogmas e livre de dependência de qualquer interesse, está alargado a toda a nação. É nosso objetivo ganhar uma maioria clara na Câmara dos Comuns nestas eleições. Mas usaremos essa maioria, acima de tudo, para unir a nação. Não vamos governar num espírito partidário estreito. *Após as eleições, vamos consultar e conversar com os líderes dos outros partidos e com os líderes dos grandes interesses da nação, a fim de assegurar, para as políticas do Governo, o consentimento e apoio de todos os homens e mulheres de boa vontade. Vamos convidar pessoas de fora das fileiras do nosso partido para se juntarem a nós e superar as dificuldades da Grã-Bretanha.* [Ênfase adicionada.]

Essas pessoas indefinidas que se juntariam aos conservadores no governo podiam incluir, presumia-se, alguns membros de direita do Partido Trabalhista e talvez os liberais. Estes últimos tinham estado, desde o início, abertamente a fazer campanha para um governo de coligação. Este tipo de retórica deixou-me profundamente inquieta. Não era apenas o facto de, como na Inglaterra de Disraeli, eu não gostar de coligações. Em termos práticos, esse tipo de discurso reduziu a credibilidade das promessas que estava a fazer na minha própria área, pois quem poderia dizer o que as negociações interpartidárias lhes poderiam fazer?

Na conferência de imprensa dos conservadores na sexta-feira dia 2 de outubro, Ted sublinhou a sua vontade como Primeiro-Ministro de trazer os não-conservadores para um governo de “todos os talentos” (partido e talento sendo neste contexto considerados sinónimos). Esta tensão entre promessas firmes e flexibilidades implícitas ameaçava esvaziar a substância da nossa campanha e dividir os ministros do Governo Sombra.

Estávamos agora a entrar na última semana. Eu ainda não acreditava na probabilidade de ganharmos. As sondagens haviam mostrado que estávamos bem atrás desde o início da campanha. Mas senti que, apesar das críticas na grande imprensa, as minhas políticas de habitação e de taxas tinham-se revelado um sucesso político. Também pensei que poderíamos conseguir sobreviver com a presente atitude, um tanto ambígua, até aos Governos Nacionais, nos poucos dias que restavam.

Na quinta-feira, ao fazer campanha nas áreas de Londres, continuei com a defesa vigorosa das nossas políticas de habitação e combinei isso com ataques ao “socialismo insidioso” através da municipalização. À noite, fui convidada para ir ter com Ted a

Wilton Street. Os seus assessores tinham estado, certamente, a instá-lo a ir mais longe e a começar de facto a falar sobre a possibilidade de um Governo de Coligação. Porque se sabia que eu era firmemente contra isto, tanto por razões estratégicas como por razões táticas, e porque estava previsto que eu participasse no programa de rádio *Any Questions* em Southampton na noite seguinte, tinha sido chamada para que as novas diretivas me fossem explanadas. Ted disse que estava preparado para convocar um Governo de Unidade Nacional, que, aparentemente, “o povo” queria. Fiquei extremamente irritada. Ele próprio tinha, afinal, insistido em tornar as políticas de habitação e taxas que eu tinha vindo a defender o mais específicas possível: agora, quase no final da campanha, estava efetivamente a descartar as promessas do manifesto, porque isso parecia oferecer-me uma maior probabilidade de regressar a Downing Street.

A razão pela qual, em todo o caso, ele imaginava que seria o líder provável de um Governo de Coligação escapava-me. Ted era uma figura desagregadora nesta altura, e embora se tenha convencido, de alguma forma, que representava o “consenso”, isto não se harmonizava nem com o seu histórico, nem com o seu temperamento, nem mesmo com a opinião das outras pessoas. Pela minha parte, eu não recuaria nas políticas que tinha vindo a preconizar por sua insistência. Fui-me embora altamente insatisfeita.

Em *Any Questions* admiti que se não houvesse maioria clara, seria provavelmente necessário haver coligação. Mas enunciei as minhas reservas quanto a isso dizendo que eu própria nunca poderia fazer parte de um governo com esquerdistas como Michael Foot ou Tony Benn. Poderia ter acrescentado que a probabilidade de Keith Joseph e eu sermos incluídos numa coligação de grandes e bons era diminuta - dificilmente maior, de facto, do que a probabilidade de ser o próprio Ted a liderá-la.

Os últimos dias da campanha foram dominados por todas as perguntas embaraçosas que a conversa sobre coligações suscita. Mas cingi-me à minha própria pasta, repetindo as promessas do manifesto sentada ao lado de Ted Heath na última conferência de imprensa conservadora na terça-feira dia 7 de outubro. O resultado das eleições gerais dois dias mais tarde, sugeriu que, apesar do desejo natural dos eleitores de dar ao Governo Trabalhista minoritário a oportunidade de governar com eficácia, ainda havia uma boa dose de desconfiança da parte deles. O Partido Trabalhista acabou com uma maioria de três, que era pouco provável de os levar a ter um mandato completo. Mas o resultado conservador - 277 mandatos em comparação com os 319 do Partido Trabalhista - embora pudesse ter sido pior, não constituía qualquer tipo de apoio para a nossa abordagem.

KEITH DESPEDE-SE

Tive resultados bastante bons, embora a minha maioria tenha descido um pouco em Finchley. Pensou-se que tive uma boa campanha. Rumores de que poderia possivelmente tornar-me líder do partido, um assunto que já entusiasmava alguns jornalistas muito mais do que me convencia a mim, começaram a crescer. Pessoalmente, tive pena de Ted Heath. Ele tinha a sua música e um pequeno círculo de amigos, mas a política era a vida dele. Naquele ano, além disso, tinha sofrido uma série de golpes pessoais. O seu iate, *Morning Cloud*, tinha-se afundado e o seu afilhado estava entre os que pereceram. A derrota nas eleições foi mais um golpe.

No entanto, eu não tinha dúvidas de que Ted tinha de sair. Tinha perdido três das últimas quatro eleições. Ele próprio não conseguia mudar e era demasiado protetor do seu passado para ver que era necessária uma mudança fundamental de políticas. Assim, a minha relutância em confirmar as insinuações de que poderia vir a tornar-me líder tinham pouco a ver com a manutenção de Ted na sua posição atual. Tinha tudo a ver com ser Keith a substituí-lo. De facto, no fim de semana tinha-me praticamente tornado na gerente informal de campanha de Keith. Assim, dissuadi a especulação sobre as minhas próprias perspetivas. Por exemplo, disse ao *London Evening News* na sexta-feira dia 11 de outubro: “Podem riscar o meu nome da lista.”

Da mesma forma, disse ao *Evening Standard* na terça-feira dia 15 de outubro: “Penso que seria extremamente difícil para uma mulher chegar ao topo... Sempre considerei que para chegar ao topo tem de se ter experiência num dos três postos importantes³⁰ ... eles dão-lhe confiança em si próprio e dão aos outros confiança em si”.

Em seguida, no sábado dia 19 de outubro, Keith falou em Edgbaston, em Birmingham. Não foi concebido como parte da série de grandes discursos destinados a alterar o pensamento do Partido Conservador, e talvez por essa razão não tinha sido amplamente divulgado entre os amigos e conselheiros de Keith: certamente, eu não tinha qualquer indício do texto. O discurso de Edgbaston é geralmente considerado como o que destruiu as hipóteses de liderança de Keith. Foi a secção que continha a afirmação de que “o equilíbrio da nossa população, a nossa raça humana, está ameaçado”, e que prosseguia a lamentar a elevada e crescente proporção de crianças nascidas de mães “menos

³⁰ Isto é, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro das Finanças e Ministro da Administração Interna.

preparadas para trazer filhos ao mundo”, tendo ficado “grávidas na adolescência nas classes sociais 4 e 5”, a que provocou mais danos. Ironicamente, as frases mais incendiárias não vieram da boca de Keith, mas de passagens tiradas de um artigo de dois sociólogos de esquerda publicado pelo Grupo de Ação de Pobreza Infantil. Esta distinção, no entanto, perdeu-se nos bispos, escritores, académicos, políticos socialistas e comentaristas que se apressaram a denunciar Keith como um eugenista louco.

Por outro lado, houve uma onda de apoio público a Keith nas sondagens e em cinco sacos de correio volumosos. Uma dessas cartas, uma amostra da qual foi analisada por Diana Spearman no *Spectator*, resumia esses sentimentos. Numa caligrafia de iletrado, dizia simplesmente:

Caro Sir Joseph,

O senhor está coberto de razão.

Pois, à exceção daquelas poucas frases infelizes, o discurso transmitia mensagens fortes sobre o declínio da família, a subversão dos valores morais e os perigos da sociedade permissiva, interligando todas essas coisas com o socialismo e igualitarismo, e propunha a “remoralização da Grã-Bretanha” como um objetivo a longo prazo. Foi uma tentativa de proporcionar um esteio para a política social conservadora, assim como Keith tinha começado a fazer com a política económica. O problema era que a única resposta de curto prazo sugerida por Keith para os problemas sociais que traçou era tornar os contraceptivos mais amplamente disponíveis - e isso tendia a afastar os que poderiam ter sido atraídos pela sua mensagem moral mais ampla.

O discurso de Edgbaston estava fadado a ser explosivo, mas poderia, pelo menos, ter sido uma explosão controlada. Infelizmente, não foi assim que aconteceu. O discurso estava previsto ser proferido no Sábado à noite, e assim o texto foi publicado com antecedência, com um embargo para uso da imprensa. Mas o *Evening Standard*, por qualquer razão, quebrou o embargo e lançou um feroz ataque contra Keith, distorcendo o que ele disse. Li a versão deles na estação de Waterloo e o meu coração apertou-se. Posteriormente, o próprio Keith não ajudou a sua causa ao estar constantemente a explicar, a modificar e a pedir desculpa. O *establishment* do partido mal podia conter a sua alegria. Keith tinha sido considerado culpado de um pecado mortal aos olhos das mediocridades - tinha mostrado “falta de juízo”, ou seja, vontade de pensar por si mesmo. A imprensa acampou à porta da sua casa e recusou-se a deixá-lo a ele ou à sua família em paz. Ele provavelmente nunca tinha passado por nada parecido com isso.

Tendo sido vilipendiada como a “sequestradora de leite”, senti a dor dele como se fosse a minha própria dor. Mas não havia nada a fazer a não ser a esperança de que tudo iria abrandar.

Sem dúvida, como resultado de tudo isso, Ted sentiu-se bastante mais seguro. Até nos disse no Governo Sombra na terça-feira seguinte que a campanha eleitoral tinha sido “um exercício de contenção bastante bom e que a mecânica tinha resultado bem”. Uma estranha irrealidade permeou as nossas discussões. Todos, exceto Ted, sabiam que o principal problema político era o facto de que ele ainda era líder. Mas pensou que agora devíamos concentrar-nos na Escócia, em como melhorar o nosso apelo aos jovens e em como aumentar o apoio entre os eleitores da classe trabalhadora. Mesmo nos seus próprios termos, esta análise tinha falhas. Como eu notaria dois dias mais tarde numa entrevista com Max Hastings no *Evening Standard*, que apareceu sob o título “A senhora Thatcher e o Crepúsculo das classes médias”, devíamos estar a tentar restabelecer o nosso apoio da classe média, porque “[ser de classe média] nunca foi simplesmente uma questão de rendimento, mas de toda uma atitude perante a vida, uma vontade de assumir a responsabilidade por si mesmo”. E eu não era certamente a única pessoa presente no Governo Sombra que sentia que a nossa recente derrota eleitoral não era motivo nem mesmo para autocongratulação modesta.

Ted estava agora envolto numa dura batalha com o Executivo de 1922. Em resposta aos pedidos deles de um novo dirigente - e de facto para a reforma do processo de eleição de dirigentes -, ele contestava a legitimidade deles como representantes das bancadas de trás com base no facto de terem sido eleitos durante o anterior Parlamento e deverem eles próprios primeiro defrontar uma reeleição por deputados conservadores. Ted e os seus conselheiros esperavam poder ser capazes de assim se livrar dos seus opositores no Executivo e vê-los substituídos por figuras mais favoráveis a ele. Como parte de uma tentativa um tanto tardia para conquistar os deputados das bancadas de trás, Ted também propôs que os porta-vozes extra das bancadas da frente deveriam ser nomeados de entre eles e que os membros das Comissões Parlamentares poderiam falar desde a bancada da frente em algumas ocasiões. Também existiam muitos rumores de que em breve haveria uma remodelação do Governo Sombra.

Não pela primeira vez, achei a imprensa mais otimista sobre as minhas perspetivas do que eu. O *Sunday Express* e o *Observer*, no dia 3 de novembro, publicaram notícias que diziam que eu seria nomeada Chanceler do Governo Sombra. Era uma ideia simpática e eu teria adorado o trabalho; mas considerei extremamente improvável que Ted mo

desse. Isso foi mais ou menos confirmado por histórias no *Financial Times* e no *Daily Mirror* na segunda-feira, que disseram que eu teria um cargo económico de topo, mas não o posto de Chanceler do Governo Sombra. E assim aconteceu. Fui nomeada adjunta de Robert Carr, com responsabilidade especial na Lei das Finanças e também fui nomeada membro da Comissão Diretiva. Alguns dos meus amigos ficaram incomodados por eu não ter recebido uma pasta mais importante. Mas sabia, dos anos em que trabalhei na Lei das Finanças sob a liderança de Iain Macleod, que esta era uma posição na qual eu poderia tirar o máximo partido das minhas capacidades. O que nem Ted nem eu sabíamos era o quão importante isso seria ao longo dos próximos três meses. A remodelação como um todo demonstrou algo da fraqueza da posição política de Ted. Edward du Cann recusou-se a participar do Governo Sombra, que já não era, portanto, atraente para os da direita do partido, alguns dos quais Ted precisava, no mínimo, de conquistar. Tim Raison e Nicholas Scott, que de facto entraram, estavam mais ou menos à esquerda e, embora capazes, não eram pessoas que tivessem grande peso político.

A reeleição de todos os membros do Executivo de 1922, incluindo Edward du Cann, no dia da remodelação - quinta-feira dia 7 de novembro - foi uma má notícia para Ted. A eleição de um novo dirigente já não podia ser evitada. Escreveu a Edward dizendo que estava agora disposto a discutir alterações no procedimento para eleger o líder do partido. De agora em diante, era provavelmente do interesse de Ted que a eleição terminasse o mais rapidamente possível, antes que qualquer candidato alternativo pudesse montar uma campanha eficaz.

Nesta altura, comecei a participar no Grupo Económico de Jantares que Nick Ridley tinha formado em 1972 e que consistia em grande parte de fortes financiadores como John Biffen, Jock Bruce-Gardyne, John Nott e outros. Acima de tudo, enterrei-me nos detalhes da minha pasta nova. Era um tempo que exigia grande esforço para a ocupar, pois na terça-feira dia 12 de novembro, Denis Healey apresentou um dos seus Orçamentos trimestrais. Era uma reação de pânico aos problemas do rápido crescimento da indústria e consistia em cortes na tributação das empresas da ordem dos 775 milhões de libras (tendo sido aplicados 495 milhões de libras em novos impostos sobre as empresas apenas seis meses antes) e alguns cortes nos subsídios a indústrias nacionalizadas. A resposta de Ted - na qual, sob um audível cenário de espanto dos deputados conservadores das bancadas de trás, criticou o Chanceler por permitir que os preços da indústria nacionalizada subissem para níveis de mercado - não o beneficiou em nada.

A minha oportunidade surgiu na quinta-feira seguinte, quando falei em nome da oposição no Debate sobre o Orçamento. Tinha feito os meus trabalhos de casa e comecei por contrastar as declarações passadas do Governo Trabalhista com as suas ações atuais. Uma parte do discurso era bastante técnica e detalhada, como tinha de ser. Mas eram as minhas respostas às interrupções que tinham o apoio estrondoso dos deputados das bancadas de trás. Estava a responder diretamente a Harold Lever (sem o qual o Partido Trabalhista teria sido ainda mais economicamente incapaz), quando ele me interrompeu no início do meu discurso para me corrigir nas opiniões que eu lhe tinha atribuído. Entre uma boa dose de diversão, não menos da parte do próprio Harold Lever, um empresário astuto de uma família rica, respondi: “Sempre senti que nunca poderia rivalizar com ele [Lever] no Ministério das Finanças porque existem quatro maneiras de adquirir dinheiro. Fazê-lo. Ganhá-lo. Casar com ele. E pedi-lo emprestado. Ele parece ter experiência de todas estas quatro.”

Noutro ponto, fui interrompida por um Denis Healey arrogantemente furioso, quando citei o *Sunday Telegraph* que alegava que Lever teria dito: “Eu nunca poupo. Se tiver algum dinheiro, saio e compro alguma coisa para a casa.” Denis Healey ficou muito indignado, então tive o prazer de lhe dar razão, dizendo (em referência ao facto de que, tal como outros políticos socialistas, ele tinha a sua própria casa de campo): “Estou muito contente por estar documentado o facto de que o Ministro é uma pessoa extremamente poupada. Eu sei que ele acredita em comprar casas em boas áreas Conservadoras.”

Ninguém jamais afirmou que as respostas espirituosas da Câmara dos Comuns devem ser subtis para serem eficazes. Este desempenho impulsionou a moral instável do Partido Parlamentar e com ela a minha reputação.

Entretanto, Alec Douglas-Home, agora regressado à Câmara dos Lordes como Lord Home, concordou em presidir a uma revisão do procedimento para a eleição do líder do partido. Na quarta-feira dia 20 de novembro, recebi uma nota de Geoffrey Finsberg, um deputado vizinho e amigo, que dizia: “Se concorreres a líder do partido, quase de certeza que vais ganhar - pela minha parte, espero que te candidates e farei tudo o que puder para ajudar.” Mas eu ainda não conseguia ver nenhuma probabilidade de isso acontecer. Pareceu-me que, por causa de todo o tumulto provocado pelo seu discurso de Edgbaston, Keith devia ser o nosso candidato.

Na tarde seguinte, estava a trabalhar no meu gabinete na Câmara dos Comuns, informando-me sobre a Lei das Finanças, quando o telefone tocou. Era Keith para

confirmar se eu lá estava porque havia algo que me queria dizer. Assim que entrou, percebi que o assunto era sério. Disse-me: “Lamento, não posso concorrer. Desde que fiz aquele discurso, a imprensa tem estado à porta da minha casa. Têm sido impiedosos. A Helen [esposa dele] não aguenta e decidi que não posso candidatar-me.”

Não havia dúvida do seu estado de espírito. Estava decidido. Eu estava à beira do desespero. Não podíamos abandonar o Partido e o país à forma de fazer política de Ted. Ouvi-me a dizer: “Olha, Keith, se não te vais candidatar, eu vou, porque alguém que represente o nosso ponto de vista *tem* de se candidatar.”

Não havia mais nada a dizer. A minha mente já estava num turbilhão. Não tinha ideia das minhas hipóteses. Não sabia nada sobre campanhas para a liderança. Apenas tentei colocar aquilo tudo à parte no fundo da minha mente naquele momento e concentrar-me na Lei das Finanças. De uma forma ou de outra, a notícia espalhou-se e comecei a receber chamadas telefónicas e notas de apoio de amigos deputados. Naquela noite, voltei para Flood Street e contei a minha intenção ao Denis.

“Deves ter perdido a cabeça”, disse ele. “Não tens hipótese alguma.” Ele tinha razão. Mas nunca tive qualquer dúvida de que ele me apoiaria durante todo o processo.

No dia seguinte, Fergus Montgomery telefonou-me, e disse-lhe que Keith não iria candidatar-se, mas que eu iria. Perguntei-me qual seria a melhor forma de dar a notícia a Ted. Fergus achava que eu deveria vê-lo pessoalmente. Passei o fim de semana em Lamberhurst a fugir dos comentários da imprensa e das especulações que agora giravam. Havia muito em que pensar. O principal é que, embora tivesse poucas ideias sobre como proceder, tinha a certeza de que a minha reação a Keith tinha sido a mais acertada. Ted tinha que sair, e isso significava que alguém tinha de desafiá-lo. Se ele vencesse, eu ficava politicamente acabada. Isso seria triste, mas suportável; há lugares piores do que as bancadas de trás. E pareceu-me muito improvável que eu *ganhasse*. Mas achava que, ao entrar na corrida, iria envolver outros candidatos mais fortes que, mesmo se não pensassem como Keith e eu, ainda poderiam ser persuadidos a alterar o curso desastroso que o partido perseguia.

Marquei uma reunião com Ted na segunda-feira dia 25 de novembro. Ele estava à secretária do seu gabinete na Câmara dos Comuns. Não precisava de me ter preocupado em ferir os seus sentimentos. Entrei e disse: “Devo dizer-lhe que decidi candidatar-me à liderança.” Ele olhou para mim friamente, virou as costas, encolheu os ombros e disse: “Se tem de o fazer.” Saí do gabinete.

Segunda-feira foi, portanto, o primeiro dia em que tive que enfrentar a imprensa como

candidata declarada à liderança do Partido Conservador. Estava feliz por poder contar com a ajuda e conselhos de Gordon Reece, que agora se tinha tornado um amigo e que esteve presente em algumas das minhas primeiras entrevistas à imprensa, que correram muito bem. Foi, naturalmente, o facto de eu ser mulher que foi o principal tema de interesse. A noite foi passada nas circunstâncias algo tensas e constrangedoras do Governo Sombra e da Comissão Diretiva. Olhando ao redor da mesa, senti que, para além de Keith, encontraria poucos apoiantes ali. Suspeito que foi apenas devido ao facto de eles terem considerado a minha decisão ridícula que não houve hostilidade mais aberta. Nenhuma dessas inibições era evidente quando participei no Conselho Conservador de Finanças pouco depois. Senti-me como o equivalente feminino de “o homem que disse que queria ser Líder dos Conservadores”, com coronéis enfurecidos e viúvas indignadas a explodir sobre ele, num dos *cartoons* mais excruciantes de Bateman³¹.

A camarilha de Ted e, creio, pelo menos uma figura do Gabinete Central, tinham, em qualquer caso, encontrado algo que eles esperavam que me destruísse de forma tão eficaz como tinha acontecido com Keith. Na entrevista que tinha dado à *Pre-Retirement Choice* mais de dois meses antes, dei o que eu considerava serem conselhos práticos às pessoas idosas que tentavam fazer face às despesas em circunstâncias de drástico aumento de preços. Disse que fazia sentido armazenar alimentos enlatados. Este foi precisamente o tipo de conselho tinha recebido quando pequena. Qualquer boa dona de casa compara preços e compra vários itens de uma vez quando os preços estão baixos, em vez de sair a correr no último minuto para comprar a mesma coisa a um custo maior. Mas, para meu horror, a imprensa na quarta-feira dia 27 de novembro estava cheia de histórias sobre a minha “acumulação” de comida. Alguém tinha claramente utilizado esta entrevista obscura com vista a retratar-me como mesquinha, egoísta e acima de tudo “burguesa”. À sua maneira, foi feito de forma inteligente. Permitiu que a caricatura desejada fosse trazida à tona. Jogava com a arrogância do Partido Conservador, porque a implicação tácita era que isto era tudo o que se poderia esperar da filha de um merceeiro. Lembra ao público tudo o que tinha sido dito e escrito sobre mim como uma “sequestradora de leite” na Educação.

Estava agora montado um verdadeiro circo de indignação. Os grupos de pressão foram

³¹ NT: H.M. Bateman (1887-1970) foi um desenhador inglês que se tornou famoso pela sua série de *cartoons* intitulada “The Man Who...”, que representava reações exageradas a pequenas *gaffes* em predicados usuais nas classes sociais mais altas.

levados a reclamar. Disse-se que uma delegação de donas de casa estava a viajar de Birmingham para me incitar a dar-lhes as latas. Químicos do sector alimentar opinaram sobre as consequências de manter os alimentos enlatados por muito tempo na despensa. Martin Redmayne, o antigo Líder Principal da Bancada, figura fidedigna do *establishment* do partido e agora vice-presidente do Harrods, apareceu na televisão a dizer que “qualquer tipo de instigação a compras de pânico era ...contra o interesse público” - embora a despensa de Lord Redmayne provavelmente contivesse algo mais atraente do que algumas latas de salmão e carne enlatada. Não me restava mais nada senão convidar os operadores de câmara a verificar o conteúdo da minha despensa e armários de Flood Street. Isso pode ter convencido alguns da hierarquia Conservadora que os meus gostos e padrões e os da minha família não eram de todo o que se podia esperar de alguém que aspirava a liderar o partido deles. Mas certamente mostrou que a alegação de “acumulação” era um disparate malicioso.

Finalmente, a fim de manter viva a história moribunda, os meus oponentes foram longe demais. Na sexta-feira dia 29 de novembro, estava no círculo eleitoral de John Cope, South Gloucestershire, quando a minha secretária, Alison Ward, telefonou para dizer que o rádio estava agora a transmitir que eu tinha sido vista numa loja na estrada de Finchley a comprar grandes quantidades de açúcar. (Havia escassez de açúcar no momento.) Alison já tinha verificado e descobriu que na verdade tal loja não existia; em qualquer caso, o consumo de açúcar da família era mínimo. Era apenas uma mentira evidente. A firme refutação impediu a sua circulação na imprensa, e marcou o fim efetivo desta campanha surreal.

Suspeito que, em última análise, lhes saiu o tiro pela culatra. Demonstrou às mulheres em todo o país como os políticos do sexo masculino eram ignorantes sobre o que constitui a normal gestão doméstica. Mostrou a muitas pessoas de origem modesta como a minha que na superfície dos grandes conservadores havia uma linha feia de desprezo por aqueles que eles consideravam eleitores menores. O mais grave para os meus adversários era que isso suscitava uma boa dose de solidariedade de deputados conservadores imparciais que percebiam que eu tinha sido alvo de ataques falsos e absurdos.

Na época, porém, eu estava amargamente transtornada por causa deles. Às vezes ficava à beira das lágrimas. Às vezes tremia de raiva. Mas como disse a Bill Shelton, deputado por Streatham e meu amigo: “Vi como eles destruíram Keith. Bem, eles a mim não destruirão.”

O que tinha acontecido deixou-me ainda mais determinada a lançar-me na corrida. Mas também houve muitos rumores de que Edward du Cann se ia candidatar. Como Presidente do Executivo de 1922 - e como homem - poderia esperar-se justamente que ele obtivesse mais apoio do que eu. Na quinta-feira dia 5 de dezembro, com a história da acumulação a ficar mais ou menos esquecida, eu estava no círculo eleitoral de Robert Adley, Christchurch, para uma cerimónia do partido. Ele era um grande apoiante de du Cann e disse-me que achava que ele ia concorrer. Eu disse que se ele o fizesse, teria de repensar a minha posição. Não devemos dividir os votos da direita.

Um dos principais apoiantes de Edward du Cann, Airey Neave, deputado por Abingdon e colega de Edward no Executivo de 1922, era alguém que eu já conhecia muito bem. Os nossos caminhos tinham-se cruzado muitas vezes. Como advogados, tínhamos partilhado o mesmo gabinete, e ele tinha sido meu vizinho em Westminster Gardens. Quando eu era porta-voz da Oposição para a Segurança Social, tinha-o ajudado com o seu Projeto de Lei para assegurar pensões para pessoas com mais de oitenta anos. Ambos tínhamos um profundo interesse na ciência. Como Secretária de Estado da Educação e Ciência, eu tinha ajudado a convencer Airey a permanecer como presidente da Comissão Restrita para a Ciência e Tecnologia, quando ele estava a pensar em demitir-se.

Airey era um homem de contrastes. A sua atitude era calma, mas totalmente confiante. Como escritor e herói de guerra que fugiu de Colditz, havia uma aura romântica à sua volta. Tinha visto muito mais do mundo do que a maioria dos deputados, e também sofreu bastante. Teve a vantagem de ter Diana, uma esposa política maravilhosa que o apoiou de forma leal. Tinha sido Secretário de Estado por pouco tempo no final dos anos 50, mas teve de se demitir por causa de problemas de saúde, e julgo que Ted lhe disse insensivelmente que isto era o fim da sua carreira. A política de Airey era difícil de definir. Eu não o considerava ideologicamente um homem de direita. Ele provavelmente não olhava para o mundo nesses termos. Tínhamos uma boa relação e eu estava consciente do respeito mútuo, mas não éramos ainda os amigos próximos que viríamos a ser.

Airey tinha vindo visitar-me logo após a minha decisão de concorrer ter sido conhecida. Ele esperava persuadir Edward du Cann a concorrer, mas o próprio Edward permanecia indeciso. Excluído dos altos cargos por Ted, dedicou-se a uma carreira no município que agora estava relutante em abandonar. Até Edward se ter decidido por um caminho ou outro não era, é claro, possível a Airey apoiar-me ativamente, mas eu sabia que podia contar com os seus conselhos. Prometeu manter-se em contacto, e fê-lo: veio ao meu

gabinete na Câmara dos Comuns para trocar notas em diversas ocasiões entre essa data e o final do ano. Todo o episódio da “acumulação” certamente demonstrou a difícil batalha que me aguardaria. Se eu acabasse por entrar nas listas formalmente, Airey era o tipo de pessoa que seria bom ter ao meu lado.

Um novo fator que enfraqueceu Ted e fortaleceu os seus potenciais rivais foi o anúncio das conclusões da Comissão da Administração Interna na terça-feira dia 7 de dezembro. Haveria eleições anuais para o Líder Conservador, os concorrentes apenas precisavam de um proponente e de um apoiante para se candidatarem, e a maioria necessária para vencer no primeiro escrutínio foi significativamente aumentada para 50 por cento, acrescido de 15 por cento das pessoas elegíveis para votar. Era efetivamente um incentivo para os concorrentes, já que isso significava que um Líder em dificuldades precisava de manter a confiança de uma maioria qualificada dos votantes.

Ainda assim, o Natal em Lamberhurst naquele ano foi menos festivo do que em outras ocasiões. Não conseguíamos caminhar tanto quanto normalmente fazíamos; o tempo estava horrível. Sabia que poderia esperar um momento difícil quando regressasse a Westminster, quer ganhasse a liderança quer não. O Denis também estava preocupado porque a *Burmah Oil* tinha entrado em grandes apuros. Nenhum de nós estava muito confiante sobre o que o futuro reservava.

PEQUENO TERRAMOTO EM WESTMINSTER

No meu regresso a Londres resolvi esclarecer questões relativas à liderança. Convidei Airey para almoçar em Flood Street com esse propósito. Também encontrei à minha espera uma carta de Robert Adley, insistindo que eu e Edward du Cann deveríamos resolver qual de nós devia concorrer à liderança em vez de dividir os votos. O problema era que isso era impossível até que Edward soubesse o que queria fazer, e ficou claro a partir de uma conversa que ele continuava indeciso. Este ainda era o caso quando Airey e eu almoçamos juntos na quinta-feira dia 9 de janeiro de 1975. Disse-lhe que pensava que Geoffrey Howe podia apoiar-me. Disse-lhe também da dificuldade em ter um debate adequado sob a presidência de Ted. Airey fez-me o relato das suas conversas recentes com Ted. Estava claro para nós os dois que tinha de haver uma mudança, e a única questão consistia em saber se era eu ou Edward du Cann quem estava em melhor posição para a realizar. Curiosa e astutamente, como se viu, Airey pensava que o apoio de Ted no Partido Parlamentar era sobrevalorizado.

Na quarta-feira dia 15 de janeiro, Edward du Cann fez saber publicamente que não concorreria à liderança. O caminho estava, portanto, aberto para mim. Era agora vital ter uma equipa de campanha eficaz.

Os acontecimentos começaram a suceder-se rapidamente. Naquela mesma tarde, eu estava a liderar a oposição na Sede de Comissão do Orçamento de Estado. Fergus tinha acabado de saber que teria que ir numa visita parlamentar à África do Sul, embora ainda tivesse pensado (erradamente, como se viu) que estaria de volta a tempo para a primeira votação da liderança. Assim, pedi a Bill Shelton, quando se encontraram para liderar a minha campanha na sua ausência, e Bill concordou. Fiquei encantada quando Bill me disse, pois sabia que ele era leal e que seria um militante competente. Então, como fiquei a saber mais tarde, no decorrer de uma votação subsequente, Airey abordou Bill e disse: “Sabe que tenho estado a liderar a campanha de Edward du Cann? Edward está a afastar-se. Se pudermos chegar a um acordo, trarei as tropas de Edward para apoiar Margaret.” Na verdade, o “acordo” consistia simplesmente em Airey assumir a gestão da minha campanha com Bill a ajudá-lo.

Esta disposição foi confirmada quando Airey veio visitar-me ao meu gabinete, e dançámos um minueto diplomático. De forma ligeiramente dissimulada perguntou-me quem estava a liderar a minha campanha. Da mesma forma, respondi que na verdade não tinha uma campanha. Airey disse: “Acho que é melhor ser eu a fazer isso por ti.” Concordei com entusiasmo. Sabia que isso significava que ele arregimentaria tantos apoiantes de du Cann quanto possível para me apoiar. De repente, grande parte do fardo de preocupação que eu tinha estado a carregar desapareceu. A partir de agora, Airey, com Bill como seu principal tenente, atuariam discreta e exaustivamente junto dos seus colegas de forma a garantir-me o seu apoio.

Quando comecei a fazer sugestões a Airey de pessoas a contactar, disse-me com firmeza para eu não me preocupar com nada disso, para deixar isso com ele e concentrar-me no meu trabalho sobre a Lei das Finanças. Este foi um bom conselho, tanto mais porque tanto na Sala da Comissão no andar de cima como no andar da Câmara eu tinha a oportunidade de mostrar os meus ritmos. Eram, afinal, os membros do Partido Conservador Parlamentar que acabariam por tomar a decisão sobre a liderança conservadora, e capaz também de ficar impressionados com o que eu dissesse em debate como com qualquer outra coisa. A equipa de campanha começou como um pequeno grupo de cerca de meia dúzia de pessoas, embora tenha crescido rapidamente, e na segunda votação tinha-se tornado quase demasiado grande, consistindo de quarenta ou

cinquenta. A angariação de votos era feita com grande precisão, e os deputados podiam ser abordados várias vezes por pessoas diferentes, de forma a verificar a sua lealdade. Airey e os seus colegas sabiam que não havia qualquer atalho para este processo, e isto continuava dia após dia, com Bill Shelton a riscar nomes e a fazer a contagem. De vez em quando, Airey ia informar-me sobre a posição, embora com as advertências que qualquer angariador de votos astuto sempre acrescenta. O grupo de campanha também vinha a Flood Street, geralmente ao Domingo, para discutir comigo artigos, discursos e outras iniciativas para a semana.

Durante esses primeiros dias, fui encorajada pelo número de deputados das bancadas de trás que me ofereceu o seu apoio. Um dos primeiros foi Peter Morrison, que viria a ser o meu assessor parlamentar em Downing Street, que me disse que três anos antes, o seu pai, Lord Margdale, ex-presidente do Executivo de 1922, tinha dito sobre mim: “Aquela mulher vai ser a próxima líder do Partido Conservador.” Este pode ser o primeiro registo da expressão “aquela mulher”.

Entretanto, os contactos com os meios de comunicação começaram subitamente a ser importantes. Aqui Gordon Reece foi essencial. Angus Maude, um jornalista que combinava visões profundas com sagacidade incisiva e que tinha sido demitido sem contemplação da bancada da frente por Ted por ter escrito um artigo crítico no *Spectator* em 1966, ajudou-me com o artigo crucial no *Daily Telegraph* intitulado “O Meu Tipo de Partido Conservador”. (Também recebi conselhos úteis de um grupo de jornalistas do *Telegraph*, como Peter Utley, John O’Sullivan e Frank Johnson - e, claro, Alfred Sherman - que eram defensores da minha causa, apesar de o seu jornal dar apoio relutante a Ted.) George Gardiner, que foi um dos deputados admitidos em fevereiro de 1974, ele próprio um jornalista e, na qualidade de editor do *Conservative News* parte interessada em alguns dos mexericos do Gabinete Central, também me ajudou com a redação. Era uma equipa animada.

Na verdade, a atitude em relação à minha candidatura estava a mudar de forma palpável. Na terça-feira dia 21 de janeiro, falei num almoço do Guinea Club em St Stephen’s Tavern, constituído por jornalistas proeminentes, nacionais e da província. Por esta altura, como resultado das sondagens que Airey tinha feito, estava realmente a começar a sentir que tinha hipóteses. Disse-lhes ironicamente, a dada altura: “Sabem, acho realmente que vocês deviam começar a levar-me a sério.” Eles olharam para trás com espanto, e talvez alguns deles tivessem começado a fazê-lo, pois no fim de semana tinham começado a aparecer artigos a reavaliar a minha campanha sob uma luz

diferente.

As minhas perspetivas também não foram prejudicadas por outra troca de palavras na Câmara dos Comuns no dia seguinte com o sempre prestativo Denis Healey. Num espírito amargo, mas obscuro, descreveu-me como a “*La Pasionaria*³² das regalias”. Anotei uma resposta e dei-a alguns momentos mais tarde com prazer: “Alguns ministros são microeconómicos. Alguns ministros são fiscais. Este é simplesmente barato.” As bancadas conservadoras adoraram.

Com apenas uma semana para terminar, Airey, Keith e Bill juntaram-se em Flood Street no domingo dia 26 de janeiro, para discutir a última posição. O número de promessas - as minhas em cerca de 120 e as de Ted em menos de oitenta - parecia demasiado otimista. Era preciso voltar a visitar as pessoas e reexaminar as suas intenções. Presumivelmente, a campanha de Heath, em que Peter Walker e os assessores parlamentares de Ted, Tim Kitson e Ken Baker, eram as principais figuras, estava a receber informações de forma igual ou até mesmo mais otimistas; mas cometeram o erro de acreditar nelas. Certamente, em contraste marcante com a conduta pública de Airey, estavam a prever uma grande vitória na primeira votação.

Acordou-se em Flood Street que deveria dirigir-me aos meus principais militantes na Sala da Comissão 13 na segunda-feira à noite. Não poderia dizer-lhes nada sobre fazer campanha. Eles tinham-se esquecido de muito mais táticas políticas, e deveras de fraude política, do que alguma vez saberia. Então, em vez disso, falei e respondi a perguntas sobre a minha visão de uma sociedade conservadora das 22h30 até à meia-noite. Foi maravilhoso ser capaz de falar sinceramente sobre aquilo em que acredito, e sentir que os que eram cruciais para a minha causa estavam a ouvir. Aparentemente, o meu público sentia o mesmo; vários deputados disseram-me que nunca tinham ouvido nenhum Conservador de posição mais elevada a discutir políticas naqueles termos filosóficos. Claramente, não era só eu que estava desanimada pela oportunidade sem rumo dos anos anteriores.

A facção Heath tinha agora mudado a direção da sua campanha, mas ainda não conseguia chegar ao ponto. O ridículo tinha falhado. Em vez disso, a acusação era a de que o tipo de conservadorismo que eu representava poderia apelar à classe média e aos apoiantes do Partido, especialmente no Sul, mas nunca conquistar os independentes. O meu artigo

³² NT: Dolores Ibárruri Gómez (1895-1989) foi uma política de origem basca, famosa por instigar os republicanos contra as tropas do General Franco com a frase “Não passarão!” na Batalha de Madrid da Guerra Civil Espanhola em 1936. O seu pseudónimo ao escrever artigos para jornais era *La Pasionaria*.

no *Daily Telegraph*, na quinta-feira dia 30 de janeiro, assumia este confronto:

Fui atacada [como Secretária de Estado da Educação] por ter uma ação defensiva na salvaguarda dos “interesses da classe média”. A mesma acusação é-me dirigida agora, quando estou a liderar a oposição conservadora às propostas socialistas do Imposto de Mais-Valia de Cessão. Bem, se “os valores de classe média” incluírem o incentivo à variedade e escolha individual, a oferta de incentivos e recompensas justos para competências e trabalho árduo, a manutenção de barreiras eficazes contra o excessivo poder do Estado e uma crença na ampla distribuição da propriedade *privada* individual, então eles são certamente o que estou a procurar defender ... Se os conservadores não acreditam que a propriedade privada é um dos principais baluartes da liberdade individual, então é melhor que se tornem socialistas e acabem logo com isso. De facto, uma das razões para o nosso fracasso eleitoral é que as pessoas acreditam que demasiados conservadores já se *tornaram* socialistas. O progresso da Grã-Bretanha em direção ao socialismo tem sido uma alternância de dois passos para a frente com meio passo para trás ... E porque é que alguém deveria apoiar um partido que parece ter a coragem de não ter convicções?

Este tema - o retorno aos princípios conservadores fundamentais e a defesa dos valores da classe média - foi imensamente popular no partido. Repeti-o quando falei na Associação do meu círculo eleitoral no dia seguinte. Rejeitei a ideia de que a minha candidatura era representante de uma facção. Enfatizei que estava a falar por todos aqueles que se sentiram dececionados pelos recentes governos Lord Chancellor conservadores. Também estava preparada para aceitar a minha parte da culpa pelo que tinha corrido mal sob a direção de Ted.

Mas [acrescentei] espero ter aprendido alguma coisa com os fracassos e erros do passado e poder ajudar a planear de forma construtiva para o futuro Há um sentimento generalizado no país de que o Partido Conservador não defendeu ideais [Conservadores] de forma explícita e com dureza suficiente, de modo que a Grã-Bretanha caminha em direção à inevitável mediocridade socialista. Naturalmente, essa direção deve não só ser interrompida, como também invertida.

Foi numa carta aberta ao presidente do meu círculo eleitoral, divulgada na tarde de sábado, no entanto, que de facto resumi os fundamentos da acusação contra Ted e a sua chefia. Ted era um paradoxo político. Combinava a crença numa liderança forte (especialmente na sua própria) com um historial de cedência sob a pressão dos acontecimentos. Estava sempre a falar sobre aproximação para conquistar o apoio de pessoas de outros partidos, mas não tinha vontade de ouvir o Partido Conservador. Em contrapartida, eu disse que o que era necessário era uma “liderança que escuta”, acrescentando que “no cargo... deixámo-nos afastar de muitos que nos tinham dado o seu apoio e confiança”.

Sabia, na sequência das minhas conversas com deputados conservadores, que havia muitos fatores contraditórios que influenciariam os seus votos. Alguns apoiariam Ted simplesmente porque ele era o líder *in situ*. Muitos não se atreveriam a ir contra ele, porque, mesmo depois de duas derrotas eleitorais sucessivas, ele inspirou o medo de que não haveria perdão em caso de sublevação. Além disso, muitos pensaram que eu era inexperiente - e, como tinha admitido publicamente, isso era verdade. Também havia o receio de ser demasiado doutrinária e insensível. E então, é claro, havia o facto bastante óbvio de ser mulher.

Como resultado destas considerações antagónicas, muitos deputados estavam indecisos. Queriam poder falar comigo, para descobrir como eu era e onde me situava. Airey e a sua equipa levariam estes membros a visitar-me na sala de Robin Cooke - um membro da nossa equipa - na Câmara onde, individualmente ou em pequenos grupos, com um copo de vinho tinto ou uma chávena de chá, eu tentava responder às suas questões o melhor que podia. Ted, pelo contrário, preferia almoços de deputados onde, suspeito, não se falava abertamente - pelo menos os convidados não o faziam. Sem dúvida, a sua equipa de campanha marcou-os como apoiantes, o que muitos não eram.

A imprensa na segunda-feira dia 3 de fevereiro noticiou o facto de a União Nacional do Partido ter informado que 70 por cento das Associações dos círculos eleitorais favoreciam Ted Heath e que a grande maioria dos apoiantes Conservadores concordavam com eles, o que não nos surpreendeu. As Associações Conservadoras, incentivadas pelo Gabinete Central, eram compreensivelmente leais ao líder, e os resultados das sondagens refletiam o facto de eu ser relativamente desconhecida fora da Câmara dos Comuns. Mas isso obviamente não ajudava, e certamente aumentou a confiança na facção de Heath. Na verdade, havia provas de um recente aumento de apoio a Ted entre os deputados. A apuração final de Airey e Bill sugeriu que eu estava

empatada com Ted, tendo o terceiro candidato, o galante e tradicionalista Hugh Fraser, captado alguns votos misóginos de direita. Mas disseram-me que me saí muito bem no programa de televisão *World in Action* naquela noite.

Na terça-feira dia 4 de fevereiro, o dia da primeira votação, levantei-me cedo para preparar o pequeno almoço do Denis e despedir-me dele antes de conduzir de Flood Street até à Câmara dos Comuns, exibindo o que eu esperava que fosse um sorriso confiante e dizendo algumas palavras amigáveis à imprensa que se reunia lá fora. Para mim, foi mais um dia na Comissão da Lei das Finanças, enquanto noutra Sala de Comissão da Câmara dos Comuns decorria a votação para a liderança. As urnas deveriam fechar às 15h30. Fui até ao gabinete de Airey Neave e aguardei o resultado. Bill Shelton representou-me na contagem e Tim Kitson representou Ted. Creio que, mesmo depois de terem ouvido a má notícia do resultado da votação daquele dia, a facção de Heath tinha esperança de que os votos por procuração, contados em último lugar, levassem Ted a bom porto. Mas a maioria dos votos por procuração também foram para mim. Estava a tentar concentrar-me noutra coisa que não o futuro, quando a porta se abriu e Airey entrou. Suavemente, mas com um brilho nos olhos, disse-me: “São boas notícias. Estás à frente na votação. Tens 130 votos contra 119 de Ted.” Hugh Fraser tinha dezasseis.

Não queria acreditar. Embora estivesse a trinta e um votos da margem necessária para a vitória absoluta no primeiro escrutínio - 50 por cento mais uma vantagem de 15 por cento das pessoas elegíveis para votar - e, portanto, teria de haver uma segunda volta, estava, não obstante, decisivamente à frente. Não tinha dúvida de que se tivesse perdido contra Ted, isso teria sido o meu fim na política. Assim como estava, poderia ser Líder. Quem sabe? Poderia até ser Primeira-Ministra. Desci e houve champanhe. Mas tinha que manter a cabeça fria, pois em breve estaria de volta à Lei das Finanças no meio de alguma brincadeira tanto de amigos como de oponentes, porque a notícia alastrou-se como fogo. Mais tarde naquela noite, voltei ao apartamento de Airey para um conselho de guerra.

A minha própria surpresa com o resultado não foi nada em comparação com o golpe devastador que o mesmo tinha desferido ao *establishment* conservador. Não senti compaixão alguma por eles. Tinham lutado contra mim inescrupulosamente durante todo o caminho. Mas tive pena de Ted, que rapidamente anunciou a sua decisão de renunciar ao cargo de Líder e não disputar a segunda votação. Willie Whitelaw avançou e imediatamente se tornou o favorito. Eu própria achava que Willie tinha boas hipóteses

de ganhar; e embora não conseguisse imaginar que ele mudasse a direção do partido como eu queria, agradava-me pensar que entre nós não haveria nenhum do azedume que tinha manchado as minhas relações com Ted. Jim Prior, John Peyton e Geoffrey Howe também entraram na corrida. Estava um pouco preocupada com a candidatura de Geoffrey, porque ele tinha opiniões semelhantes às minhas e podia dividir o voto da direita, o que poderia ser crucial numa disputa acirrada. Hugh Fraser retirou-se e incitou os seus apoiantes a votar em Willie.

Na verdade, sem o saber, eu tinha aquilo a que os americanos chamam de “dinâmica”. Sempre supusera que um número substancial dos que votariam em mim na primeira volta só o fariam como uma forma tática de afastar Ted e de colocar alguém mais aceitável mas ainda perto da sua maneira de pensar, tal como Willie. Mas na verdade, longe de se esvaír, o meu apoio, na verdade, arraigou-se. Talvez houvesse uma estranha sensação de gratidão para comigo por ter feito o que mais ninguém ousou, ou seja, afastar da liderança alguém que simplesmente tornou o partido inelegível. Talvez um número suficiente de colegas meus tivessem sentido genuinamente que o caminho a seguir para o partido era a reconsideração total que Keith e eu defendíamos. Talvez houvesse um sentimento de que era “um pouco fora de jogo” para os que não conseguiram desafiar Ted quando ele parecia imbatível, intervir para recolher o prémio assim que ele o perdesse. Havia provavelmente também dúvidas sobre se Willie, apesar de todas as suas amáveis qualidades, era o homem certo para repensar o Conservadorismo em face de um Governo Trabalhista com uma facção de esquerda recém-militante e agressiva.

Certamente, muitas pessoas no partido em Westminster e fora dele estavam já muito ansiosas para terminar o processo rapidamente. As mesmas circunstâncias que pesaram contra mim no primeiro escrutínio ajudavam-me agora como a principal candidata no segundo. O *Daily Telegraph*, um barómetro importante do sentimento da base Conservadora, pendia decisivamente a meu favor. Quando falei com Willie num jantar organizado pelo Grupo Parlamentar Britânico-Americano em Lancaster House na quinta-feira dia 6 de fevereiro, ele parecia bastante confiante de que estava à frente. As novas contagens que Airey e sua equipa estavam a fazer sugeriam fortemente o contrário. Mas estava cautelosa. Tinha havido alguns rumores de que era secretamente anti Mercado Comum, o que pensei que poderia prejudicar-me. Então, por sugestão de George Gardiner, fiz uma breve declaração dos meus pontos de vista, apoiando a Europa. Também continuei a ver deputados - e às vezes a comunicar com eles através

de notas - que precisavam de garantias em pontos específicos.

Willie e eu participámos na Conferência dos Jovens Conservadores em Eastbourne, no sábado dia 8 de fevereiro. No palanque estava uma mulher vestida de preto fúnebre com ar zangado. Fiquei bastante preocupada e perguntei-lhe se se passava alguma coisa. “Sim,” respondeu ela. “Estou de luto pelo senhor Heath”. Havia alguns outros enlutados presentes. Willie e eu fomos fotografados enquanto nos beijávamos para as câmaras. Comentei: “Willie e eu somos amigos há anos. Já fiz isto com Willie muitas vezes e ele comigo. Não é muito difícil para ele, acho eu”. Willie respondeu: “Já a beijei muitas vezes. Mas nunca antes o fizemos num passeio em frente de um hotel em Eastbourne.” Foi tudo divertido e a atmosfera aligeirou-se.

O discurso que proferi na Conferência expressava de forma muito forte os meus pontos de vista. Disse:

Pode acertar-se nas políticas económicas e ainda assim ter-se o tipo de sociedade que nenhum de nós desejaria. Acredito que devemos julgar as pessoas com base no mérito e não na origem. Acredito que quem está preparado para trabalhar mais arduamente deve obter maiores recompensas e mantê-las depois dos impostos. Que devemos apoiar os trabalhadores e não os ociosos: que é não apenas permitido, mas também louvável querer beneficiar a própria família pelos próprios esforços.

Os conservadores não ouviam esse tipo de mensagem há muitos anos, e caiu bem.

Airey, Keith e eu, juntamente com os meus outros conselheiros examinámos a situação após a primeira votação. A nossa abordagem geral foi a de nos concentrarmos no eleitorado - os 276 deputados conservadores - salientando que eu já tinha ganho quase a maioria deles, que estava a distanciar-me progressivamente do campo e que os meus quatro rivais lutavam pelo segundo lugar. Nestas circunstâncias, sentimos que tinha pouco a ganhar com debates com os outros candidatos. Mas houve uma ligeira agitação quando decidi não aparecer no *Panorama* com eles. Eles foram em frente sem mim. Mas isto era o *Hamlet* sem uma princesa. Apenas enfatizava o meu estatuto como a principal candidata.

E depois na terça-feira, ocorreu a segunda votação. Mais uma vez, esperei apreensivamente no gabinete de Airey. E mais uma vez, foi Airey que veio dar-me a notícia. Desta vez foi subtil mas decididamente diferente. Sorriu e disse: “Agora és líder

da oposição”. Tinha obtido 146 votos contra setenta e nove de Willie. Os outros candidatos ficaram fora de cena.³³

Rabisquei rapidamente alguns pensamentos na parte de trás do meu diário, porque sabia que teria de dar a minha primeira conferência de imprensa como líder do Partido. O primeiro item foi “TED”, porque era da maior importância prestar homenagem à sua liderança.

Agora tinha de apressar-me em direção à Grande Sala da Comissão, fora de Westminster Hall, onde a imprensa aguardava. Disse-lhes: “Para mim, é como um sonho que o próximo nome na lista após Harold Macmillan, Sir Alec Douglas-Home, Edward Heath, seja Margaret Thatcher. Cada um deles imprimiu o seu próprio estilo de liderança e marca de grandeza à função desempenhada. Assumirei a tarefa com humildade e dedicação”.

Depois fiz a primeira visita tradicional do Líder ao Gabinete Central Conservador. Ao entrar, não pude deixar de me lembrar da forma dura com que algumas das pessoas que lá estavam tinham trabalhado para impedir que eu me tornasse líder. Apertei a mão a uma fila de funcionários do Partido, parando para beijar Russell Lewis, o Diretor do Centro Político Conservador, que sabia que realmente queria que eu ganhasse. Não tenho dúvidas de que havia muita ansiedade por detrás dos rostos educados e sorridentes naquela noite. E não sem razão, porque ainda que não estivesse interessada em saldar contas antigas, já estava certa de que deviam ser feitas mudanças.

Em seguida, fui levada para a casa de Bill Shelton em Pimlico para uma festa com os meus amigos. O Denis estava lá. Tinha tentado telefonar para ser eu mesma a dar-lhe a notícia, mas de alguma forma a Associação de Imprensa chegou antes de mim. O Mark ouviu a notícia enquanto estava a trabalhar como contabilista estagiário. Quanto à Carol, não podia ser incomodada até que tivesse terminado o exame de advocacia que estava a fazer naquela tarde.

Só muito mais tarde naquela noite, depois de eu ter regressado do jantar com o Líder Principal da Bancada, Humphrey Atkins, toda a família poderia comemorar a boa notícia. Foi maravilhoso estarmos juntos. Suspeito que eles sabiam, tal como eu, que deste momento em diante as nossas vidas nunca mais tornariam a ser as mesmas.

O Partido Conservador também não tornaria a ser o mesmo, como observou um dirigente perspicaz no *Daily Telegraph* na manhã seguinte:

³³ Jim Prior e Geoffrey Howe obtiveram dezanove votos cada um e John Peyton obteve onze.

Teremos de ver que tipo de liderança terá a senhora Thatcher... Mas uma coisa é suficientemente clara nesta fase. A senhora Thatcher é uma bela lutadora. Acredita numa ética de trabalho árduo e grandes recompensas para o sucesso. Subiu de origens humildes por meio de esforço e capacidade e coragem. Não deve nada a riqueza ou privilégios herdados. Ela não deveria padecer, por isso, do defeito fatal e característico do Conservador do século XX que é o sentimento de culpa sobre a riqueza. Com demasiada frequência, isso faz com que os conservadores se sintam em desvantagem moral na defesa do capitalismo contra o socialismo. Esta é uma razão pela qual a Grã-Bretanha tem percorrido tanto o caminho coletivista. O que a senhora Thatcher deve ser capaz de oferecer é a dimensão *moral* que falta ao ataque Conservador ao socialismo. Se ela o fizer, a sua ascensão à liderança pode marcar uma grande mudança na índole do debate político partidário neste país.

Era um forte desafio. Na altura não percebi quanto o era.